

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Dissertação de Mestrado

*A expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul:  
a UFPel e a implantação da UNIPAMPA*

**Everton Bonow**

Pelotas, 2020.

**Everton Bonow**

*A expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul:  
a UFPel e a implantação da UNIPAMPA*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Dr. Charles Pereira Pennaforte

Pelotas, 2020.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

B719e Bonow, Everton

A expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul : a UFPel e a implantação da Unipampa / Everton Bonow ; Charles Pereira Pennaforte, orientador. — Pelotas, 2020.

129 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Expansão. 2. Interiorização. 3. Educação superior. I. Pennaforte, Charles Pereira, orient. II. Título.

CDD : 378

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

**Everton Bonow**

*A expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul:  
a UFPel e a implantação da UNIPAMPA*

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: \_\_\_/\_\_\_/2020

**Banca Examinadora:**

.....  
Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte (Orientador)

.....  
Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra – UFPel

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Bento Ribeiro – UFPel

.....  
Prof. Dr. Alan Dutra de Melo – UNIPAMPA

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido o privilégio de construir uma família maravilhosa e realizar este grande desafio e por sempre colocar pessoas maravilhosas no meu caminho, que ajudaram a me tornar quem sou hoje.

A minha esposa, Daniela, obrigado por fazer parte da minha vida, estando ao meu lado e junto dos nossos filhos Vitor e Vinicius sempre me motivando e incentivando, para que eu não desistisse dos meus sonhos, demonstrando companheirismo e amor.

Aos meus queridos filhos, Vitor e Vinicius, pelo carinho e incentivo que me fazem continuar sempre, pelos momentos de brincadeiras e passeios, pelas diversas vezes que vinham me perguntar “pai falta muito aí do teu mestrado”.

Aos meus pais, Egon (*in memoriam*) e Liane pela minha existência, pela minha formação acadêmica e de vida, pelas palavras de força, por cada momento juntos. Ao meu Pai, que se foi em julho/2019, após seis anos de tratamento contra o câncer sem um único dia reclamar do tratamento, sempre demonstrando motivação, me deixa um exemplo de vida. Ao meu irmão e sua família que sempre estiveram me acompanhando.

Ao meu sogro e a minha sogra, ao meu cunhado e minha cunhada e suas famílias, obrigado pela convivência, pois sempre foi maravilhosa, pela felicidade e sucesso alcançados por todos.

Ao Professor Charles Pereira Pennaforte, orientador, obrigado pela paciência, pelos ensinamentos, e sobretudo pela confiança demonstrada através da permanente disponibilidade, orientações de leituras, apontamentos e correções.

A todos os professores(as), do Curso de Mestrado em História, da Universidade Federal de Pelotas, pela dedicação, ótima qualidade das aulas e pela seriedade e comprometimento demonstrados. Da mesma forma, aos membros da banca, professores Edgar Gandra, Maria de Fátima Ribeiro e Alan Dutra de Melo.

Aos colegas do mestrado, pela amizade e parcerias e ansiedades compartilhadas, com troca de ideias e dicas, quando tratávamos problemas comuns.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal de Pelotas, por disponibilizar este programa de mestrado, com duas vagas específicas para técnicos

administrativos. A Universidade Federal do Pampa, onde trabalhei por 10 anos (2006/2015), sendo a motivação desta pesquisa e que me abriu muitas portas.

A todos, enfim, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

*“Entrega o teu caminho ao Senhor, confia  
nele, e o mais ele fará”.*

*Salmos 37:5*

## RESUMO

BONOW, Everton. **A expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul: a UFPel e a implantação da UNIPAMPA.** 2020. 127f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

Esta pesquisa trata da expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul: A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e implantação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) com o objetivo de investigar o processo de interiorização do ensino superior e implantação da UNIPAMPA. Inicialmente, apresento o contexto histórico da educação superior no Brasil passando pela história da UFPel, pelo marco teórico e pela educação universitária nos governos FHC e LULA demonstrando que este período era favorável, com políticas públicas para a educação superior. Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, estes incluíram: pesquisa bibliográfica, documentos institucionais, como relatórios de gestão, ofícios, publicações de jornais e entrevistas com gestores de ambas universidades, utilizando-se do estudo de caso como método. Traço uma análise do contexto inicial do programa de expansão do ensino superior e evidencio a necessidade de inserção regional, resultante da reivindicação da comunidade local com políticos e gestores de ambas universidades, que vai de encontro com uma região que teve por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual, demonstrando, neste momento, a importância de uma política pública. Apesar de a mobilização inicial ser pela federalização da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), em 2005, ocorreu o anúncio da criação de uma nova instituição de ensino superior. Assim, foram analisadas as influências políticas que ocorreram, de acordo com os personagens envolvidos, bem como analisado o início das atividades ainda sob tutela da UFPel, com criação da Comissão de Implantação até a aprovação da Lei 11.640/2008, que instituiu a UNIPAMPA. Apesar de a UNIPAMPA ter sido criada com dez campi, começando do zero, com duas universidades tutoras, são objeto desta pesquisa os cinco campi ligados à UFPel – Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento. Dessa maneira, é destacada a necessidade de políticas claras, com uma equipe de implantação comprometida, conforme demonstrado, além do comprometimento das prefeituras e demais parceiros, sem esquecer da necessidade da participação efetiva da comunidade.

**Palavras-chave:** Expansão. Interiorização Educação Superior.

## ABSTRACT

BONOW, Everton. **A expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul: a UFPel e a implantação da UNIPAMPA.** 2020. 127f. Thesis (Master's in History) – Post-graduate Program in History, Human Sciences Institute, Federal University of Pelotas. Pelotas, 2020.

This research addresses the expansion and interiorization of higher education in Rio Grande do Sul: UFPel and the implantation of the Federal University of Pampa – UNIPAMPA, aiming to investigate the process of interiorization of the higher education and implementation of UNIPAMPA. Initially, I present the historical context of higher education in Brazil, approaching the history of UFPel through a theoretical framework and through higher education in the governments of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrating that this period was favorable with public policies for higher education. Regarding the methodological procedures adopted, these included bibliographical research, institutional documents, such as management reports, official letters, newspaper publications and interviews with the managers of both universities using a case study as method. I draw an analysis of the initial context of the expansion program of higher education and evidence the necessity of a regional insertion, result of the vindication of the local community with politicians and managers of both universities that meets a region characterized by a gradual process of socioeconomical loss that led to an unfair and unequal development, demonstrating the importance of public policies. Despite initial mobilizations were for the federalization of the Região da Campanha University (URCAMP), in 2005 the creation of a new higher education institution was announced. Therefore, political influences from that time were analyzed according to the characters involved as well as the beginning of the activities still under custody of UFPel, creating the Implementation Commission until the approval of Law 11.640/2008, that instituted UNIPAMPA. Despite UNIPAMPA initially was created with ten campus, starting from scratch with two guardian universities. The research objects are five campus connected to UFPel – Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão and Santana do Livramento. Moreover, the need of precise policies is highlighted in addition to a committed implementation team as demonstrated along with the commitment of the city hall and its other partners and the need of an effective participation of the community.

**Key-words:** Expansion. Interiorization Higher Education.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> – Anúncio da federalização .....                              | 63  |
| <b>Figura 2</b> – Mapa Rio Grande do Sul, com divisão dos campi.....          | 68  |
| <b>Figura 3</b> – Escola Municipal Frederico Petrucci – Sede Campus Bagé..... | 74  |
| <b>Figura 4</b> – Campus definitivo Bagé.....                                 | 75  |
| <b>Figura 5</b> – Campus definitivo Caçapava do Sul.....                      | 76  |
| <b>Figura 6</b> – Campus definitivo Dom Pedrito .....                         | 77  |
| <b>Figura 7</b> – Campus definitivo Jaguarão .....                            | 78  |
| <b>Figura 8</b> – Campus Santana do Livramento .....                          | 80  |
| <b>Figura 9</b> – Portaria Nº 225 Nomeação Comissão de Implantação .....      | 82  |
| <b>Figura 10</b> – Posse da Comissão de Implantação .....                     | 84  |
| <b>Figura 11</b> – Aprovação Projeto de Lei 7.204/06.....                     | 86  |
| <b>Figura 12</b> – Aprovação projeto de Lei.....                              | 88  |
| <b>Figura 13</b> – Primeiro prédio Reitoria (alugado).....                    | 103 |
| <b>Figura 14</b> – Segundo prédio reitoria .....                              | 104 |
| <b>Figura 15</b> – Terceiro prédio reitoria .....                             | 104 |
| <b>Figura 16</b> – Assinatura visual da UNIPAMPA .....                        | 105 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 1</b> – Expansão universitária 2002-2014.....                                       | 44  |
| <b>Tabela 2</b> – Número de IFES e Campus Região Sul.....                                     | 45  |
| <b>Tabela 3</b> – Indicadores Acadêmicos, Cursos, Vagas e Matrículas, na Região Sul. ..       | 45  |
| <b>Tabela 4</b> – Campus criados na região Sul de 2003 a 2014.....                            | 46  |
| <b>Tabela 5</b> – A evolução do número de cursos. ....  | 99  |
| <b>Tabela 6</b> – Evolução em número de alunos nos cinco diferentes campi.....                | 100 |
| <b>Tabela 7</b> – Evolução em número de alunos nos 10 campi.....                              | 100 |
| <b>Tabela 8</b> – Evolução em número de docentes e técnicos administrativos nos 10 campi..... | 101 |
| <b>Tabela 9</b> – Cursos novos para 2009. ....  | 102 |

## LISTA DE QUDROS

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 1</b> – Universidades criadas no Expandir (2003/2008). ..... | 40 |
| <b>Quadro 2</b> – Primeira estrutura de gestão Reitoria .....          | 92 |
| <b>Quadro 3</b> – Reuniões do Conselho de Dirigentes da UNIPAMPA ..... | 96 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |  |
|------------|--|
| UNIPAMPA – | Universidade Federal do Pampa                        |
| UFPEl –    | Universidade Federal de Pelotas                      |
| UFSM –     | Universidade Federal de Santa Maria                  |
| PDI –      | Plano de Desenvolvimento Institucional               |
| SESU –     | Secretária de Educação Superior                      |
| REUNI –    | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| USP –      | Universidade de São Paulo                            |
| UDF –      | Universidade do Distrito Federal                     |
| EUB –      | Estatuto das Universidades Brasileiras               |
| CNE –      | Conselho Nacional de Educação                        |
| IES –      | Instituições de Ensino Superior                      |
| UNE –      | União Nacional dos Estudantes                        |
| LDB –      | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional       |
| IFES –     | Instituições Federais de Ensino Superior             |
| PMDB –     | Partido do Movimento Democrático Brasileiro          |
| CF –       | Constituição Federal de 1988                         |
| PRN –      | Partido da Reconstrução Nacional                     |
| PSDB –     | Partido da Social Democracia Brasileira              |
| PNE –      | Plano Nacional de Educação                           |
| PT –       | Partido dos Trabalhadores                            |
| FHC –      | Fernando Henrique Cardoso                            |
| INEP –     | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa             |
| MEC –      | Ministério da Educação                               |
| FIES –     | Financiamento Estudantil                             |
| FAI –      | Fundações de Apoio Institucional                     |
| PGE –      | Plano de Governo para a Educação                     |
| PROUNI –   | Programa Universidade para Todos                     |
| ENADE –    | Exame Nacional de Desempenho de Estudantes           |
| SINAES –   | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior   |
| SISU –     | Sistema de Seleção Unificada                         |

|            |   |
|------------|---|
| UAB –      | Universidade Aberta do Brasil   |
| PNAES –    | Plano Nacional de Assistência Estudantil  |
| UFCSPA –   | Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre                |
| UFT –      | Universidade Federal do Tocantins   |
| UNIFASF –  | Universidade Federal do Vale do São Francisco                                     |
| UFRGS –    | Universidade Federal do Rio Grande do Sul   |
| UTFPR –    | Universidade Tecnológica Federal do Paraná  |
| CEFET/PR – | Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná                                  |
| ANDIFES –  | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior   |
| ANDES-SN – | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior               |
| FASUBRA –  | Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras |
| UNE –      | União Nacional dos Estudantes   |
| ANPG –     | Associação Nacional de Pós-graduandos   |
| UFFS –     | Universidade Federal da Fronteira Sul   |
| UNILA –    | Universidade Federal da Integração Latino-Americana                               |
| IDS –      | Índices de Desenvolvimento Social   |
| MERCOSUL – | Mercado Comum do Sul  |
| SEM –      | Setor Educacional do MERCOSUL   |
| UFFS –     | Universidade Federal da Fronteira Sul   |
| UFABC –    | Universidade Federal do ABC   |
| URCAMP –   | Universidade da Região da Campanha  |
| FURG –     | Universidade Federal do Rio Grande  |
| PP –       | Partido Progressista  |
| PSB –      | Partido Socialista Brasileiro   |
| UNISINOS – | Universidade do Vale do Rio dos Sinos   |
| CNPJ –     | Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas  |
| NTI –      | Núcleo de Tecnologia da informação  |
| CONSUNI –  | Conselho Universitário  |
| CESPE –    | Centro de Seleção e Promoção de Eventos   |
| UnB –      | Universidade Federal de Brasília  |

## SÚMARIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 16 |
| <b>CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEU CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL</b> .....                         | 22 |
| 1.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....   | 22 |
| 1.2 A UFPEL E SUA HISTÓRIA.....  | 29 |
| 1.3 A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.....     | 32 |
| <b>1.3.1 Governo Fernando Henrique Cardoso</b> .....   | 32 |
| <b>1.3.2 Governo Luiz Inácio Lula da Silva</b> .....   | 35 |
| 1.4 PROGRAMA EXPANDIR E REUNI NA REGIÃO SUL DO BRASIL.....   | 38 |
| <b>CAPÍTULO II – CONTEXTO INICIAL E ANÁLISE DA DISPUTA LOCAL: ELITES INTELLECTUAIS E POLÍTICAS</b> ..... | 49 |
| 2.1 CONTEXTO INICIAL E A INSERÇÃO REGIONAL.....  | 49 |
| 2.2 ELITES LOCAIS E A CRIAÇÃO DA UNIPAMPA.....   | 54 |
| 2.3 FEDERALIZAR OU CRIAR NOVA UNIVERSIDADE FEDERAL?.....   | 59 |
| <b>2.3.1 O anúncio de que não iria ocorrer a federalização</b> .....                                     | 63 |
| <b>2.3.2 Das propostas de cursos</b> .....   | 68 |
| 2.4 O INÍCIO DAS ATIVIDADES AINDA SOB TUTELA DA UFPEL.....   | 72 |
| <b>2.4.1 Campus de Bagé</b> .....  | 73 |
| <b>2.4.2 Campus de Caçapava do Sul</b> .....   | 76 |
| <b>2.4.3 Campus de Dom Pedrito</b> .....   | 77 |

|  |            |
|--|------------|
| 2.4.4 Campus de Jaguarão.....  | 78         |
| 2.4.5 Campus de Santana do Livramento.....   | 79         |
| 2.5 COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO.....   | 81         |
| <b>CAPÍTULO III – DA TRAMITAÇÃO À APROVAÇÃO DA LEI DE CRIAÇÃO: E AGORA?.....</b>                             | <b>85</b>  |
| 3.1. PROJETO DE LEI 7204/2006 – INSTITUI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E CRIA LEI 11640/2008..... | 85         |
| 3.2 DESMEMBRAMENTO DA UNIVERSIDADE TUTORA E PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS.....                                      | 89         |
| 3.2.1 Conselho de Dirigentes.....  | 95         |
| 3.2.2 Conselho Universitário, Estatuto e Regimento Geral.....  | 97         |
| 3.2.3 Evolução em números de alunos, docentes e técnicos administrativos.....                                | 99         |
| 3.2.4 Estrutura da Reitoria.....   | 102        |
| 3.2.5 Identidade Visual.....   | 105        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>   | <b>107</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>111</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>116</b> |

## INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar a expansão e interiorização do ensino superior com o estudo de caso: implantação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) com a participação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) como uma das universidades tutoras. A UFPel foi responsável pela implantação de cinco campi, do total de dez, para os quais disponibilizou sua força de trabalho administrativa e acadêmica, tanto em Pelotas, cidade sede da UFPel, como em cada um dos cinco campi da UNIPAMPA nos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi tutora dos campi da UNIPAMPA nas cidades de Alegrete, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Não é objeto desta pesquisa a implantação realizada por parte da UFSM, pois trata-se de outra instituição de ensino superior em que foram adotadas outras metodologias de trabalho. Dessa forma, em virtude da minha própria trajetória pessoal, optei por pesquisar a implantação realizada por parte da UFPel.

Em 2006, prestei concurso público, na UFPel, para técnico administrativo, cargo de Administrador, lotação Bagé. Aprovado no concurso, logo fui nomeado e iniciei minhas atividades em setembro de 2006 junto ao Campus Bagé, até então ainda UFPel. No ano seguinte, em 2007, foi convidado a assumir o cargo de Coordenador Administrativo deste Campus. Posteriormente, em 2008, com a aprovação da Lei 11.640/2008 – Lei de criação da UNIPAMPA, fui convidado pela então Reitora pro-tempore a assumir o cargo de Pró-Reitor Administrativo, onde atuei de 2008 a 2015 retornando, posteriormente, por redistribuição, para a UFPel em 2016.

Fazer parte da história de criação de uma instituição de ensino superior, com as características de interiorização e expansão, é, sem dúvida, uma experiência única na vida. Todas as estruturas, sejam físicas, acadêmicas, pedagógicas ou administrativas, estavam em plena atividade de desenvolvimento e consolidação. Assim, o papel de cada sujeito era de extrema importância, devido à necessidade de busca por respostas em relação aos problemas enfrentados diariamente, além de incertezas e preocupações que cada vez mais instigam a busca por respostas. Por

esse motivo, não poderia deixar de pesquisar sobre esses fatos que se iniciaram com um grande movimento político e social em uma região com muitas carências de desenvolvimento.

Ao pesquisar a história da expansão e interiorização do ensino superior ou, mais precisamente, a implantação UNIPAMPA, com participação de uma universidade tutora, temos, intrinsecamente, a oportunidade de compreender o presente e verificar de que forma, ao longo da trajetória histórica, esse ambiente educacional sofreu influências – sejam estas econômicas, políticas, tecnológicas, sociais e culturais – de certa forma mobilizando a universidade do século XXI a passar por significativos processos de transformação. Para entender o processo em curso, é necessário compreender como a universidade se estruturou, de modo a compreender quais papéis sociais foram sendo estabelecidos para essa instituição, situando-a no tempo e no espaço.

O reconhecimento das condições regionais, junto à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade, no interior do estado do Rio Grande do Sul, com a mobilização da comunidade em geral e de seus políticos, motivou a necessidade de uma Instituição Federal de Ensino Superior. A confirmação dessa possibilidade foi anunciada em 27 de julho de 2005, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi criado, posteriormente, o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, em um primeiro momento, pela implantação da nova Universidade e resultando na assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação e a UFPel.

Cabe registrar aqui que a implantação dessa universidade tinha como finalidade, além de concretizar o princípio de interiorização das universidades federais no Rio Grande do Sul, contribuir com o desenvolvimento econômico, cultural, social e educacional de uma região de interior do estado conhecida apenas pelo seu potencial na agropecuária na qual, na maioria das vezes, poucas famílias detinham grande parte do poder econômico. Dessa forma, surgiu a UNIPAMPA, implantada na área das fronteiras do Brasil com o Uruguai e a Argentina para atuar pelo desenvolvimento regional da denominada mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Consta, no diploma instituinte, a finalidade de realizar como atividades-fim o ensino, a pesquisa e a extensão distribuídas nos dez campi, nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão,

Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, além da reitoria, que também se localiza na cidade de Bagé.

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar o processo de interiorização do ensino superior e implantação da UNIPAMPA, por parte da UFPel, no sul do estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos propostos são: analisar o processo de interiorização no Rio Grande do Sul; discutir a relação entre a UFPel e a UNIPAMPA, durante o período de implantação; bem como as tensões locais envolvidas para essa implantação.

Como metodologia, foi utilizada a história oral que permite que se tenha acesso a uma pluralidade de memórias. Sua particularidade deve-se ao fato de mostrar, através das memórias sociais, os limites do trabalho de enquadramento da memória. “Entendida como metodologia, a história oral nos remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica” (AMADO & FERREIRA, 1996, p. 8). Nesse sentido, a história oral tem como finalidade encontrar, nos relatos, dados que complementem os documentos escritos e consiste, segundo Alberti (2005, p. 37), em entrevistas que “[...] versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido [...]”. Por meio das entrevistas temáticas, é possível realizar um roteiro, de caráter flexível.

Não podemos esquecer da importância da história oral atrelada a outros documentos, já que é possível estabelecer, desse modo, um debate complementar, confrontando e estabelecendo versões a partir de documentos consagrados. Sobre a documentação escrita, é digno citar Cellard (2008, p. 295) que enfatiza que

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo o pesquisador nas ciências sociais. Ele é evidentemente insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Para esta pesquisa, também foi realizada uma análise documental, em que foram consultados: pesquisa bibliográfica, legislação pertinente, sítios da UFPel e UNIPAMPA e do Ministério da Educação, matérias e artigos publicados na internet, documentos internos de ambas as universidades (atas, regimento, estatuto, PDI, relatórios de gestão), assim como foram consultados jornais, artigos e revistas.

Foram realizadas três entrevistas: a primeira, realizada no dia 26 de fevereiro de 2018, em Porto Alegre/RS, com a Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz Luce (ANEXO A), Presidente da Comissão de Implantação da UNIPAMPA. Tal Comissão foi instituída através da Portaria nº 225 da SESU – Secretária de Educação Superior, em 16 de março de 2007, tornando a Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz, a partir da aprovação da Lei 11640/2008 que criou a UNIPAMPA, a primeira Reitora pro-tempore (2008-2011). A segunda entrevista ocorreu em 05 de dezembro de 2018, em Pelotas/RS, com o ex-Reitor da Universidade Federal de Pelotas (1993-1997, 2005-2008 e 2009-2012), Prof. Antonio Cesar Gonçalves Borges (ANEXO B). A terceira entrevista, realizada no dia 06 de dezembro de 2019, em Pelotas/RS, foi com o Prof. Dr. Luiz Fernando Minello (ANEXO C), Pró-Reitor de Graduação da UFPel durante a gestão do ex-Reitor Cesar Borges (2005-2007) e atual Diretor do Instituto de Biologia. As duas primeiras entrevistas foram guiadas por um roteiro básico de 17 questões e a terceira teve um roteiro mais flexível<sup>1</sup>. Através das memórias reavivadas, tornamos este estudo mais concreto e próximo da realidade, uma vez que foi possível preencher lacunas deixadas nos registros documentais ou nas histórias não contadas nesses mesmos registros.

Para Pollak (1989), a metodologia de história oral permite acessar as memórias subterrâneas, trazendo à luz da reflexão histórica informações que não estão contempladas nos documentos oficiais. Já para Candau (2006), a memória propriamente dita ou de alto nível, é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: uma evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos, etc.).

Como marco teórico, a presente pesquisa está relacionada à História do Tempo Presente. Delgado e Ferreira (2013) entendem que o tempo presente se refere a um passado atual ou em permanente processo de atualização, que está inscrito nas experiências analisadas e que inclui diferentes dimensões, como um processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo. Nesta pesquisa, o uso da história oral torna-se primordial, visto que ainda se tem acesso a fontes vivas. O anúncio da criação da

---

<sup>1</sup> Os roteiros estão disponíveis nos anexos. Autorização de uso se deu através de Termo de Cessão, todos assinados logo após o término das entrevistas.

UNIPAMPA ocorreu em 2005, ou seja, um passado atual em que é possível pesquisar os fatos diretamente com os personagens envolvidos.

Em relação à História do Tempo Presente, Santos (2009, p. 8) reflete que: “o historiador do presente trabalha sobre um passado mais próximo, com os acontecimentos indefinidos ou até mesmo no meio dele. Dessa forma, a história do presente é primeiramente e antes de tudo história”. Nesse sentido, foi possível refletir melhor sobre a realidade estudada, uma vez que tive uma proximidade temporal e espacial com as fontes produzidas na pesquisa – sendo meu ambiente de trabalho uma universidade federal.

Para Padrós (2004), a originalidade da abordagem do tempo presente está no fato de poder captar a atualidade, a novidade, a irrupção e a emergência de tendências, assim como as possibilidades de estabelecer as conexões que a interligam com um passado histórico. Dessa forma, entendo que o importante é que o historiador do tempo presente, que vive os problemas da realidade, que se vê diante dos acontecimentos e busca interpretá-los, sabe que a História é o estudo das sociedades humanas em diferentes temporalidades, e utiliza o passado como embasamento para melhor compreender presente.

Também foram considerados os conceitos da História Política, com os quais esta pesquisa pretendeu dar uma contribuição para a História Institucional, pois, conforme argumenta a análise de René Rémond (2003, p.7), “ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central”, que, por sua vez, servirão de reflexão aos fenômenos políticos.

Heinz (2006) cita os espaços e mecanismos do poder em diferentes sociedades e como esses princípios são empregados para o acesso às posições dominantes, conforme fizemos, no Capítulo II, uma análise da disputa local entre as elites.

Sendo assim, esta pesquisa será dividida em três capítulos. No Capítulo I, abordamos a educação superior e seu contexto histórico no Brasil, que perpassa por diferentes governos, com diferentes prioridades. Além disso, descrevemos um pouco da história institucional da UFPel. Posteriormente, apresentamos o marco teórico, passando pela Educação Universitária nos governos de Fernando Henrique Cardoso

e Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse contexto, também descrevemos os programas Expandir e REUNI, no processo de expansão e interiorização do ensino superior na Região Sul, passando pelas novas universidades federais criadas, assim como a expansão das universidades antigas.

No Capítulo II, dissertamos sobre o contexto inicial e a inserção regional, com uma análise da disputa local e os personagens envolvidos, encaminhamentos e discussões sobre federalizar ou criar uma nova Universidade Federal. Explanamos sobre o início das atividades dos campi, ainda sob tutela da UFPel. Por último, são abordadas questões referentes à Comissão de Implantação.

No Capítulo III, abordamos aspectos em relação à tramitação do projeto de lei até a aprovação da Lei de criação, passando pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. O desmembramento da universidade tutora e as primeiras providências também são abordados neste Capítulo, assim como a criação do Conselho de Dirigentes, Conselho Universitário e os primeiros documentos. Por fim, apresentamos a evolução em números da UNIPAMPA, bem como a estrutura física da reitoria, além de questões sobre a identidade visual da Universidade.

# CAPÍTULO I

## A EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEU CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL

### 1.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A vinda da corte portuguesa, em 1808, marca o início da constituição do núcleo de ensino superior no Brasil, cujo padrão de desenvolvimento teve, como características principais, sua orientação para formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema. “As primeiras escolas superiores, criadas em 1808 perduraram até 1934, com um modelo de ensino superior voltado na formação para profissões liberais tradicionais, como Direito e Medicina, ou para as Engenharias” (SAMPAIO, 1991). Até o início do século XX, a educação no Brasil esteve praticamente abandonada, uma vez que, no entender de Romanelli (1991, p. 33),

a economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e não na mão-de-obra escrava teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Ela favorece o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal.

Dessa forma, a educação no Brasil caminhou com dificuldades, visto que, desde o início, era reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora e sempre esteve voltada à estratificação e à dominação social. Além disso, esteve arraigada por diversos séculos em nossa sociedade a concepção de dominação cultural de uma parte minúscula dessa mesma sociedade, configurando a ideia básica de que o ensino era apenas para alguns e, por isso, os demais não precisariam aprender. Morosini (2006) afirma que, no Brasil, quando o assunto é universidades, o atraso em relação a outros países norte, centro e sul-americanos é de dois a três séculos, conforme segue:

uma observação preliminar deve ser feita também a propósito do momento a partir do qual se pode afirmar a existência de universidade no Brasil, que se dá em profundo descompasso com o que teria ocorrido em outros países norte, centro e sul-americanos. Um fato é inquestionável: o Brasil atrasou-se de dois a três séculos, neste campo, em relação a diversos países do continente. Tem sido o último ou um dos últimos a constituir e reconhecer

oficialmente universidades, ainda que se levem em conta as precárias experiências de universidade em Manaus (1909) São Paulo (1910) e Curitiba (1913), das primeiras duas décadas do século XX. Até então se tratava de experiências de Seminários, Conventos e Escolas, estas, em geral, estritamente profissionais, que respondiam pragmaticamente ao imediatismo das exigências do poder burocrático e das necessidades das elites detentoras dos poderes econômico, político e cultural (MOROSINI 2006, p. 353).

A presença e o controle do Estado no ensino era de tal forma que determinava as instituições a serem criadas, seus objetivos, o estabelecimento do *currículum* e os próprios programas das instituições de ensino superior (SAMPAIO, 1991) seguiam a notória forma de gerir voltada aos interesses individuais, partidários ou na preservação dos gestores da época, manifestando, dessa forma, as influências clientelísticas e políticas. As constantes reformas educacionais em conjunto com as Leis sobre atribuições à Educação Pública e ao Ensino Superior, em conjunto com a falta de planejamento das instituições de ensino superior no Brasil, desde a sua origem, causam reflexos até hoje.

Pereira (2010, p. 44) ratifica que a palavra planejamento

lembra pensar, criar, moldar ou até mesmo tentar controlar o futuro da organização dentro de um horizonte estratégico. [...] Nesse sentido, planejamento difere de improvisar. Enquanto o primeiro está preocupado em elaborar um plano para fazer algo ou mesmo criar um esquema para agir, o segundo prepara algo às pressas no momento em que as coisas acontecem e às vezes age ao acaso.

A primeira universidade criada legalmente pelo governo federal foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920<sup>2</sup>. Foi a primeira que vingou com o nome de universidade, a partir da convergência de três faculdades já existentes: Medicina, Politécnica e Direito. Cunha (2007a) afirma que, anos antes, três universidades já haviam sido criadas, à revelia do poder central, nos estados do Amazonas (Universidade de Manaus, 1909), de São Paulo (Universidade de São Paulo, 1911) e do Paraná (Universidade do Paraná, 1912). No entanto, essas universidades tiveram vida curta, somente se reestabelecendo décadas mais tarde, motivo pelo qual não são contabilizadas no histórico como exemplos válidos de universidade, conforme frisa o autor.

---

<sup>2</sup> Através do Decreto nº 13.343.

Nas décadas seguintes, foram criadas a Universidade de São Paulo – USP (1934) e a Universidade do Distrito Federal – UDF (1935), sendo que esta teve uma vida curta, apenas de 1935 a 1939. Com o Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), surge o Ministério de Educação e Saúde promovendo uma reforma educacional, em 1931, que ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos, nome do então ministro. Conforme destaca Romanelli (1986, p. 131), “era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era pela primeira vez imposta a todo território nacional. Era, pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação”.

No âmbito das políticas educacionais, destaca-se a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras (EUB), que vigorou até 1961 e previa: que a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; a universidade deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica. Além disso, admitia o instituto isolado e previa que, mesmo em universidades particulares, a posse dos reitores dependia da sanção do Ministério.

Também em 1931, com o advento do Estatuto das Universidades, através do Decreto-Lei nº 19.851/31 do CNE – Conselho Nacional de Educação pelo Decreto-Lei nº 19.850/31, é que finalmente se firmaram as políticas iniciais em torno do que seriam as universidades no Brasil.

O Estatuto das Universidades admitia duas formas de organização do ensino superior: a universidade e o instituto isolado. Ambas poderiam ser mantidas pelo governo federal ou estadual e a segunda àquelas mantidas por fundações ou associações particulares (FÁVERO, 2000, p. 43).

De acordo com o que consta do Decreto nº 19.851/31, a organização poderia se dar em universidade ou em institutos isolados, a admissão do aluno se daria mediante vestibular e a educação seria paga. Ademais, existiriam IES – Instituições de Ensino Superior, oficiais ou livres, ou seja, mantidas ou não pelo governo. Concomitantemente a esse processo, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários para a criação

da UNE – União Nacional dos Estudantes, em 1938, um elemento importante para a sua organização.

Nas décadas de 1940 e 1950, surgem diversas universidades importantes nos estados de Pernambuco, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, assim como se consolidam ações em torno da pós-graduação e se destaca o papel das instituições no cenário regional. Sob o impacto do populismo, a educação superior passou por um primeiro surto de expansão. São visíveis algumas características do processo de expansão do ensino superior nesse período, passando de 27.253 estudantes, em 1945, para 142.386, em 1964 – o que representa uma taxa de crescimento de 236,7% (CUNHA, 2007b). Da mesma forma, impressiona o número de universidades, que passou de cinco em 1945, para 16 em 1954 e 37 em 1964.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a promulgação da Constituição de 1946 e o surgimento do Estado populista desenvolvimentista, novas reformas surgiram e, com elas, um longo período de reivindicações em favor da escola pública, universal e gratuita. Essas reivindicações repercutiram no Congresso Nacional e, após um período de 14 anos de tramitação, em 1961, culminou a promulgação da Lei 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Todavia, quando aprovada, a Lei foi vista como uma derrota entre os educadores e participantes do movimento estudantil que lutavam pela escola pública e por um ideal de universidade.

Ainda em 1961, ocorreu a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília sendo, então, criada a Universidade de Brasília em que um dos principais objetivos era o desenvolvimento de uma cultura e de tecnologias nacionais ligadas ao projeto desenvolvimentista. Foi a primeira universidade brasileira que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades pré-existentes; possuía estrutura integrada, flexível e moderna, ao contrário da universidade segmentada em cursos profissionalizantes.

Em 1964, após a tomada do poder pelos militares, as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do governo federal: foi afastado um grande número de professores, principalmente na Universidade Brasília. Além disso, também foram criadas as Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter *subversivo*, tanto de professores quanto de alunos.

Graciani (1984) argumenta que o golpe de 1964 foi um acontecimento de raízes não estritamente políticas, mas facilitado pela crise dos processos econômicos que aniquilaram a democracia populista e a ideologia nacional desenvolvimentista. O governo militar (1964-1985), instituído pelo golpe, passou a intervir direta e indiretamente em todos os setores da economia, reelaborando as condições de funcionamento dos mercados de capital e a força de trabalho como base para o desencadeamento de um surto de progresso (IANNI, 1986).

Após longos anos de penumbra – nos quais a reforma universitária era debatida, exclusivamente, nos fechados gabinetes da burocracia estatal –, iniciou-se, em 1968, uma nova discussão. O Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações, buscando mais eficiência e reafirmando os princípios de unidade de funções de ensino da pesquisa, da plena utilização de recursos materiais e humanos e o de não duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes. Estabeleceu, ainda, a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica. Nesse sentido, essa Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. A Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária, dirigia-se às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), entretanto, como grande parte do setor privado dependia de subsídios governamentais, seu alcance ultrapassou as fronteiras do sistema público federal, atingindo as instituições privadas que procuraram adaptar-se a algumas de suas orientações.

Com a Reforma de 1968, surgiu a universidade que se conhece atualmente, principalmente no que diz respeito à forma de administração e à divisão organizacional dos cursos e áreas do conhecimento. Com a departamentalização por área do conhecimento, as estruturas administrativas deram espaço à ampliação do escopo de atuação dos departamentos entre os diferentes cursos existentes e que poderiam ser criados. Todavia, é na década de 1970 que os reflexos das políticas adotadas na década anterior são mais evidentes. Com a pressão pelo aumento de vagas cada vez mais forte, ocorreu uma expansão no setor privado com

a criação de inúmeras faculdades isoladas, em locais onde havia maior demanda, ou seja, na periferia dos grandes centros, e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos.

Já na década de 1980, o movimento foi contrário, marcado por uma estagnação no crescimento do ensino superior em consequência de uma forte crise na economia pela qual o país passou. A crise econômica enfrentada pelo país teve consequência direta na expansão das matrículas do ensino superior. Nesta década, contudo, em 1985, temos como marco político a primeira eleição para a presidência, com movimento civil *Diretas Já*<sup>3</sup>, que resultou na vitória de Tancredo Neves (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro) para assumir o cargo de Presidente da República nas eleições de 1985. Entretanto, Tancredo faleceu antes de ocupar o cargo, assumindo a presidência, portanto, o vice, José Sarney (PMDB).

Foi então no Governo Sarney que foi formulada e concluída a Constituição Federal (CF) de 1988, na qual, no art. 205, a educação é definida como um direito de todos e dever do Estado e da família. Esse preceito constitui-se como base de sustentação para definição de políticas públicas da educação do país. Além do mais, definiu a autonomia universitária e estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo a gratuidade nos estabelecimentos oficiais e, do mesmo modo, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único.

Ainda em 1989, a sociedade brasileira pôde votar pela primeira vez após o fim do regime militar elegendo, como presidente da República, Fernando Collor de Mello (PRN – Partido da Reconstrução Nacional). Neste governo (1990-1992), de acordo com Sguissardi (2009), o processo de liberalização econômica começou a ganhar terreno, a partir da *abertura democrática* e dos ajustes realizados na economia visando o contexto da mundialização do capital. No entanto, o período foi marcado por escândalos de corrupção, resultando no *impeachment*, em 1992. Assumiu o vice-presidente, Itamar Franco (PMDB /1992-1993), dando continuidade às ações e aos ajustes já iniciados.

Na década de 90, uma mudança de marco legal transformou profundamente o setor de ensino superior. Entre várias inovações, a implantação da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação em 1996 (LDB/96) – Lei 9.394/96 – no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira), com

---

<sup>3</sup> As *Diretas Já* ocorreram em 1983 e 1984 reivindicando eleições diretas para o cargo de presidente do Brasil, pois, até então, o presidente da República deveria ser membro das Forças Armadas.

15 artigos que regulamentam o sistema da educação superior, permitiu a criação de instituições de ensino superior com fins lucrativos, trazendo empreendedores para o setor de educação na busca de retornos financeiros satisfatórios. Isso resultou em uma grande expansão de instituições privadas, com o conseqüente aumento de instituições e oferta de vagas.

Ainda no governo FHC foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172/2001. O Plano foi uma proposta da sociedade brasileira, escrita com ideias voltadas para uma vertente distinta do governo, produzida após discussões e debates em um congresso onde havia representantes de sindicatos e de outros setores da sociedade, ou seja, interesses distintos dos quais o governo trazia. Por esse motivo, não foi tratado com relevância quando aprovado.

Posteriormente, em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT – Partido dos Trabalhadores), é que ocorrem os primeiros passos para aplicação do PNE. O plano de governo resultou na expansão da Rede Federal de Educação Superior, com a interiorização e regionalização dos campi das universidades federais. O diagnóstico do plano afirma que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior” (PNE, 2001, s/p).

Com essa perspectiva, o PNE defende que a produção de conhecimento é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais. O desafio atual do ensino superior é atuar para a solução dos problemas existentes no momento, em todos os campos da vida e da atividade humana, e abrir um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades.

A universidade é uma instituição social e, como tal, expressa de determinada maneira a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo e que a ela deve estar voltada. Além disso, precisa agir baseada no reconhecimento público e de suas atribuições e não pode estar separada da ideia de democracia e de democratização do conhecimento.

Quando se aborda o tema da relevância da educação superior, há uma tendência para reduzir esse conceito ao da resposta apropriada às demandas da economia ou do setor empresarial. Não há dúvida de que a educação superior deve responder a essas demandas, mas na sua relevância transcende a questão, e precisa ser examinada a partir de uma perspectiva mais ampla, levando em conta os desafios e as demandas que

Ihe são impostas a sociedade como um todo (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 20).

As universidades devem exercer um papel estratégico no desenvolvimento de suas regiões e do país, a partir de seu comprometimento com a produção e a socialização de conhecimentos, alicerçadas a um processo dinâmico e permanente de interlocução com a sociedade. Como instituições sociais, as universidades, circunscritas em contextos históricos, políticos, econômicos e culturais determinados, são demandadas em termos de definições e posicionamentos políticos na busca de uma contribuição cada vez mais significativa para o desenvolvimento das regiões onde se inserem. Nesse contexto, no Brasil, temos que considerar que, historicamente, o acesso ao ensino superior não é realidade para todos, há não muito tempo era considerado possível somente para a elite da população.

Conforme consta na Declaração Universal de Direitos Humanos, no Artigo XXVI, 1, a admissão à educação superior deve ser acessível a todos com base no mérito. Como consequência, o ingresso e a permanência na educação superior não admitem qualquer discriminação, seja em virtude de raça, sexo, idioma, religião ou condições econômicas, culturais, sociais ou incapacidades físicas. O único critério admissível é o próprio mérito e esforço e a determinação pessoal em integrar a universidade.

## 1.2 A UFPEL E SUA HISTÓRIA

Importante também contextualizar um pouco da história da própria Universidade Federal de Pelotas. De acordo com a *Resenha histórica*<sup>4</sup>, disponível na página WEB da UFPel, a instituição teria sido criada pelo Decreto-Lei nº 750, de 08 de agosto de 1969.

A história da UFPel remonta à Universidade Rural do Sul (URS), cujo surgimento, em 1960, resultou de esforços movidos por professores da

---

<sup>4</sup> Resenha histórica – Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/45anos/resenha/>. Acesso em: 04 jan., 2019.

Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que desde 1957 lutavam por sua criação. O decreto que criava a Universidade Rural do Sul, vinculada ao Ministério da Agricultura, era composto pela centenária Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Veterinária, Escola de Pós-Graduação e pelo Centro de Treinamento e Informação (Cetreisul), considerado uma unidade acadêmica. Em 1967, o decreto nº 60.731 federaliza a Universidade Rural do Sul, sendo transferida para o Ministério da Educação e Cultura, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), e as unidades passam de cursos a faculdades. Em 1968, foi criada uma comissão composta por professores e acadêmicos, destinada a estudar e propor a reestruturação da universidade (Resenha histórica, *idem* Nota 4).

A criação da UFPel acabou incorporando unidades de outras instituições de ensino, conforme relatado na Resenha histórica<sup>5</sup>. Em relação aos desdobramentos políticos, sobre o processo de criação da UFPel, não podemos deixar de comparar o processo ocorrido durante a criação UNIPAMPA, visto até mesmo como uma preocupação, em relação à federalização, de acordo com a professora Beatriz Loner, que relata na Resenha histórica:

o processo de criação da UFPel, iniciado em 1968 por políticos e professores da região, foi resultado de uma intensa campanha de mobilização da opinião pública, de pressões e gestões junto a políticos e órgãos federais, no sentido de unificar-se os vários institutos de ensino superior existentes na cidade num único conjunto, ampliando o número de cursos e unidades e potencializando os recursos disponíveis, até então dispersos ou divididos entre vários órgãos.

Essa campanha surgiu de lideranças políticas da cidade, juntamente com setores dos vários cursos envolvidos. Apenas setores, pois havia, por parte de um grande número de professores, o temor da perda de prestígio, posição ou direitos conquistados, especialmente para aqueles cursos já

---

<sup>5</sup> “Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958. E outras instituições particulares que existiam em Pelotas foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel. De sua parte, a Faculdade de Ciências Domésticas deu origem a outras unidades, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo. Foi responsável também pela criação do Serviço de Informação e Orientação ao Consumidor (Siocon), que atuou durante 18 anos em Pelotas, na educação e defesa do consumidor. O objeto de estudo da Faculdade de Ciências Domésticas sempre foi a família, principalmente a de baixa renda. Formava profissionais bacharéis e licenciados para ensino de 1º e 2º graus. Teve seu último vestibular em 1997. Suas memórias fazem parte das raízes da UFPel. A Universidade Federal de Pelotas teve como primeiro reitor o professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, o qual administrou a Universidade até 1977. Em sua gestão a UFPel expandiu-se, tanto em número de cursos quanto de alunos, estruturando-se como universidade e construindo o seu campus nas instalações da antiga UFRRS, junto à Faculdade de Agronomia” (trecho extraído da Resenha histórica – UFPel).

vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principal instituição universitária do Estado.

Para as lideranças políticas da região e para os cursos que viam na criação da UFPel a conquista de sua própria federalização, a fundação da universidade era um objetivo essencial, inclusive para auxiliar no desenvolvimento econômico e cultural do município. Dessa forma, puseram-se em campo. Os vários lances dessa campanha passaram pela busca de apoio entre a população e autoridades, destacando-se o deputado e depois ministro da Educação, Tarso Dutra, e o próprio general Costa e Silva, presidente da República, o qual havia residido em Pelotas anteriormente e manifestado o desejo de “dar um presente” à cidade que o acolhera amistosamente, segundo depoimentos de contemporâneos (Resenha histórica, *idem* Nota 4).

Com a intenção de aglutinar os estabelecimentos isolados, a UFPel surge como resultado da interiorização do ensino superior da época, sendo estruturada dentro dos princípios da reforma Universitária. Ainda conforme descreve Beatriz Loner,

a UFPel era vista como uma forma de trazer mais dinamismo à economia pelotense e auxiliar na solução dos problemas históricos que entravavam, na visão dos seus promotores, o desenvolvimento da região sul como um todo. Ainda hoje, a Universidade é uma instituição de peso dentro da cidade: seu orçamento é o segundo do município, só inferior ao da Prefeitura e, mesmo assim, por pequena diferença.

Outra influência relevante na criação e manutenção das primeiras unidades foi a Maçonaria. Odontologia, Farmácia e Direito foram obras de profissionais liberais maçons, e até na fundação da Medicina, várias décadas depois, ela participou, senão efetivamente, pelo menos com o seu apoio. Outras categorias e setores sociais acompanhavam os processos de mobilização, também considerando as instituições de ensino superior como uma possibilidade para o desenvolvimento social e econômico da cidade. Organizados em grêmios e na Federação Acadêmica Pelotense, fundada em maio de 1923, os estudantes sempre tiveram um papel atuante nessas lutas, especialmente na federalização da Escola de Agronomia, em 1945, na campanha pela incorporação do Direito e Odontologia, em 1947/48, e na criação da UFPel, em 1968/69 (Resenha histórica, *idem* Nota 4).

Segundo o professor e historiador Mário Osório Magalhães (falecido em 2012), em seu livro *UFPel: 30 Anos*, após a criação da UFPel, iniciou-se o período de estruturação da Universidade com a implantação dos seus órgãos administrativos, além da reformulação e adequação das antigas unidades e da criação dos institutos básicos necessários ao seu funcionamento.

### 1.3 A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

#### 1.3.1 Governo Fernando Henrique Cardoso

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito no ano de 1994 e reeleito em 1998, com mandatos compreendidos, portanto, entre os anos de 1995 a 2002. Nesse período, a disseminação e a implantação de ideias neoliberais<sup>6</sup> despontaram com mais vigor. As propostas da vertente gerencial foram implementadas durante o governo de FHC com a participação ativa do ex-ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, a quem coube implementar o Plano Diretor de Reforma do Estado (BRASIL,1996) com a proposta de que o Estado fosse dividido em quatro setores: (1) núcleo estratégico (com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário); (2) atividades exclusivas (Regulamentação, Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Seguridade Social Básica; (3) serviços não exclusivos (Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus) e (4) produção de bens e serviços para o mercado – Empresas Estatais.

Assim, ao estabelecer que as universidades iriam pertencer aos serviços não exclusivos, com a proposta de que a forma de propriedade dominante deveria ser a pública não-estatal, é justificada a política adotada pelo governo FHC e suas ações desestruturantes, com a conseqüente falta de atenção às instituições federais de ensino superior. Para Bresser Pereira (1996, p. 23),

na União os serviços não-exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A ideia é transformá-los, voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com autorização do parlamento para participar do orçamento público. Organização social não é, na verdade, um tipo de entidade pública não estatal, mas uma qualidade dessas entidades, declarada pelo Estado.

---

<sup>6</sup> FHC buscou implantar as recomendações do Consenso de Washington, que sintetizava, já no final da década de 1980, as recomendações de órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, entre os principais, a linha de ação neoliberal para a economia mundial.

No momento em que as instituições de educação privadas tiveram a oportunidade de expandir, houve a adoção do contraponto de uma política pública de estagnação de verbas nas instituições públicas de ensino superior, o que acabou desacelerando pesquisa e extensão, de forma a atingir o funcionamento destas pela falta de materiais nos laboratórios, falta de água, de energia elétrica, dentre outras dificuldades. O objetivo era mostrar que, somente com a privatização das universidades públicas, era possível fornecer um ensino de qualidade.

Como observa Souza Santos (2010), no momento em que o Estado decide reduzir seu compromisso com as universidades e com a educação em geral e abre, ao setor privado, a produção do bem público, alega ser a educação um bem público que não deve ser exclusivamente assegurado pelo Estado.

O financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), uma obrigação garantida pela Constituição de 1988, foi reduzido<sup>7</sup>. Conforme dados do INEP/MEC, entre 1997 e 2002, o número de instituições privadas passou de 689 para 1.442 e o número de instituições públicas passou de 211 para 195. Cabe lembrar que nesse período foi criado o Financiamento Estudantil (FIES), através da Lei 10.260/2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Conforme consta:

Art. 1º – É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria (BRASIL, 2001).

Esse programa contribuiu de forma significativa para a expansão das matrículas no setor privado, ou seja, houve alocação de recursos públicos nas instituições privadas, fato que não carece questionamentos. Contudo, o grande problema foi a falta de investimento nas/para as instituições federais de ensino superior. Outro encaminhamento feito pelo governo, nessa época, foi para aprovar emendas ou leis ordinárias que promovessem a autonomia financeira, mediante a transformação das IFES em organizações sociais, com a intenção de deslocar essas

---

<sup>7</sup> Como pode ser observado, comparativamente, a partir do percentual do PIB destinado às IFES: em 1995, primeiro ano do governo, correspondia a 0,88% do PIB (R\$ 13.67269), enquanto que em 2002, último ano do governo, correspondia a apenas 0,61% do PIB (R\$9.8477). Embora o PIB tivesse crescido, o chamado custo-aluno sofreu, no período 1995-2001, uma redução de 51%, passou de R\$ 11.198,00 para R\$ 5.488,00 (AMARAL *apud* SGUISSARDI, 2009, p.187).

instituições para o campo mercantil (ARAÚJO, 2011), autorizando a arrecadação de fundos de qualquer natureza. Na ausência do financiamento estatal, através da implantação das Fundações de Apoio Institucional (FAI), entidades privadas foram instaladas, muitas vezes, dentro das universidades ou em prédios alugados (Lei nº 8.958/94).

Sguissardi (2009, p.38) ressalta, na visão de Bresser-Pereira, ex-ministro, que as fundações de apoio teriam sido criadas para dar “flexibilidade ao rígido sistema burocrático das universidades federais e estaduais” sendo, em muitos casos, uma forma de complementar os salários dos professores de departamentos profissionais, estimulando-os a ficarem na universidade em vez de se dedicarem à consultoria privada. Para os casos de arrecadação de receitas para as universidades com a prestação de serviços, as fundações de apoio criaram taxas de inscrições e outras atividades que não envolvessem a burocracia da legislação vigente na época.

Sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da Educação Paulo Renato Souza, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, surge como marco legal básico que conduziu à reformulação do sistema de educação superior brasileiro, além de ter sido a lei que mais favoreceu as empresas privadas. A reforma da educação superior ocorrida nesse período buscou impulsionar o processo expansionista no intuito de atender à demanda por formação superior sem, contudo, elevar a alocação de investimentos no setor público.

Nesses termos, pode-se citar, também, a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2011), Lei nº 10.172, de janeiro de 2001, que estabelecia: as diretrizes da educação, com destaque para as políticas de diversificação das IES (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores); a reafirmação das fontes de financiamento para a educação superior; a fixação de metas para o aumento dos investimentos na área, principalmente do setor privado; e a ampliação da cobertura, que deveria alcançar, ao fim do período, 30% em relação à faixa etária de 17 a 24 anos<sup>8</sup>.

Dessa forma, através do PNE, são designados os rumos da educação superior para a década seguinte. Além do que já foi citado, o PNE ampliava a

---

<sup>8</sup> Segundo Sguissardi (2009), países como Argentina, Chile e Uruguai já ultrapassavam, em 2002, os 30%, meta que o Brasil estabeleceu para o ano de 2011.

diversificação dos cursos e a criação de políticas de compensação para egressos no ensino público e para minorias, como negros e índios.

Assim, podemos concluir que, durante o governo FHC, foram elaborados planos, normatizações e leis, mas pouco foi colocado em prática no que se refere às instituições federais de ensino superior.

### 1.3.2 Governo Luiz Inácio Lula da Silva

Em 2003, assume como presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que incrementou políticas públicas educacionais incentivando, assim, a expansão do ensino superior. Com o então ministro da Educação Tarso Genro, priorizou a reforma universitária na universidade pública, combatendo a ideia de a educação superior ser tratada como comércio e prezando pela qualidade do ensino e pelo acesso democrático às universidades.

O processo de democratização compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites. A definição de um projeto para a educação superior deve entender esta como bem público, destinada a todos indistintamente, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira, sendo que a universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças<sup>9</sup>.

Foi através do Ministério da Educação que surgiu a expansão do ensino superior, por intermédio das universidades públicas federais, com o objetivo de cumprir a LDB (Lei 9394/96) e atender aos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE). A partir do ano de 2003, o governo federal elaborou uma série de políticas públicas direcionadas à educação, como a criação do Programa de Expansão da Educação Superior Pública (2003-2006) no qual estava incluída a UNIPAMPA. A principal meta era interiorizar o ensino superior público federal, ampliando o acesso e a permanência. Buscava-se, também, reduzir as desigualdades regionais e sociais, incentivando o desenvolvimento socioeconômico

---

<sup>9</sup> A Democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>. Acesso em: 05 jan., 2019.

de regiões com indicadores sociais, econômicos, culturais ou científicos inferiores à média nacional. Ainda, em relação aos motivos da criação do Programa Expandir, consta no Balanço de governo que:

dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) indicam que, no período de 1995-2001, as universidades federais perderam 24% dos recursos para custeio e 77% de recursos para investimento em salas de aula, laboratórios, computadores e acervo bibliográfico<sup>10</sup>.

Dentro do plano do governo federal de expansão da rede federal de ensino superior, foi criado, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais/REUNI (2007/2012) instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Dentre os objetivos do REUNI estão: criação de condições para a ampliação do acesso e para permanência na educação superior, no nível de graduação, melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais e, ainda, possibilidade de criação de novos campi no país. Esses programas de governo buscavam tanto expandir quanto defender a universidade pública, conforme esclarece Haddad (2008, p.16):

[...] o REUNI, mediante investimento maciço na educação superior, pretende melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação. O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública.

Com o Plano de Governo para a Educação (PGE) – Uma escola do tamanho do Brasil, foram sinalizadas mudanças significativas, no campo da educação superior, comprometidas com um conjunto de políticas e ações do governo federal, articulado com os governos estaduais e municipais. Dentre as mudanças, destacam-se:

1. A promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (Artigo 207 da CF);
2. O reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país;
3. A consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país;
4. A expansão significativa da oferta de vagas no ensino

---

<sup>10</sup> Balanço de governo 2003-2010. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br>. Acesso em: 29 nov., 2019.

superior, em especial no ensino público; 5. A ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação de crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados constitucionalmente à educação; 6. A defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior (artigo 206, IV, da CF); 7. O envolvimento das IES, em especial as do setor público, com a qualificação dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2002, p. 52-53).

Nesse momento, as universidades federais foram chamadas a interagir com as vocações e as culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade. Com o Programa Expandir, a interiorização passa a ser uma das principais diretrizes norteadoras da configuração das universidades brasileiras, conforme relatório do MEC:

com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região, encontram-se em diferentes fases de implantação 10 novas universidades federais e 49 campi universitários distribuídos nas cinco regiões brasileiras, permitindo assim, quando de sua completa implementação, que o programa possa contar em 2008 com o ingresso anual de mais 30.000 novos estudantes em diversos cursos de graduação. Dessa forma, o Programa Expansão começa a reorientar a organização do ensino superior no Brasil. Com reconhecido fôlego, o Governo Federal investe nas Universidades Federais a fim de ampliar a oferta de vagas, garantir a autonomia universitária, diversificar a natureza e a qualidade dos cursos oferecidos e, sobretudo, promover a criação de centros de referência para o ensino, pesquisa e extensão.

I. Objetivo: Expandir o sistema federal de ensino superior, com vistas a ampliar o acesso à universidade, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais.

II. Metas: Implantação de 10 universidades e de 49 campi universitários<sup>11</sup>.

Em entrevista, a ex-Reitora Maria Beatriz manifestou o contexto político, em relação à educação superior, à época da criação da UNIPAMPA, da seguinte forma:

[...] o contexto era de uma inflexão na política nacional de expansão da educação superior, quer dizer dar continuidade à expansão porque o Brasil tem e tinha na época então uma taxa muito baixa de escolarização na educação superior tá, mas fazer a inflexão era de fazer isso com a criação de novas Universidades Federais e a ampliação e criação de campus das Universidades Federais já existentes, então isso mudou definitivamente e foi alocado orçamento, foi uma época que a gente tinha o horizonte da possibilidade desse investimento tá, então acho que em relação ao cenário era favorável inclusive as universidades federais apoiavam, porque houve época que a penúria era tal que ninguém iria apoiar a criação de novas Universidades, quando não tinha dinheiro pra gente fazer funcionar [...] (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

<sup>11</sup> Expansão das Universidades Federais – o sonho se torna realidade! Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/relatorioexecutivo.pdf>. Acesso em: 20 jan., 2019.

Além do Programa Expandir e do REUNI, os quais voltaremos a discutir no subitem seguinte, podemos citar outros programas criados no governo Lula e que tinham preocupação quanto ao acesso à educação superior, quais sejam: Programa Universidade para Todos (PROUNI); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Sistema de Seleção Unificada (SISU); Universidade Aberta do Brasil (UAB); Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) além de uma reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Esses programas contemplavam aumento de vagas, ampliação da oferta de cursos noturnos, inovações pedagógicas e combate à evasão, dentre outras metas que tinham como propósito diminuir as desigualdades sociais no país colocando em pauta a discussão das cotas e das ações afirmativas. Os efeitos dessa iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números de expansão, seja na implantação de novas universidades, nos novos campi universitários, quanto no aumento do número de matrículas. Assim, o governo buscou uma política de igualdade de oportunidades ao ensino superior para uma sociedade desigual.

Dessa forma, podemos concluir que, durante o governo Lula, foram implementadas políticas governamentais e marcos legais voltados para a expansão e interiorização do ensino superior. O principal indicador positivo foi a democratização do acesso ao ensino superior por parte da população que não tinha perspectiva de cursar uma universidade pública.

#### 1.4 PROGRAMA EXPANDIR E REUNI NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Considerando o processo de interiorização proposto pelo Ministério da Educação, através do Programa Expandir e, posteriormente, pelo REUNI, o governo federal estabeleceu uma lista de critérios<sup>12</sup> que deveriam ser analisados, de forma a estabelecer, objetivamente, prioridades e necessidades:

são eles a vocação da região e políticas públicas em desenvolvimento –

---

<sup>12</sup> Balanço Social SESU 2003-2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>. Acesso em: 10 fev., 2019.

arranjos produtivos locais; a promoção do desenvolvimento com redução das assimetrias regionais; a localização geográfica; a população da micro e mesorregião atendidas; os polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB); os indicadores de desenvolvimento econômico e social (taxas de evolução): IDH, IDEB; a taxa da oferta de vagas públicas e privadas na educação superior (estadual, federal, técnica) na microrregião e mesorregião; as áreas de formação prioritárias (formação de professores, saúde, tecnologias); o curso em área de conhecimento existente na universidade; o curso novo em área de conhecimento de ações prioritárias e a ampliação da oferta de educação superior pública no período noturno (Balanço Social SESU).

Para Melo e Nunes (2009), o processo de expansão das universidades brasileiras perpassa por três ciclos, quais sejam:

**Primeiro Ciclo:** Expansão para o Interior (2003/2006): criação de dez novas universidades federais em todas as regiões; consolidação de duas universidades federais; criação e consolidação de 49 campi universitários. **Segundo Ciclo:** Expansão com Reestruturação (2007/2012): adesão da totalidade das instituições federais de ensino superior; implantação de 95 campi universitários; quadro perceptível de ampliação do número de vagas da educação superior, especialmente no período noturno. **Terceiro Ciclo:** Expansão com ênfase nas interfaces internacionais (2008): criação de universidades federais em regiões territoriais estratégicas (MELO; NUNES, 2009, p. 278).

Nesse primeiro ciclo, a prioridade do processo de expansão foi reduzir as diferenças regionais, responsáveis pela concentração das universidades federais em metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo. Nesse sentido, entre 2003 e 2008 foram criadas dez universidades federais em regiões propriamente ditas como não metropolitanas sendo, destas, duas no Rio Grande do Sul: a própria UNIPAMPA e a UFCSPA – Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Coincidentemente, as leis de criação dessas universidades foram publicadas no mesmo dia (UNIPAMPA Lei 11.640 e UFCSPA Lei 11.641), ambas em 11 de janeiro de 2008.

Em relação aos números de universidades federais criadas de 2003 até 2008 pelo Programa Expandir, além de duas já consolidadas, a UFT – Universidade Federal do Tocantins (criada em maio/2003) e a UNIFASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco (criada em outubro/2004), temos, de acordo com Quadro 1, na sequência:

**Quadro 1** – Universidades criadas no Expandir (2003/2008).

| <b>Quantitativo</b> | <b>Novas Universidades</b>  |
|---------------------|---|
| 1                   | Universidade Federal de Grande Dourado – UFGD – julho/2005                        |
| 2                   | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – julho/2005                    |
| 3                   | Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – agosto/2005                    |
| 4                   | Universidade Federal do Semiárido – Ufersa – agosto/2005                          |
| 5                   | Universidade Federal de Alfenas – Unifal - agosto/2005                            |
| 6                   | Universidade Federal do Vale de Jequetinhonha e Mucuri – UFVJM – setembro 2005    |
| 7                   | Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UTFPR – outubro/2005                 |
| 8                   | Universidade Federal do ABC – UFABC – setembro/2006                               |
| 9                   | Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA – janeiro/2008 |
| 10                  | Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – janeiro/2008                           |

**Fonte:** Relatórios MEC, elaboração própria do pesquisador.

Cabe citar que algumas das mencionadas instituições foram transformadas em universidades, pois, anteriormente, eram ligas a outras universidades – como o caso da UFCSPA, anteriormente ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) que, por sua vez, antes, era Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR).

Já o segundo ciclo, no período entre 2008 e 2012, teve como prioridade o REUNI, com a expansão e reestruturação das universidades antigas. O terceiro ciclo se ateve à responsabilidade de continuidade das propostas anteriores e à complementação, com iniciativas específicas de desenvolvimento regional e de internacionalização.

A UNIPAMPA, que se encaixa no primeiro ciclo, é resultado da reivindicação da comunidade da região. Sobremaneira, é resultante da política de expansão, interiorização e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo governo federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Além disso, a UNIPAMPA é marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica: um extenso território com problemas no processo de

desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior, a *Metade Sul* do Rio Grande do Sul.

No Programa Expandir, o foco foi a interiorização da oferta de educação superior cuja finalidade era combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões. Ao mesmo tempo, contemplar os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em suas regiões que, muitas vezes em caráter definitivo, migravam para locais onde a oferta era mais ampla e diversificada. Dessa forma, restava à região abandonada a perda de oportunidade de fixar profissionais altamente qualificados. Conseqüentemente, estudantes sem condições financeiras migraram para regiões mais propícias, para a oportunidade de se qualificarem.

Já em relação ao REUNI, a finalidade do governo federal era a ampliação do número de vagas nas instituições de ensino superior já consolidadas, conforme consta nas Diretrizes Gerais do REUNI:

o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década<sup>13</sup>.

Esse programa não exigia um modelo único para a graduação nas universidades federais, já que assumia o pressuposto de respeitar a autonomia universitária e a diversidade das instituições. Ao mesmo tempo, buscava-se ampliação no acesso e melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento qualificado do contingente de recursos humanos (docentes e técnicos), com a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública.

Cabe lembrar que o REUNI foi proposto por adesão, pelo governo federal, em que as universidades interessadas deveriam apresentar seus Planos ao MEC,

---

<sup>13</sup> Diretrizes Gerais REUNI. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 23 jan., 2020.

conforme modelo proposto pelo próprio Ministério. Esses planos, antes de serem encaminhados, deveriam ser aprovados nos Conselhos Superiores de cada instituição. Também é importante ressaltar que o REUNI é resultado da tentativa do governo de atender às reivindicações e aos anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal. Dentre as entidades, destacam-se: a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por meio de Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior; o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Conforme consta no relatório *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*<sup>14</sup>, elaborado por uma comissão designada pelo MEC, foi realizada uma consulta em relação à implantação do REUNI nas universidades federais. Para tanto, a comissão elaborou questionários e organizou encontros a fim de obter informações qualitativas a respeito do processo de expansão nas IFEs, suas consequências e proposições futuras. Os sujeitos consultados foram Reitores, representados pela Andifes, e estudantes, representados pela UNE e pela Associação Nacional de Pós-graduandos – ANPG. A partir da manifestação desses atores, foi realizada uma análise crítica. Como resultado, o relatório manifesta:

para as IFEs apresentarem suas propostas em relação à chamada pública do Reuni, segundo os depoimentos dos dirigentes das universidades federais, foi possível observar que houve discussão com a comunidade interna, com 100% das instituições, indicando que houve a aprovação da proposta no âmbito dos conselhos superiores. Em termos do envolvimento da comunidade externa, só 50% das Ifes afirmaram o envolvimento da discussão da proposta com a sociedade civil organizada (BRASIL, 2012, p. 27-28).

A discussão interna em cada umas das universidades não significa que o projeto tenha sido aceito por todas unidades acadêmicas – como, por exemplo, na

---

<sup>14</sup> Ainda sobre o relatório, conforme consta nas conclusões, o REUNI poderia ter sido compreendido em uma dimensão de atuação política, do governo federal, mais incisiva, em termos de servir de sustentação para uma redefinição de seu sistema público de ensino e como meio para se alcançar as metas do PNE. É importante ressaltar que o REUNI foi um impulso decisivo para o restabelecimento do papel do Estado de indutor da expansão do ensino superior pela rede pública, o que amplia as condições para reverter a atual característica de predominância de matrículas no setor privado.

UFPEl, pelo menos duas unidades se manifestaram de forma contrária à participação no REUNI, contudo foram vencidas pelo voto da maioria no conselho.

A Secretaria de Ensino Superior – SESU, vinculada ao Ministério da Educação, qualifica a interiorização, em balanço realizado sobre a expansão da educação superior, publicado em 2014, como “[...] essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões” (BRASIL, 2014b, p. 20). Segundo esse documento, tal política se justificaria, já que

os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em sua região tendem a migrar, muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada. A região abandonada perde a oportunidade de fixar profissionais altamente qualificados e os estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias perdem a oportunidade de se qualificar (BRASIL, 2014b, p. 20).

Essa é uma visão positiva em relação à interiorização, com democratização do acesso, descentralização do conhecimento e inclusão social de níveis que, historicamente, não tinham acesso a essa etapa da escolarização.

Outra linha de entendimento é que a interiorização e expansão é mais um instrumento de qualificação das regiões a partir de políticas públicas para o desenvolvimento local, buscando alavancar a economia, agregando atividades antes pouco desenvolvidas. Todavia, para que isso ocorra, é necessário que a comunidade local tenha essa interação com a universidade, visto que, sem o aluno, não há o desenvolvimento da instituição ali instalada.

Sobre os investimentos de ampliação de pessoal, em nível nacional, a assessoria de comunicação social do MEC, noticia que

só para atender à demanda das novas instituições, foram criados 3.840 cargos, dos quais 2.365 para professores e 1.475 para técnicos, além de 120 de direção e 420 funções gratificadas. Na primeira etapa do programa, até 2007, serão oferecidas 30 mil vagas. O MEC, depois de negociar com o Ministério do Planejamento, já autorizou a realização de concursos destinados à contratação de 24.776 professores e técnicos. Desde 2003, foram liberadas 9.008 vagas para professores universitários, 1.780 para professores de primeiro e segundo grau e 13.988 para técnicos administrativos. Até 2010, a expansão deve gerar 125 mil matrículas nas instituições federais, um crescimento de 21,75% sobre 574.584 matrículas (censo de 2004) da rede federal de ensino superior (ASSESSORIA DE

COMUNICAÇÃO SOCIAL/MEC, 28/07/2006<sup>15</sup>).

Nesse sentido, a interiorização proporcionou uma expansão das vagas públicas, fato que se diferenciou do tradicional modelo de vagas nas capitais. Conforme dados do SIMEC/MEC, o número de municípios atendidos por universidades federais, de 2003 a 2014, passou de 114 para 289 municípios, o que representa um crescimento de 153%. Em relação ao número de universidades federais, houve um salto de 45 para 63, o que representa uma ampliação de 40%. Em relação aos campi, de 148 passou para 321 campi/unidades, representando 117%, conforme mostra a Tabela 1. Destaca-se que a criação dessas 14 universidades foi parte do esforço empreendido pelo governo federal para interiorização do ensino superior público e integração com os países da América do Sul, do Caribe e de países lusófonos, em especial os africanos.

**Tabela 1** – Expansão universitária 2002-2014.

|                                 | 2002    | 2014    |
|---------------------------------|---------|---------|
| Universidades Federais          | 45      | 63      |
| Campi                           | 148     | 321     |
| Cursos Graduação Presencial     | 2.047   | 4.867   |
| Vagas Graduação Presencial      | 113.263 | 245.983 |
| Matrículas Graduação Presencial | 500.459 | 932.263 |
| Matrículas Educação a Distância | 11.964  | 83.605  |
| Matrículas Pós-Graduação        | 48.925  | 203.717 |

**Fonte:** CENSO/2014-Inep.

Conforme dados do CENSO/INEP, o número de cursos de graduação presencial nas universidades federais passou, em 2002, de 2047 para 4506 cursos, em 2011. Em relação à expansão, somente na região Sul, temos os seguintes números, conforme mostram as Tabelas 2 e 3, na próxima página.

<sup>15</sup> Expansão da Educação Superior e profissional e Tecnológica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf). Acesso em: 06 dez., 2019.

**Tabela 2 – Número de IFES e Campus Região Sul.**

| Região | IFES |      |                  | Campus |      |                  |
|--------|------|------|------------------|--------|------|------------------|
|        | 2002 | 2014 | % de crescimento | 2002   | 2014 | % de crescimento |
| SUL    | 6    | 11   | 83%              | 29     | 63   | 117%             |

**Fonte:** Elaborado pelo próprio pesquisador com base no SIMEC/MEC.

**Tabela 3 – Indicadores Acadêmicos, Cursos, Vagas e Matrículas, na Região Sul.**

| Região | Cursos |      |                  | Vagas  |        |                  | Matrículas |         |                  |
|--------|--------|------|------------------|--------|--------|------------------|------------|---------|------------------|
|        | 2002   | 2013 | % de crescimento | 2002   | 2013   | % de crescimento | 2002       | 2013    | % de crescimento |
| SUL    | 286    | 951  | 233%             | 17.152 | 42.241 | 146%             | 75.985     | 157.206 | 107%             |

**Fonte:** Elaborado pelo próprio pesquisador com base no CENSO/INEP.

Dando atenção apenas às porcentagens apresentadas nas Tabelas acima, fica ainda mais claro o desenvolvimento do ensino superior apresentado pelas universidades federais da região Sul, visto que chegou a atingir um percentual de crescimento de 233% em relação ao número de cursos.

Durante o segundo ciclo (REUNI), foram criadas duas novas universidades na região sul, a UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, através da Lei nº 11.029 de 15/09/2009, que possui três campi no Rio Grande do Sul, e a UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, através da Lei nº 12.189 de 12/01/2010.

O perfil institucional da UFFS, bem como a sua missão, objetivos e área de atuação acadêmica encontram forte aderência com as reivindicações dos movimentos sociais da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – fomento ao desenvolvimento regional integrado, que reverta o processo de litoralização da força de trabalho qualificada em curso. Assim, a universidade se volta para a integração entre as unidades da federação do sul do país, com campus situados no sudoeste do estado do Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza), noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo) e oeste de Santa Catarina (Chapecó), onde está localizada sua sede (Material MEC – A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014).

Já a UNILA possui forte vocação internacional, com sede localizada em Foz do Iguaçu, ponto fronteiro entre Brasil, Argentina e Paraguai.

[...] missão institucional é formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercosul. Sua vocação é o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do bloco e com os demais países da América Latina. Os cursos oferecidos são em áreas de interesse mútuo, em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais. Os cursos de graduação, pós-graduação e extensão são ofertados na modalidade bilíngue – português e espanhol. Além disso, a grade curricular é voltada, em muitos cursos, às questões pertinentes à América Latina como um todo (Material MEC – A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014).

Essas duas universidades, criadas durante segundo ciclo, e a UNIPAMPA, criada durante o primeiro ciclo, certamente foram pensadas com a finalidade de atingir os objetivos do terceiro ciclo, que era de Expansão com ênfase nas interfaces internacionais e criação de universidades federais em regiões territoriais estratégicas.

Considerando os objetivos propostos nos Programas Expandir e REUNI, podemos observar, na Tabela 4, a quantidade de campi criados das universidades novas, com a finalidade de interiorização. As universidades antigas tiveram, nesse momento, a oportunidade de reestruturação e criação de campus em municípios do interior.

**Tabela 4 – Campus criados na região Sul de 2003 a 2014.**

| <b>Novos campi criados de 2003/2007</b> |                      |           |                      |
|---|----------------------|-----------|----------------------|
| <b>IFES</b>                             | <b>CAMPUS</b>        | <b>UF</b> | <b>MUNICÍPIO</b>     |
| UFSM                                    | Palmeira das Missões | RS        | Palmeira das Missões |
| UFPR                                    | Litoral              | PR        | Matinhos             |
| UTFPR                                   | Francisco Beltrão    | PR        | Francisco Beltrão    |
| UTFPR                                   | Apucarana            | PR        | Apucarana            |
| UTFPR                                   | Londrina             | PR        | Londrina             |
| UTFPR                                   | Toledo               | PR        | Toledo               |
| UNIPAMPA                                | Alegrete             | RS        | Alegrete             |
| UNIPAMPA                                | Bagé                 | RS        | Bagé                 |
| UNIPAMPA                                | Caçapava do Sul      | RS        | Caçapava do Sul      |
| UNIPAMPA                                | Dom Pedrito          | RS        | Dom Pedrito          |
| UNIPAMPA                                | Jaguarão             | RS        | Jaguarão             |
| UNIPAMPA                                | Itaqui               | RS        | Itaqui               |

|   |                           |    |                           |
|---|---------------------------|----|---------------------------|
| UNIPAMPA                                | São Borja                 | RS | São Borja                 |
| UNIPAMPA                                | São Gabriel               | RS | São Gabriel               |
| UNIPAMPA                                | Santana do Livramento     | RS | Santana do Livramento     |
| UNIPAMPA                                | Uruguaiana                | RS | Uruguaiana                |
| <b>Novos campi criados de 2008/2012</b> |                           |    |                           |
| FURG                                    | Santo Antônio da Patrulha | RS | Santo Antônio da Patrulha |
| UFPEl                                   | Porto                     | RS | Pelotas                   |
| UFSM                                    | Silveira Martins          | RS | Silveira Martins          |
| UFSC                                    | Araranguá                 | SC | Araranguá                 |
| UFSC                                    | Curitibanos               | SC | Curitibanos               |
| UFSC                                    | Joinville                 | SC | Joinville                 |
| UFFS                                    | Laranjeiras do Sul        | PR | Laranjeiras do Sul        |
| UFFS                                    | Realeza                   | PR | Realeza                   |
| UFFS                                    | Cerro Largo               | RS | Cerro Largo               |
| UFFS                                    | Erechim                   | RS | Erechim                   |
| UFFS                                    | Chapecó                   | SC | Chapecó                   |
| UFFS                                    | Passo Fundo               | RS | Passo Fundo               |
| UNILA                                   | Foz do Iguaçu             | PR | Foz do Iguaçu             |
| FURG                                    | São Lourenço do Sul       | RS | São Lourenço do Sul       |
| FURG                                    | Santa Vitória do Palmar   | RS | Santa Vitória do Palmar   |
| <b>Novos campi criados de 2012/2014</b> |                           |    |                           |
| UTFPR                                   | Guarapuava                | PR | Guarapuava                |
| UFSC                                    | Blumenau                  | SC | Blumenau                  |
| UFPR                                    | Jandaia do Sul            | PR | Jandaia do Sul            |
| UFRGS                                   | Campus Litoral Norte      | RS | Tramandaí                 |
| UTFPR                                   | Campus Santa Helena       | PR | Santa Helena              |

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor com base no relatório SESU/MEC.

Nesse sentido, é possível verificar a importância de um projeto de governo com políticas públicas para a educação superior, uma vez que os números demonstram a expansão e interiorização atingindo os objetivos iniciais propostos. Cabe, contudo, uma análise futura quanto à consolidação desses novos campi e dessas novas universidades. Passaremos a descrever, nos Capítulos seguintes, a

necessidade de interação com a comunidade onde está inserida a universidade, assim como o apoio das forças políticas e demais membros da comunidade.

## **CAPÍTULO II**

### **CONTEXTO INICIAL E ANÁLISE DA DISPUTA LOCAL: ELITES INTELECTUAIS E POLÍTICAS**

#### **2.1 CONTEXTO INICIAL E A INSERÇÃO REGIONAL**

Com o reconhecimento da necessidade de inserção regional, a UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul pode explicar parte desse processo, porque, da destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou em um sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas, que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, demonstraram, no final do século XX, baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que, na Metade Sul, estes variam de baixos a médios.

A criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas (UNIPAMPA, PDI, 2014-2018, p.12).

A realidade impõe grandes desafios. A estrutura produtiva depende, fortemente, dos setores primários e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, dentre os quais podem ser citados: o baixo investimento público per capita, que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; e a distância geográfica dos polos desenvolvidos do

Estado, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade afeta diretamente a geração empregos e os indicadores sociais, especialmente aqueles relativos à educação e à saúde.

A universidade é, por excelência, um espaço de produção do conhecimento, de vanguarda; uma instituição construída a partir do compromisso de promover o desenvolvimento humano e de alavancar o desenvolvimento social pela formação de pessoas. Construída, ainda, do caráter científico e da promoção de ações para além de seus muros que, cotidianamente, buscam expressar seu compromisso social, conectando-a com a vida das cidades e pessoas. Segundo Bosi, em relação às transformações que uma universidade pode ocasionar,

a existência de uma boa universidade pública muitas vezes é suficiente para modificar a vida de uma cidade. Devido ao conhecimento que produz e propaga através das pessoas que forma, ela colabora ativamente para o progresso material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural em que está inserida (HOFF; SAN MARTIN; SOPEÑA, 2001, p. 160).

Esse processo rápido ocorre pela necessidade de o meio se adequar à nova realidade local. Como resultado, há desenvolvimento em virtude do aumento da demanda de docentes, técnicos e discentes, através da movimentação de recursos financeiros por meio do pagamento de salários; de investimentos em obras e equipamentos e demais despesas de custeio, que constituem um conjunto de fatores que podem exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre várias atividades das cidades onde as universidades estão inseridas.

Por outro lado, a região onde estão os campi da UNIPAMPA apresentava vários fatores que indicavam potencialidades para diversificação de sua base econômica, dentre os quais ganham relevância: produção agropecuária; reservas minerais e existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à geração de energia elétrica, indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, capacidade de armazenagem de grãos, turismo, dentre outros.

De acordo com Mathis (2001), as universidades possuem uma função humanista e transformadora, podendo assumir um papel de promotoras no processo de desenvolvimento local e regional. Isso ocorre devido à alta capacidade de lidar com a complexidade e ao fato de terem, as universidades, condições de gerar

integração para processar as ligações e interdependências que existem entre as várias dimensões do desenvolvimento. Ademais, são capazes de fazer e, ao mesmo tempo, aprender com os erros e sucessos obtidos. Nesse aspecto, diferem das organizações do sistema político, cujo horizonte de tempo é definido pelas eleições e organizações da sociedade civil e cuja existência sempre depende de um problema na sociedade e de um acesso a recursos para poder *sanar* esse problema.

Uma instituição de ensino superior provoca impactos, segundo Lopes (2003), de grande influência em toda uma sociedade que está envolvida de forma direta, através de suas obstinações, e se desenvolve à mercê dela. Lopes (2003) define, ainda, duas categorias de impactos: diretos – envolvendo diversas despesas que a instituição, os docentes e os discentes geram a partir da universidade, e os impactos indiretos – que são os gastos que estes três grupos têm em função do dinamismo proposto pela universidade, ou seja, o primeiro impacto aborda as despesas e, o segundo, os gastos delas. Ainda de acordo com Lopes (2003), quando se observa a universidade pública, pode-se dizer que a sociedade é duplamente recompensada pelos impostos que paga. Por um lado, porque a universidade propicia formação profissional, atividades culturais e desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, que acabam gerando incremento do capital humano local. Por outro, porque a universidade faz retornar à economia do município onde funciona, uma parcela dos recursos subtraídos através dos impostos arrecadados.

Agrega-se a esse fato, o grande número de servidores técnicos administrativos, docentes e discentes que fixam residência nesses municípios. Nesse aspecto, há movimentação de recursos financeiros, por meio de salários de professores e servidores técnicos, e geração de impacto em diferentes setores da economia local, sendo mais forte no setor de serviços, como locação, compra de imóveis, alimentação, dentre outros.

A UNIPAMPA veio a contribuir, além disso, com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina, devido à posição privilegiada que possui em relação ao Mercosul. No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (UNIPAMPA) consta:

instituição veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região na qual se edificou – um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior – a “metade sul” do Rio Grande do Sul, e, conforme o

que estabeleceu em sua Lei de criação tem por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (UNIPAMPA, PDI, 2010, p. 2).

De acordo com o exposto, essa universidade veio para contribuir com o desenvolvimento e a integração com a região da fronteira. Portanto, é importante desenvolver uma competência intercultural em que se aprenda a lidar com os diversos públicos que essas regiões possuem, enfrentando o desafio da internacionalização. O relatório de 2009, da Conferência Mundial sobre Ensino Superior, diz que a internacionalização “deve ser baseada na solidariedade e no respeito mútuo, além de na promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural” (UNESCO, 2009, p. 4). Em relação à viabilidade de interiorização do ensino superior, Maria Beatriz expõe as seguintes considerações:

sem dúvida, se não fosse viável nós teríamos que torná-la viável porque ela é de direito e eu acho que ela ajuda o processo de desenvolvimento, e quando a gente pensa, olha também a questão das grandes metrópoles, grandes cidades os problemas a qualidade de vida e nós vemos os exemplos dos professores e técnicos que não eram da região inclusive se radicaram naquelas cidades [...] então eu acho que a interiorização é importante pra dar qualidade de vida urbana e possibilidades culturais, diversidade cultural pra poderem ser cidades e regiões atraentes [...] (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

Reforçamos, dessa forma, que a interiorização da educação superior também se justifica devido à necessidade de fixação da população em cidades menores, visto que, desse modo, ocorre o aumento de demanda por diferentes tipos de serviços, como, por exemplo, saúde, educação, moradia, diversão e cultura. Logo, nota-se a importância das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. Nesse caso, a expansão, interiorização e internacionalização visava à democratização do acesso à educação superior como uma forma de retirar as diferenças impostas pela economia – nas chances que cada um pode ter na vida, e não de acordo com classe social permitindo, assim, o livre desenvolvimento do ser humano.

Tratando do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o acordo previa, inicialmente, o fortalecimento das economias latino-americanas. Todavia, percebeu-se que, somente a integração econômica, não seria o suficiente para sustentar a formação dos blocos geopoliticamente reunidos. Dessa forma, surgiu o Setor

Educacional do MERCOSUL (SEM), que tinha por objetivo a integração e o desenvolvimento da educação em toda a região do MERCOSUL e países associados. Na visão do SEM, consta como

ser um espaço regional onde se prevê e garante uma educação com equidade e qualidade, caracterizada pelo conhecimento recíproco, a interculturalidade, o respeito à diversidade e à cooperação solidária, com valores compartilhados que contribuem para a melhoria e democratização dos sistemas educacionais da região e oferecer condições favoráveis para a paz, por meio do desenvolvimento social, econômico e humano sustentável<sup>16</sup>.

Em relação à missão, busca formar um espaço educacional comum, que articulem um processo de integração estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e de uma cidadania regional em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região. Segundo documento da SESU/MEC,

a dimensão transfronteiriça da educação superior [...] abrange a mobilidade estudantil e docente, intercâmbio de informações, projetos e programas internacionais ou transnacionais, acordos bi ou multilaterais, pesquisas conjuntas, ensino de língua estrangeira, dupla diplomação [...], bem como toda iniciativa com uma dimensão internacional, intercultural e ou/mundial no processo de educação superior, tanto em território nacional quanto estrangeiro<sup>17</sup>.

Nota-se que, não por acaso, foram criadas, a partir da perspectiva de internacionalização da educação superior, a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a própria UNIPAMPA. Todas elas criadas em faixas de fronteira, pois existia a necessidade de investimentos nessas regiões estratégicas para a integração latino-americana. O Projeto Institucional da Universidade Federal do Pampa (2009) afirma:

a Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior, que vem sendo promovida pelo governo federal. [...] Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e Argentina (UNIPAMPA, 2009, p. 3).

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/institucional/o-que-e.html>. Acesso em: 14 nov., 2019.

<sup>17</sup> Idem à nota anterior.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA foi criada com o compromisso de identificar as potencialidades regionais e apoiar o planejamento para o fortalecimento destas, seja através de cursos oferecidos, produção do conhecimento, atividades de extensão e de assistência. Em todas as suas instâncias, além disso, deve promover a cooperação interinstitucional nacional e internacional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento dando atenção a todos os ambientes que compõem esse processo – econômico, político, social, cultural e natural – implicando em mudanças estruturais integradas a um ciclo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos.

Nesse sentido, após análise do contexto inicial e em virtude da necessidade de inserção regional, a compreensão que se tem de desenvolvimento é a de um processo complexo de mudanças contínuas que envolve transformações não somente de ordem econômica como de ordem política em nível nacional, estadual e municipal e, fundamentalmente, de ordem humana e social, ou seja com a comunidade interagindo, como passaremos a discutir a seguir.

## 2.2 ELITES LOCAIS E A CRIAÇÃO DA UNIPAMPA

Destacamos, nesse momento, os encaminhamentos e interesses políticos, ocorridos à época da criação da UNIPAMPA, por alguns grupos que influenciam as diretrizes de determinada política. No caso em questão, podemos destacar as influências locais ou regionais pelos interesses políticos e pessoais que, por fim, criam todo um contexto favorável para o desenvolvimento e surgimento de uma política pública para o desenvolvimento da região e de futuras gerações.

No Programa Expandir, estava prevista a parceria entre governo federal, universidades e prefeituras. Esse Programa, por conseguinte, se tornou um facilitador para que os aspectos políticos pudessem se manifestar e, até mesmo, serem decisivos para criar uma nova instituição, considerando a localização dos campi e quais cursos seriam neles ofertados.

As novas universidades, dessa forma, não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi, antes, uma iniciativa de grupos de políticos, intelectuais e educadores nem sempre ligados ao ensino superior. A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos, que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal. Esse processo é extremamente complexo, pois se dá em um momento de mudança de regime político de tal forma que os proponentes da reforma se encontram ora integrados nos grupos dominantes, ora em oposição a ele.

Para Helena Sampaio (1991, p. 11),

as universidades (...) não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi antes uma iniciativa de grupos políticos, intelectuais e educadores, nem sempre ligados ao ensino superior. A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal.

Para Landé (1977), trata-se de uma forma de interação entre dois indivíduos (Prefeituras *versus* UNIPAMPA), um acordo voluntário, que visa à troca e ajuda mútua e, quando necessária a troca de favores, estes “podem estar profundamente envolvidos e serem extraordinariamente influentes na sua sociedade por causa dos seus muitos vínculos ativos com outros membros” (LANDÉ, 1977, p.18). Busca-se, dessa forma, maior apoio político de determinada região e, em troca, são garantidos os investimentos necessários para a implantação de uma Instituição Federal. Nesse sentido, cada um dos municípios definidos para receber os campi da UNIPAMPA deveria disponibilizar a infraestrutura inicial, com prédios e/ou terrenos, para o início das atividades como troca de favores.

Rua (2009) afirma que os atores políticos representam determinados grupos ou organizações cujos interesses podem ser afetados, positiva ou negativamente, pelo rumo de determinada política pública. Esses personagens se envolvem nas mais deferentes negociações, através do posto que ocupam, podendo envolver poder, recursos materiais ou imateriais com a finalidade de atingir suas preferências e objetivos. Para Secchi (2010), os políticos são representantes legítimos e possuem acesso privilegiado às esferas do poder estatal. Dessa forma, representam os

interesses dos seus partidos políticos, seus próprios e das áreas geográficas onde foram eleitos legitimando, assim, suas ações para que possam contribuir em futuras campanhas eleitorais.

Entre os principais atores envolvidos, podemos citar o então prefeito de Bagé, por duas gestões 2001/2008, Luiz Fernando Mainardi, que liderou a implantação da UNIPAMPA – e escreveu um texto de importante leitura para entendimento desse momento, *Memórias de um Tempo*<sup>18</sup> –, e o Deputado Federal Paulo Pimenta, ambos citados no livro *Universidade Transformada*.

O trabalho realizado por ambos em defesa de uma suposta federalização dos cursos privados existentes na região e em Brasília foi fundamental para que a educação superior passasse a desempenhar importante papel no desenvolvimento econômico e social da região (BORGES, 2016, p. 111).

Em entrevista, Maria Beatriz também cita Mainardi e Pimenta como os grandes articuladores. O primeiro preocupado com os campi ligados à UFPel e o segundo com os campi ligados à UFSM:

[...] quem conhece a política e as disputas culturais e políticas da metade sul do nosso estado, sabem que são mundos diferentes né. Bagé tem que ir ao médico, ir fazer compras e tal ia a Pelotas. O pessoal de Uruguaiana ou de Alegrete e tal não vai a Bagé e não vai a Pelotas, vai a Porto Alegre e Santa Maria e tal. Bom então acho que foi muito assim de uma articulação pra contemplar os políticos tanto estaduais quanto federais e tal da fronteira oeste tá, são outras associações de municípios, nós tínhamos na época já os polos regionais, todo um espaço onde os prefeitos se encontravam, os vereadores, as câmaras de vereadores se encontravam, as associações comerciais se encontravam, o pessoal da agricultura né e tal, são poderes políticos muito fortes [...] (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

Dourado (1997) afirma que a efetivação da expansão ocorre de várias formas, combinadas ou não, seja pela criação de novas instituições ou na ampliação de vagas em instituições já existentes. Para esse autor, a expansão e interiorização

[...] nem sempre se efetivam através de mecanismos de planejamento qualitativo sendo, na maioria das vezes, resultado de pressões sociais e barganhas políticas as mais diversas o que, contudo, não confere a esse processo o caráter de processo desordenado mas indica que, a despeito de sua aparente feição, ela é sempre orientada por escolhas, por opções,

---

<sup>18</sup> Mainardi, Luiz Fernando. **Memórias de um Tempo** – série publicada no Jornal Minuano a partir de 20 de julho de 2013. Disponível em: [www.jornalminuanoantigo.com.br](http://www.jornalminuanoantigo.com.br) e <http://pt.slideshare.net/luizmainardi/memrias-de-um-tempo>. Acesso em: 13 set., 2019.

sendo, portanto, política e constituindo se como uma política (DOURADO, 1997, p. 539).

Em um estudo desenvolvido por Avelar (1996), sobre o clientelismo de Estado e a política educacional brasileira, há uma estreita vinculação entre as chamadas políticas sociais e as elites tradicionais enfatizando a extrema influência que estas exercem no controle dessas questões, já citadas em relação às práticas político-eleitoreiras como determinantes no processo de expansão, como o prestígio de grupos políticos mais próximos ao poder então instalado.

Parece ser um caso claro a criação, em 2005, da Universidade Federal do ABC (UFABC), no estado de São Paulo, com um campus em Santo André e outro em São Bernardo do Campo. A UFABC fica situada em uma região que se constitui como berço político do ex-Presidente Lula repetindo, assim, processo de expansão já ocorrido em meados das décadas de 1950 e 1960, em que inúmeras universidades foram criadas em Minas Gerais quando o presidente era o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Quanto aos encaminhamentos para criar a UNIPAMPA, o Ministro da Educação era Tarso Genro (de 27/01/2004 a 29/07/2005) que, conforme cita Maria Beatriz, em entrevista, “também tinha uma certa pressa em fazer isso (criar a UNIPAMPA), não só pela demanda da região, mas porque o ministro Tarso Genro ia sair do Ministério da Educação pra outro Ministério (da Justiça)”.

Participar da criação da UNIPAMPA, de forma direta ou indireta, virou motivo de vangloriações por diversos políticos em eleições posteriores, como forma de ganhar novos eleitores e relembrar os feitos passados. Jairo Jorge, que foi Ministro interino e Secretário Executivo da Educação, em 2005 e 2006, declara em seu *Twitter*<sup>19</sup>, de 21/02/2018, durante a campanha para Governador do estado do Rio Grande do Sul: “*Estamos aqui na UNIPAMPA, em Bagé, com o ver. Augusto Lara. Em 2005 tivemos a oportunidade de coordenar a implantação deste projeto [...]*”.

Logo, entretanto, foi repreendido por Tarso Genro, então Ministro da Educação: “*Coordenar, prezado Jairo? Não fui eu que coordenei, como Ministro da*

---

<sup>19</sup> Rede social de Jairo Jorge. Disponível em: [https://twitter.com/Jairo\\_Jorge/status/966335334161281025](https://twitter.com/Jairo_Jorge/status/966335334161281025) e <https://twitter.com/tarsogenro/status/966338507030528000>. Acesso em: 13 set., 2019. Nesses links, é possível verificar também as manifestações de outros políticos.

*Educação, depois de um amplo movimento liderado pelo Pimenta, Mainardi e Estilac? Lembra? Um pouquinho de coerência faz bem”.*

Novamente, Jairo Jorge publica: *“Ministro Tarso Genro o senhor foi o criador da UNIPAMPA e liderou um movimento inédito com Pimenta, Estilac e Mainardi. Desde o início, a seu pedido, sempre cuidei dos temas do RS, e com sua saída do MEC assumi como Secretário Executivo a coordenação das audiências públicas”.*

Nessa publicação, também se manifesta Luiz F. Mainardi, prefeito de Bagé durante a implantação da UNIPAMPA: *“Eu lembro bem governador. Sua determinação no ministério de educação foi fundamental para o movimento. Hoje temos uma universidade pública que é muito importante para a região. Mas continuamos na luta. A política de Temer contingencia e impede seu crescimento”.*

Nota-se, claramente, a disputa por quem fez mais, quem é o responsável. À época, os três políticos até mesmo trabalharam juntos, por um mesmo objetivo e no mesmo partido político. Contudo, no momento das publicações, estavam em partidos opostos.

Consta, também, notícia em relação ao então Ministro interino da Educação, Jairo Jorge da Silva, sobre inauguração do escritório da UNIPAMPA, em Bagé:

Ministro interino da Educação inaugura representação da Universidade Federal do Pampa (13/01/2006)

Brasília – O ministro interino da Educação, Jairo Jorge da Silva, inaugura o escritório da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) às 14h30 em Bagé (RS). Antes da cerimônia, concede entrevista coletiva para falar, entre outros temas, sobre as políticas para o ensino superior. De manhã, o ministro estará no município Aceguá (RS) onde, às 9 horas, assina convênio para a construção de uma escola no município (EBC – Empresa Brasil de Comunicação, 2006).

Esse cenário regional é elucidativo para entender como se configura a política, de maneira que seja possível identificar os grupos que se articulam em torno das siglas partidárias e o percurso que eles fazem dentro do processo de disputa eleitoral. De acordo com Souza Santos (2010), é importante a compreensão da política brasileira, considerando que “as populações estão situadas geograficamente e que a realidade de interesses territoriais comuns é importante”.

Regiões e estados formam sistemas de poder e diferenças de poder manifestam-se pelo modo como são formadas as elites, junto com a mobilização dos cidadãos e os alinhamentos políticos que permanecem no tempo. Cabe também

citar que cada região detém seu caráter cultural, que persiste ao longo do tempo – fato este que estimulou a definição dos campi e seus respectivos cursos. Heinz (2006) argumenta sobre espaços e mecanismos do poder em diferentes sociedades e como esses princípios são empregados para o acesso às posições dominantes.

Quando discutida a questão em relação à federalização, ou sobre criar nova instituição, as influências políticas ficam ainda mais claras, conforme passaremos a descrever.

### 2.3 FEDERALIZAR OU CRIAR NOVA UNIVERSIDADE FEDERAL?

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade na região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. Em um primeiro momento, surgiu como proposta a federalização da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), com campus em sete municípios, dentre os quais, futuramente, teriam campus UNIPAMPA. Foi verificada tal impossibilidade devido a questões de legislação, já que deveriam ser realizados concursos para docentes e técnicos administrativos, além de questões de dívidas com o próprio governo e demais credores. Por esses e outros motivos, a possibilidade de federalização da URCAMP não foi levada à frente.

Em entrevista realizada, o Pró-Reitor de graduação da UFPel (2005-2007) Minello cita que a primeira ideia do governo federal era para criação de cursos fora de sede, que foi o primeiro projeto apresentado pela UFPel ao MEC conforme relata: “não existia a ideia de criar universidade nova, existia a ideia de criação de cursos fora de sede”.

Diz-se que a proposta de federalização teria surgido quando o então Reitor da URCAMP, Arno Cunha, em 2005, teria procurado o prefeito de Bagé para tratar da dívida e da difícil situação econômica da instituição. Foi quando ocorreu uma audiência com o Ministro Tarso Genro, que sugeriu que fosse iniciado um movimento pela federalização da URCAMP, envolvendo toda a região.

A partir desse momento, foi criada uma Comissão Pro-Federalização<sup>20</sup>, formada por representantes da Reitoria da URCAMP, da Prefeitura de Bagé, da Câmara Federal, dos Centros Acadêmicos e da Fundação Átila Tabora (ligada à URCAMP). A Comissão articulou audiências nos municípios onde havia campus da URCAMP, levando à frente a ideia de federalização.

Este movimento pela federalização está muito bem descrito por Gentil (2017), em sua Tese de Doutorado, na qual consta entrevistas com políticos envolvidos neste movimento, notícias de jornais, assim como a mobilização dos municípios.

No processo de mobilização, diversos políticos e partidos estiveram presentes, com movimentos envolvendo instituições públicas e privadas, autoridades dos diferentes poderes, entidades representativas da sociedade civil, empresários e trabalhadores de diversos ramos de mais de 20 cidades, no período de fevereiro a julho de 2005, com uma participação mais ativa do Partido dos Trabalhadores (PT). Por parte do senador Paulo Paim (PT), já existia até mesmo projeto de Lei do Senado, nº 154, de 2005, na Comissão de Educação, com data de publicação no Diário do Senado Federal de 10/05/2005<sup>21</sup>, conforme segue:

Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.  
O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, ouvida a parte interessada, a federalizar a Universidade da Região da Campanha (URCAMP) com sede no Município de Bagé, bem como seus campus situados em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Itaqui situados no Estado do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal da Campanha (URCAMP).

---

<sup>20</sup> Conforme notícia. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/download/ComRepresentacaoExterna/URCAMP.pdf>. Acesso em: 03 set., 2019.

<sup>21</sup> Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4368194&disposition=inline>. Acesso em: 13 set., 2019.  
A justificativa final apresentada foi: “O debate estabelecido pela URCAMP, além da implantação de uma nova instituição a partir da estrutura atual, tem como princípio elementar à preservação do corpo docente da universidade e de seu quadro de funcionários. Para desenvolvermos a região não basta apenas a federalização da instituição. E claro que este talvez seja o primeiro passo. Mas é preciso muito mais. E preciso ir além. Com políticas efetivas e integradas com as comunidades. E necessariamente num espaço democrático. Entendo que as forças vivas de Bagé e região estão de parabéns pela iniciativa de propor a federalização da Universidade da Região da Campanha. O importante é que o debate está aberto, após a apresentação deste projeto de lei, na qual conto com a colaboração dos ilustres pares na aprovação do mesmo”.

Em resposta a esse projeto de Lei, consta relatório da Comissão de Educação e Cultura<sup>22</sup> cujo relator, Deputado Ruy Pauletti, declara a seguinte conclusão: “tendo em vista o exposto, **voto pela rejeição do projeto** de lei nº 6.074, de 2005, em decorrência de informações atualizadas sobre o assunto com autoridades de ambos os lados, reiterando que os compromissos assumidos sejam cumpridos”.

Durante todas as tratativas, sempre esteve clara a necessidade de um plano alternativo, que vinha sendo pensado não claramente e de forma aberta, muito menos de como seria estruturado.

Ainda sobre as possibilidades legais de Federalização da URCAMP, consta no parecer do assessor jurídico Rubens Soares Vellinho, de 10 de junho de 2005, o seguinte trecho:

Entendemos que esta hipótese é absolutamente impossível de se inviabilizar pela simples razão de que existem disposições constitucionais que estão a impedir que isto venha ocorrer sem que anteriormente seja feita uma reforma constitucional, através de emenda à Constituição atual. Sempre é bom lembrar que a investidura ao serviço público seja federal, municipal ou estadual somente poderá se dar mediante concurso público, conforme inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e Súmula 685 do Supremo Tribunal Federal<sup>23</sup>.

Para contrastar com os fatos acima, torna-se importante citar um trecho da entrevista com o ex-Reitor da UFPel, Cesar Borges, que afirma:

É claro que Bagé seria a reitoria em função do trabalho já feito pelo prefeito na época o prefeito de Bagé que agora é deputado estadual, no sentido de que ali fosse desenvolvida essa nova universidade. Mas antes disso, na realidade isso não era o plano inicial, o plano inicial era a federalização da URCAMP. Mas a federalização não podia ser feita, não podia transformar uma universidade privada em uma universidade pública de uma hora pra outra, além das grandes dívidas que eles tinham (Entrevista Antonio Cesar Gonçalves Borges, 2018).

A ex-Reitora da UNIPAMPA, Maria Beatriz Luce, quando questionada, durante entrevista, sobre de onde surgiu a ideia de criação de uma Universidade Pública Federal no interior do estado cita que a primeira proposta seria a de federalização da

---

<sup>22</sup> Decisão da comissão de Educação e cultura em relação ao Projeto de Lei apresentado pelo Senador Paulo Paim. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=4454B3C7AA08E7C94E83A45B790E810F.proposicoesWebExterno1?codteor=500329&filename=Tramitacao-PL+6074/2005](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4454B3C7AA08E7C94E83A45B790E810F.proposicoesWebExterno1?codteor=500329&filename=Tramitacao-PL+6074/2005). Acesso em: 13 set., 2019.

<sup>23</sup> Disponível em: [https://ziladoc.com/downloadFile/algumas-consideracoes-sobre-a\\_pdf?preview=1](https://ziladoc.com/downloadFile/algumas-consideracoes-sobre-a_pdf?preview=1). Acesso em: 13 set., 2019.

URCAMP, devido à pressão de diversos políticos, mas que, ainda assim, não seria possível.

[...] Presidente Lula tinha alguma agenda, pega um avião, o avião não podia pousar em Bagé porque o aeroporto não comporta, vem a Porto Alegre troca de avião neste avião vem Ministro Tarso Genro vem alguns deputados juntos e políticos federais [...] neste haviam para fazer o anúncio da federalização [...] o voo é sempre um lugar muito bom pra baixar a cabeça e entender o vai acontecer, os grandes dirigentes tiveram um briefing inclusive com procuradoria jurídica a bordo, pra entender que não era federalização que o presidente falava federalização, federalização, mas que Ministro e Presidente deveriam dizer as palavras certas é que ia ser criada a Universidade Federal [...] (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

De fato, a federalização não ocorreu, mas sim a criação de uma nova instituição de ensino superior, a UNIPAMPA. Todavia, a confusão em relação ao ocorrido se manteve até o dia do anúncio, conforme relata a seguinte notícia:

**Luta pela federalização da Urcamp pode ter Lula em Bagé.**

“Um ato público em Bagé, às 15h de quinta-feira, marcará o encerramento da campanha pela federalização da Universidade Regional da Campanha (Urcamp). O evento será na Praça Silveira Martins e contará com a presença do ministro da Educação, Tarso Genro. Segundo o deputado federal Paulo Pimenta (PT), que integra a comissão que discute a criação de uma instituição federal na região, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acenou com a possibilidade de participar do evento. A vinda do presidente ao Estado poderá ser confirmada na manhã de hoje. O reitor da Urcamp, Francisco Arno Vaz da Cunha, explica que o ato público reunirá autoridades políticas, empresariais e moradores dos 22 municípios de abrangência da universidade, além de professores e alunos dos oito campi da instituição. O deputado Paulo Pimenta acredita que durante o ato público possa ser assinado o protocolo de intenções entre a Fundação Átila Taborda, mantenedora da Urcamp, e o Ministério da Educação para criação de uma outra universidade federal no Estado. Por meio da parceria entre a entidade e a União seria viabilizada a utilização da infraestrutura da Urcamp pela nova universidade federal. Esse modelo de gestão está previsto na reforma universitária. Para sanear as contas da Urcamp, o protocolo prevê que o governo federal distribua bolsas para alunos mais carentes, reduzindo assim a inadimplência que chega a 25% do total de alunos matriculados” (UNIVERSIA BRASIL, 2005).

Houve muita expectativa em relação à confirmação da vinda do então presidente Lula a Bagé, conforme lembra Minello, durante a entrevista: “o Lula tava voltando de Paris eu me lembro, que na época tava rolando uma série de coisas e ele voltou de Paris e ele vem direto pra Bagé para salvar a URCAMP”.

### 2.3.1 O anúncio de que não iria ocorrer a federalização

O anúncio de que não iria ocorrer a federalização, mas sim a criação de uma nova universidade federal, ocorreu no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A cidade estava em *plena ebulição* e notícias dão conta de que existiam faixas, cartazes e *outdoors*, por toda cidade, com boas vindas ao Presidente da República e indicando apoio à federalização. Em relação ao público que estava aguardando o anúncio, diferentes estimativas apontaram para quinze mil a quarenta mil pessoas, pois, conforme citado anteriormente, foram realizadas audiências em diversos municípios, o que mobilizou, ou melhor, motivou a população quanto à possibilidade de federalização.

**Figura 1** – Anúncio da não federalização.



**Fonte:** Jornal Minuano, 04/08/2005.

Conforme pode se verificar na foto da Figura 1, o palanque ficou pequeno para a quantidade de políticos e de autoridades presentes. Sobre esse dia, Cesar Borges se manifestou da seguinte forma:

[...] bom, chegou no dia da cerimônia e toda a cidade tava preparada e em festa pra ser a federalização da universidade da campanha e na realidade eu fui chamado e eu disse pro Tarso 'olha, eu vou ser linchado aqui, porque não vai sair nada disso' e o Tarso 'não, o presidente vai comentar e vai expor e tudo vai dar certo' e realmente o Lula começou a falar e a população que nos assistiu, pelo menos grande parte da população que

tava assistindo ficou em silêncio total quando ele falou e o silêncio ainda foi maior quando ele disse que a Universidade Federal de Pelotas ia ficar responsável por dois campus, Bagé e Jaguarão, isso que foi feito naquele momento, nem o prefeito esperava aquilo. Eu assinei os documentos e 15 dias depois eu fui ao MEC e tudo aquilo foi modificado e transformado num projeto de criação de uma Universidade [...] cinco campus nossa universidade ia ficar responsável [...] (Entrevista Antonio Cesar Gonçalves Borges, 2018).

Ainda durante a fala do ex-presidente Lula, foi repassada a responsabilidade, quanto às promessas do governo federal em relação à área da educação, ao então Secretário Executivo do MEC Fernando Haddad, que estava ao lado do presidente. Naquele momento, o governo passava por sérias crises políticas, com diversas denúncias de mensalão, Tarso Genro estaria deixando o cargo de Ministro da Educação para assumir a presidência do PT. Dessa forma, poucos entenderam, ali foi anunciado o nome do novo Ministro da Educação, que assumiu poucos dias depois. Conforme relata Minello, em entrevista, os Pró-Reitores da UFSM e da UFPel estavam presentes, em frente ao palanque, em um *brete*, quando do anúncio da nova universidade. A surpresa foi geral, todos se olharam e entenderam como campus fora de sede, encampando os cursos da URCAMP:

[...] neste mesmo dia ouvimos os prefeitos da região, eles fizeram uma lista de supermercado de cursos, eu não consigo lembrar de todos de cabeça, mas era a "*lista*", todo mundo queria coisas comuns, todo mundo queria veterinária, isso era unânime, todos os prefeitos queriam veterinária [...] Bagé queria medicina, diferente dos outros. [...] as coisas que também fechavam em todas era zootecnia que eles queriam também (Entrevista Luiz Fernando Minello, 2018).

Estava claro que o próprio MEC não sabia qual seria a estrutura dessa nova universidade no momento em que anuncia dois novos campi para a UFPel, Bagé e Jaguarão, com a assinatura de um convênio *documentos*, criando as duas extensões, conforme cita o ex-Reitor da UFPel em seu livro:

Cerimônia encerrada [...] retornei, então a Pelotas sem compreender exatamente o porquê da desistência de formar um instituição independente e dar à UFPel dois campi em duas cidades da fronteira....Ao mesmo tempo, saí convencido de que Bagé e os demais municípios vizinhos estavam frustrados e descontentes com a solução que o governo federal apresentara naquele momento... (BORGES, 2016, p. 115).

Sobre o Campus Jaguarão, o ex-Reitor da UFPel, cita em seu livro e na própria entrevista, que foi consultado por telefone, pelo Chefe de Gabinete do

Ministro da Educação: “Cesar, aceitas instalar um campus da universidade federal em Bagé?”. Borges afirma que respondeu prontamente; “Sim, mas preciso que também seja criado um campus em Jaguarão”. A justificativa era para que se consolidasse uma estrada do Mercosul, unindo os territórios do Brasil e do Uruguai e a imagem da Ponte Binacional de Mauá, por onde diariamente passam brasileiros e uruguaios. Nessa localidade, a UFPel já vinha participando de importantes ações de fronteira que beneficiariam ainda diferentes áreas a partir da inserção da nova universidade.

Em um projeto da UFPel, datado de agosto de 2005 e cuja cópia foi cedida a mim durante a entrevista com Minello, intitulado “Cursos a serem criados pela UFPel dentro do Programa de Ampliação de vagas e do Plano de Expansão do Sistema Público de Educação Superior”, consta:

O papel da UFPel será de iniciar as atividades da UFP nas cidades de Bagé (junto aos campi da Universidade Regional da Campanha – URCAMP) e de Jaguarão com a criação de cursos de graduação, implementação de infraestrutura e contratação de pessoal. Nesse mesmo sentido se direciona à iniciativa da universidade em ampliar suas vagas nos cursos existentes e na criação de novos cursos que atentam as demandas e as vocações da região.

Entretanto, conforme citado na entrevista ora mencionada, quinze dias após o anúncio em praça pública, o ex-Reitor Cesar Borges foi chamado em Brasília, na Secretaria de Educação Superior do MEC, e comunicado sobre a decisão do governo de criar uma nova instituição federal de ensino superior, nas mesmas cidades onde existia a URCAMP, mas sem perturbar o andamento das atividades normais desta instituição privada. Nesse momento, o ex-Reitor cita que entra em cena o “Senhor Jairo Jorge da Silva” cuja função foi decisiva para a liberação de verbas e para a agilização do processo de expansão: “em reunião com o Secretário Executivo Jairo Jorge em Brasília foram escolhidas as cidades de Bagé, Jaguarão, Caçapava do Sul, Santana do Livramento e Dom Pedrito” (BORGES, 2016, p. 116).

Nessa mesma reunião, também foram definidos os campi ligados à UFSM. A partir de então, o Secretário Executivo passou a comandar diretamente diversas etapas desse projeto, com visitas aos dez municípios, com a finalidade de sensibilizar prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias e a população em audiências públicas.

Cabe citar, nesse momento, o nome do Prof. Evaldo Rodrigues Soares, professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) que, posteriormente, foi redistribuído para a UFPel. Amigo do então prefeito de Bagé Mainardi, Soares ficou responsável em identificar terrenos para a construção de cada sede em cada cidade. Vale lembrar que, no próprio plano de governo do Projeto Expandir, caberia às prefeituras ceder terrenos para a construção ou ceder prédios já existentes, de forma definitiva ou até a conclusão das obras, para as futuras instituições de ensino superior. Contudo, apesar do anúncio da impossibilidade de federalização, seguiram as expectativas quanto ao uso da estrutura já existente da URCAMP. Foram travadas tentativas frustradas, posteriormente, devido aos valores propostos por parte da URCAMP, em relação ao aluguel de salas, além do problema das certidões negativas.

Conforme notícias publicadas no jornal Extra Classe<sup>24</sup>, a mudança de ideia, criando nova universidade ou campus avançado, foi surpresa para a grande maioria descontentando sindicatos. Verificamos, nesse momento, uma certa insatisfação político partidária. “Mudou de ideia, muito provavelmente persuadido pela ala do MEC favorável à criação de uma nova universidade federal”.

Dias após, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio é firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica (ANEXO D) entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Pelotas, assinado pelo Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad, pelo Secretário de

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2005/08/urcamp-e-unipampa/>. Acesso em: 24 out., 2019. Matéria: “Diante de um público de mais de 30 mil pessoas foi anunciado, para surpresa de muitos, não a federalização da URCAMP, mas a intenção de criação de uma nova universidade federal para atender as demandas regionais, a Universidade Federal do Pampa (UFP), já apelidada de UNIPAMPA. Inicialmente, as vagas serão oferecidas por meio de extensão da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), utilizando, em parte, estrutura da URCAMP”. **CONTRADIÇÕES** – “Depois de muitas afirmações, desmentidos e conjecturas, o anúncio oficial surpreendeu a direção do Sinpro/RS e a comunidade acadêmica”, garante o diretor do Sindicato Marcos Fuhr. “Aquilo que era para ser o produto final de um processo – a mudança estatutária e administrativa da URCAMP em prol de uma engenharia institucional para criar um novo modelo de universidade – se revelou, ao que parece, como um processo paralelo à criação de mais uma universidade federal na Região Sul do Estado”, conclui Fuhr. Em reunião ocorrida semanas antes do anúncio oficial, o ainda ministro Tarso Genro havia dito à comissão de professores da URCAMP, na sede estadual do Sinpro/RS, em Porto Alegre, que apostava mais na hipótese de um novo modelo institucional do que na criação de uma nova universidade federal nos moldes tradicionais. Mudou de ideia, muito provavelmente persuadido pela ala do MEC favorável à criação de uma nova universidade federal.

Educação Superior do MEC Nelson Maculan Filho, pelo Reitor da UFPel Antonio Cesar Gonçalves Borges e pelo Reitor da UFSM Paulo Jorge Sarkis. Conforme já citado, coube à UFSM implantar os campi nas cidades de Alegrete, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana e à UFPel os campi de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição.

Atendendo ao Acordo Técnico, conforme elucida Borges (2016), a UFPel passou a ser oficialmente responsável por:

Instituir de acordo com a legislação vigente as seguintes unidades acadêmicas: Faculdade de Engenharia, Instituto de Educação, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Agrárias e Faculdade de Ciências da Saúde em Bagé; Instituto de Relações Internacionais em Santana do Livramento; Instituto de Geociências em Caçapava do Sul; Faculdade de Ciências Rurais em Dom Pedrito e Instituto de Educação e Ciências Humanas em Jaguarão (BORGES, 2016, p. 118).

Nesse mesmo Acordo de Cooperação Técnica (ANEXO D), constam as seguintes considerações, que julgo importante serem citadas, pois fazem parte do plano de governo:

- Que a expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia são objetivos centrais do governo federal.
- A necessidade de ampliar a oferta de educação superior no estado do Rio Grande do Sul, favorecendo a interiorização desse nível de ensino;
- Que o desenvolvimento da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul requer a formação de pessoal de nível superior;
- Que o desenvolvimento da agropecuária, extrativismo mineral e comércio, principais atividades econômicas da Metade Sul do estado, exige a implantação de cursos na área de Veterinária, Direito, Psicologia, Geologia, Comércio Exterior, Engenharia de Minas, Geofísica e Administração;
- Que a sociedade local anseia por desenvolvimento sustentável que advirá à região com a implantação de um campus universitário gerador de investimento e cultura;
- Que a criação *campi* universitários irá fixar os jovens na região da metade sul do rio Grande do Sul possibilitando a aquisição de conhecimento e formação profissional sem a necessidade de deslocamento do interior para as grandes cidades;
- Que o projeto elaborado pelas universidades e o Ministério da Educação caracteriza-se por sua estrutura *multicampi*, com a instalação, nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 com 13 unidades acadêmicas em 10 *campi* distribuídos por toda região sul do estado; e
- Que a partir dos cursos iniciados em 2006/07 receberão 9.050 alunos, atendendo quando de sua total implantação 13.150 alunos em 67 cursos de graduação oferecidos.

Nos compromissos assumidos, descritos na cláusula terceira, para viabilizar o objeto e as metas desse instrumento, o MEC se compromete a: a) apoiar, de maneira intensa e efetiva, o processo de implantação dos campi nos referidos municípios; b) constituir uma comissão de coordenação de implantação dos campi. Este último estará descrito nesta pesquisa como Comissão de Implantação.

**Figura 2** – Mapa Rio Grande do Sul, com divisão dos campi.



**Fonte:** PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, 2010 – UNIPAMPA.

Um dos motivos para se ter duas universidades tutoras também foi a distância entre os campi, como, por exemplo, Jaguarão e São Borja, que chegaria a 800 km de distância, localizados nas fronteiras do Uruguai e Argentina, respectivamente.

### 2.3.2 Das propostas de cursos

A primeira proposta seria, caso tivesse ocorrido a federalização, de criar ou melhor absorver exatamente os mesmos cursos que já existiam na URCAMP, mas, como não foi possível a federalização, essa possibilidade foi descartada. Pelo fato de a URCAMP seguir em funcionamento, um dos critérios adotados foi o de não sobrepor cursos, pelo menos não nos mesmos municípios onde teria UNIPAMPA e URCAMP.

A proposta então apresentada no Acordo de Cooperação Técnica veio ao encontro dos anseios da comunidade da Metade Sul do Rio Grande do Sul, no que

se refere à expansão de vagas e à interiorização do Ensino Público Federal. Além disso, apresentou uma forma inovadora, única no país, de estruturação no modelo gerencial de Consórcio (Acordo de Cooperação Técnica). Nesse sentido, foi necessário observar a extensão da área geográfica abrangida, assim como as diferenças e peculiaridades locais de cada município, dentro de sua abrangência, conforme pode ser verificado no mapa da Figura 2. Esse fato, por si só, já evidencia que a administração do consórcio por uma ou outra Universidade não apresentaria uma situação ideal.

O caminho mais lógico e racional foi a divisão da Metade Sul em leste e oeste, conduzindo a uma maior racionalização das ações administrativas e didático-pedagógicas e oportunizando, ainda, uma atenção mais regionalizada e efetiva, conforme apresentado nos anseios da proposta do governo federal.

Dessa forma, a UFPel entendeu que, dividindo as responsabilidades, conforme Acordo de Cooperação Técnica, também seria possível uma maior flexibilização da oferta de cursos, número de vagas e sua diversificação. Nesse sentido, antes da assinatura do acordo, a UFPel encaminhou a seguinte proposta, conforme documento recebido durante entrevista com Minello:

Neste sentido a UFPel apresenta a proposta de ofertar cursos em cinco Municípios Pólos e também na sua sede. Em cada Pólo será ofertado no primeiro ano, no mínimo, um curso de graduação, com oferta mínima de cinquenta (50) e máxima de cem (100) vagas. Este curso ofertado no primeiro ano terá sua continuidade nos anos seguintes, até formar essa turma. Nos anos subsequentes, este mesmo curso, será ofertado em outro município destes cinco (5) Pólos com a possibilidade de reoferta na sede municipal do Pólo onde foi inicialmente ofertado, se existir clientela para formação de uma nova turma. E assim ele irá ser deslocado de sede de um a outro Pólo até atingir todos os Municípios (Entrevista Luiz Fernando Minello, 2018).

Paralelamente, na UFPel, esses cursos seriam ofertados de forma permanente com o intuito de oportunizar a imediata reinserção daqueles alunos que teriam perdido a evolução de sua turma regular, seja por reprovação, infrequência ou outros motivos. Ademais, com a rotatividade do curso, o aluno também teria a opção de mudar para outro município, além de Pelotas, flexibilizando seu processo de escolha desde que tenha ingressado pelo processo seletivo regular, independentemente da localidade onde tenha ocorrido. O entendimento era o de que, dessa forma, não haveria estagnação e vagas ociosas, visto que ao final de

cada ciclo poderiam ser substituídos por novas ofertas diferenciadas e previamente diagnosticadas.

Evidentemente, haveria uma legislação a ser repensada, como, por exemplo, concurso docente. Provavelmente, os professores não teriam interesse em assumir cargos nessas localidades de forma temporária, com deslocamentos entre os municípios – considerando que, nesse período (2005/2006), a disponibilidade de mestres e doutores era pouca.

Essa proposta, indubitavelmente, não agradou os municípios, conforme relata, em entrevista, Minello: “[...] o que aconteceu daí, houve uma reação dos prefeitos que não, que eles queriam eram cursos fixos [...]”.

Descartada essa possibilidade de municípios Pólos, o caminho foi definir cursos, por áreas de conhecimento. Conforme relatado anteriormente, a lista de cursos recebida dos prefeitos foi extensa, em torno de quarenta cursos. Assim, conforme citado na entrevista, por Minello:

O que a gente fez, a gente fez um levantamento de todas as grades dos cursos que nós tínhamos pra pegar o nosso modelo, os cursos que nós não tínhamos de Santa Maria nós pegamos os modelos de Santa Maria, e os outros a gente fez uma peneira nacional e montamos aí quanto seria em docentes, quantos seria em técnicos, quantos seria em laboratórios, qual seria o espaço físico. Chamei o Pró-reitor de Planejamento Paulo Zonta que trabalhava com a parte de infraestrutura e o Francisco Luzardi que era o Pró-reitor de administração pra gente ver quantitativos de pessoal. Então por exemplo a gente pegava o curso lá, ah o curso de zootecnia precisa de tantos professores, tantos técnicos e o espaço mínimo que existe em Santa Maria é esse. Aí o Zonta fazia esses cálculos. Bom aí a gente fez em um mês todo esse planejamento, aí chegou à exorbitância né, a gente foi numa reunião em Brasília, o Ministro da Educação, foi o próprio Ministro e o secretário geral que aí já era o Haddad e o secretário geral era outro, e eles olharam e disseram 'não, não' (Entrevista Luiz Fernando Minello, 2018).

A ordem do MEC foi de encurtar o número de cursos, mas, para isso, o entendimento era de que seria necessária uma ação política junto aos prefeitos, não seria uma ação didática e nem pedagógica. Sendo assim, ocorreu uma nova reunião em Brasília, com os prefeitos, conforme relatou Minello:

[...] sei que os prefeitos foram chamados numa outra reunião em Brasília, nós fomos de novo nessa outra reunião em Brasília e aí sim, aí houve esse ajuste aqui. E essa reunião até foi uma reunião muito calma, porque o ministro foi muito claro 'assim ó, o dinheiro é esse, o recurso pra iniciar agora é esse, a gente também tem que socorrer'... Na época tavam socorrendo de outra maneira a URCAMP, ' e a gente tem que fazer uma logística que funcione pra esses 10 campus darem certo' e aí os prefeitos

acabaram então chegando nesse consenso [...] (Entrevista Luiz Fernando Minello, 2018).

A partir desse momento, começaram as definições dos cursos, como, por exemplo em Caçapava do Sul, cuja ideia inicial era o curso de geologia, conforme relembra Minello:

a gente centrou em fazer um curso que inicialmente ia ser geologia, aí a gente conversou com a UFRGS e o pessoal 'bá, mas em Caçapava é muito mais interessante vocês trabalharem geofísica do que geologia, porque nós já atendemos Caçapava pra geologia, vocês vão fazer uma sobreposição [...] e o que nós não atendemos é geofísica e aí então se encaminhou pra geofísica em Caçapava. Então era muito tipo assim ó, a gente ouviu todas as demandas, viu o que precisava [...]. Considerando sempre que os cursos também tinham que ter uma certa relação com a região, cultura, clima, solo e a atividade econômica (Entrevista Luiz Fernando Minello, 2018).

Já para Dom Pedrito, um Campus mais distante de Pelotas, foi definido o curso de Zootecnia, já que, no mesmo momento, estava sendo criado esse curso na UFPel. Em Santana do Livramento, já existia um trabalho por parte da UFPel em relação à internacionalização, mas ainda não oficializado junto ao MEC. Dessa forma, esse município entrou na lista em que já constava, como extensão da UFPel, Jaguarão e Bagé.

Depois de definidos os cursos, a etapa final era encaminhar para aprovação do MEC, que tinha pressa. Os prazos estavam no limite do acordado e, sobre essa questão, durante a entrevista, Minello descreve:

[...] depois de feito esses cursos aqui nós tínhamos basicamente uma semana em Brasília para apresentar o projeto, uma semana. Então dentro do hotel nacional em Brasília, eu, Zonta (Pró reitor de Planejamento) e o Luzzardi (Pró-Reitor de Administração) fizemos tudo lá. Foi feito lá em quatro dias dentro do hotel, manhã, tarde e noite. Como é que funcionava? Eu dizia 'curso de engenharia de produção' puxava o currículo, baixava os professores, baixava os técnicos, essa parte era minha,[...] enquadrava que classe, o que é isso, o que é aquilo e fazia o demonstrativo de pessoal, aí eu digo pro Zonta, eu preciso de tantas áreas, tantas coisas, tanto equipamento, tanto material e pá aí aonde que tem o curso, eles vão ver lá, aí lá 'ah mas não tem', 'naquela época tu não tinha divulgado, hoje tenho disponível os laboratórios divulgados' então tu ligava pra pessoa de lá e 'vem cá tchê, o que tu tem aí de laboratório que eu tô montando?' aí o cara de boa te mandava por fax, não tinha outro recurso, era fax, te mandava por fax uma relação e aí tu fazia naquela relação o Zonta fazia o inventário, ele entrava em páginas, não sei de onde que ele tirava [...] era tudo manual e fazia o orçamentário. E não 'custa tanto de material, área física' o Luzzardi (eng.) fazia os projetos básicos ali, o esboço [...] Foi tudo feito num hotel em uma semana. E aí nós começamos na segunda, na sexta o Cesar chegou, pegou o processo e foi lá e entregou 'ah faz meses que nós estamos trabalhando' e não foi meses, foi uma semana que nós fizemos, porque meses sim foi meses até os prefeitos acertarem, até os prefeitos dizerem

'olha'... Até chegar essa lista... Mas essa lista aqui foi feita numa semana (Entrevista Luiz Fernando Minello, 2018).

Esse projeto foi aprovado no mesmo dia aguardando, apenas, a publicação de portarias de autorização, para publicação dos concursos públicos para docentes e técnicos administrativos, para dar o início às atividades, conforme descrito a seguir.

#### 2.4 O INÍCIO DAS ATIVIDADES AINDA SOB TUTELA DA UFPEL

A população da região parecia ainda não acreditar que, realmente, essa nova universidade iria sair do papel, que realmente iria existir. A resposta veio com os documentos oficiais do MEC.

Dias antes da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, mencionado no subitem anterior, o MEC publicou, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 3.768 de 26 de outubro de 2005 que criou os primeiros cinco cargos para assistente em administração e cinco cargos para nível superior como administradores. Em uma conta rápida, deveria ser um de cada cargo para cada campus. E, em uma dessas cinco vagas de administrador, fui nomeado para assumir o cargo em Bagé.

Segundo Borges (2016), dois meses mais tarde, o Ministro da Educação autorizou a realização de concurso público para o provimento dos 75 cargos de professores dos campi ligados à UFPel (portaria nº 4.494, publicada em 26 de dezembro de 2005) e, em 24 de maio de 2006, era autorizado o concurso para 84 cargos de técnicos administrativos (portaria 1.054, de 23 de maio de 2006).

As atividades acadêmicas tiveram início em 15 de setembro de 2006, para os campi vinculados à UFPel. A aula inaugural foi ministrada pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, no auditório do Colégio Municipal São Pedro, local provisório, cedido pela Prefeitura de Bagé. Nessa solenidade, o Ministro lembrou que, em 27 de julho de 2005, havia sido firmado o compromisso de implantação daquela nova instituição. Oficialmente, as aulas começaram dois dias após a aula inaugural. De acordo com notícia publicada no portal do MEC, o então Ministro da Educação Fernando Haddad, durante a aula inaugural, explanou:

Disse que o grande compromisso da instituição que surge é com a Metade Sul do Rio Grande do Sul. “Quando voltarmos daqui a dez anos, poderemos verificar que a universidade foi a alavanca do desenvolvimento de toda a região”, ressaltando que essa modificação se dará pela ação dos professores, técnicos e alunos que retribuirão seu aprendizado para o crescimento da região<sup>25</sup>.

O segundo semestre letivo de 2006 foi integralizado durante o período de maio/2007 a setembro/2007. Em alguns campi, ocorreu uma redução no número de alunos ingressantes motivada pela falta de estrutura física para receber cinquenta alunos por curso, sendo necessário uma redução para trinta alunos por curso.

Para dar suporte às atividades acadêmicas, as duas universidades realizaram concursos públicos complementares para docentes e técnico administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi e as licitações para compra dos equipamentos e materiais de consumo.

#### **2.4.1 Campus de Bagé**

O Campus Bagé contava com a maior estrutura de cursos, já que, em 2007, eram 10 cursos, com o total de 700 alunos, e com previsão de ingresso, para 2008, de mais 500 alunos. O número de professores era 46 e de técnicos administrativos 26. O Diretor do Campus era o professor Evaldo Rodrigues Soares, que contava com dois coordenadores de colegiados: das Licenciaturas, o professor Fábio Saraiva da Rocha e, das Engenharias, o professor Caio Recart Silveira. Além disso, havia uma Coordenação Administrativa, cujo técnico administrativo era Sergio Mascarenhas, substituído por Everton Bonow, posteriormente. Em agosto de 2007, assumiu a Direção Adjunta a professora Dafni Fernanda Zenedin Marchioro.

Em relação à coordenação dos cursos, estava assim dividida: Engenharia de Alimentos, coordenado pelo professor Estevão M. Oliveira; Engenharia Computacional, coordenado pelo professor Carlos Betemps; Engenharia de

---

<sup>25</sup> Notícia portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/6922-sp-512096191>. Acesso em: 17 dez., 2019.

Energias Renováveis e Ambiente, coordenado pela professora Cláudia Fernanda Lemons e Silva; Engenharia da Produção, coordenado pelo professor Caio Recart Silveira; Engenharia Química, coordenado pelo professor João M. Hohemberger; Licenciatura em Física, coordenado pelo professor Guilherme Marranghello; Licenciatura Letras – Português e Espanhol, coordenado pela professora Elaine da Silva; Licenciatura Letras – Português e Inglês, coordenado pela professora Miriam Kelm; Licenciatura em Matemática, coordenado pela professora Vera Lúcia Ferreira e Licenciatura em Química, coordenado pela professora Lúcia Furlan.

As atividades eram realizadas em um prédio provisório cedido pela Prefeitura Municipal, a antiga Escola Frederico Petrucci. A ideia inicial do governo federal previa que, em dois anos, a UNIPAMPA pudesse ter seus prédios próprios. As universidades tutoras possuíam autonomia para buscar recursos e operacionalizar a implantação da nova Universidade. Todavia, futuramente, percebeu-se que esse planejamento não era possível. Assim, do início das primeiras aulas até a construção dos prédios próprios, diversas instalações foram alugadas ou emprestadas.

**Figura 3** – Escola Municipal Frederico Petrucci – Sede Campus Bagé.



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

A antiga escola Frederico Petrucci, Figura 3, localizada na Rua Carlos Barboza s/n°, Bairro Getúlio Vargas, era dividida da seguinte forma: quatro salas de aula, com capacidade para até 50 alunos; quatro salas de professores; duas salas

de apoio; uma biblioteca; uma sala multimeios, com capacidade para 100 alunos; um laboratório de química; um colegiado; uma secretaria e uma sala do Diretor.

Diferentemente dos demais, cujas prefeituras doaram áreas, em Bagé a doação partiu de um particular que, na época, procurou o Prefeito com o interesse de doar a área à Prefeitura, que repassaria à UFPel. Além da área doada, o entorno também era do mesmo proprietário que, posteriormente, realizou loteamentos e construção de prédios para locação com a esperança de valorização das áreas e da região.

**Figura 4** – Campus definitivo Bagé.



**Fonte:** Site UNIPAMPA Campus Bagé.

Em 2006, o Prefeito de Bagé, Luiz Fernando Mainardi (PT), manifestou-se da seguinte forma em relação à criação de uma instituição federal de ensino superior no município:

A grande obra do governo do Presidente Lula no Rio Grande do Sul é, sem dúvida, a criação da Universidade Federal do Pampa, atendendo ao clamor expresso na maior mobilização popular já vista na Metade Sul, que levou às ruas mais de 70 mil pessoas.

Estou convencido de que, com a UNIPAMPA, nossa região, uma das mais deprimidas do país, começa a preparar as condições para retomar o desenvolvimento, pois uma universidade comprometida com o meio em que está inserida tem todas as condições para impulsionar o progresso.

Os sinais desta mudança já são notados em nossas cidades que começam a se transformar para melhor (BORGES, 2016, p. 122).

## 2.4.2 Campus de Caçapava do Sul

O Campus de Caçapava do Sul, em 2007, possuía um curso, o de Geofísica, com total de 60 alunos e previsão de ingresso, para 2008, de 40 alunos. O Diretor do Campus era o professor Luís Eduardo S. M. Novaes, o coordenador do curso era o professor Márcio Assolin Corrêa e o coordenador administrativo o técnico João Carlos de Oliveira Koglin. O número de professores era de cinco e de técnicos administrativos 10. Nessa época, as atividades eram desenvolvidas em dois pavilhões da Escola Estadual Eliana Bassi de Mello, local cedido pela prefeitura em parceria com o estado.

Posteriormente, a Prefeitura doou uma área onde foi construído o prédio definitivo, sob responsabilidade da UFPel. Em setembro de 2009, o Campus transferiu-se para o prédio definitivo, situado na Av. Pedro Anunciação, s/n, conforme mostra Figura 5.

**Figura 5** – Campus definitivo Caçapava do Sul.



**Fonte:** Apresentação Institucional – 2010.

O Prefeito de Caçapava do Sul, José Erli Pereira Vargas, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), manifestou-se da seguinte forma, quando do início do primeiro semestre letivo, em 2006:

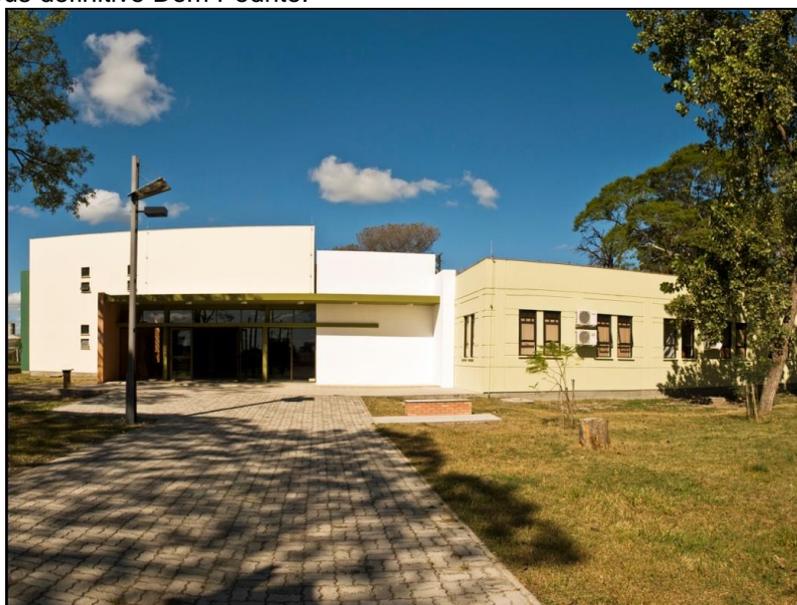
Realmente este foi um dos atos que mais me emocionou durante toda a minha gestão pública, e eu fiz questão de estar presente. Para o município, esta é a notícia do século, um marco na nossa história e todos estamos de parabéns pela importância de ter uma Universidade Federal (BORGES, 2016, p. 122).

### 2.4.3 Campus de Dom Pedrito

Em 2007, o Campus de Dom Pedrito possuía um curso, de Zootecnia, com total de 80 alunos e previsão de ingresso, para 2008, de 40 alunos. O Diretor do Campus era o professor João Carlos Maier, o coordenador do curso era o professor Gilson de Mendonça e o coordenador administrativo o técnico Milton Luis Rodrigues Bresque. O número de professores era de cinco e de técnicos administrativos 12. Nessa época, as atividades eram desenvolvidas em prédio cedido pela Prefeitura (prédio da Secretaria Municipal de Educação), até que as obras do prédio definitivo fossem concluídas.

Para a construção da estrutura definitiva, o município doou o terreno onde era localizado o aeroporto, ao lado do presídio, e onde foi construído o prédio principal, ainda sob responsabilidade da UFPel. As obras tiveram início em junho de 2007 e, após problemas de execução, foram concluídas no início do primeiro semestre de 2010.

**Figura 6** – Campus definitivo Dom Pedrito.



**Fonte:** Apresentação Institucional – 2010.

O Prefeito de Dom Pedrito, Francisco Alves Dias, do Partido Progressista (PP), manifestou-se da seguinte forma, quando do início do primeiro semestre letivo e implantação do Campus, em 2006:

A UNIPAMPA marca uma nova realidade através da implantação de seu curso de Zootecnia em Dom Pedrito, onde professores, funcionários e 50 alunos (na sua maioria de outros municípios), integrados à comunidade contribuem no aspecto cultural e no desenvolvimento do município através de atividades de pesquisa e extensão, unindo a universidade à Municipalidade. A grande expectativa, agora, gira em torno de seu novo prédio, que será edificado para abrigarmos novos cursos e maior número de alunos (BORGES, 2016, p. 122).

#### 2.4.4 Campus de Jaguarão

Em 2007, o Campus de Jaguarão possuía três cursos, com um total de 270 alunos, e com previsão de ingresso, para 2008, de 100 alunos. O número de professores era de 10 e de técnicos administrativos seis. A Diretora do Campus era a professora Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito e o coordenador administrativo era Leandro César Lopes.

Em relação à coordenação dos cursos, estava assim dividida: Licenciatura em Letras Português e Espanhol, coordenado pela professora Leila Bom Camillo; Licenciatura em Pedagogia, coordenado pela professora Caroline Cortelini; e Especialização em Educação, coordenado pela professora Arlete Salcides.

As atividades eram desenvolvidas em prédio cedido pela Prefeitura. Posteriormente, para a construção da estrutura definitiva, o município doou o terreno onde era localizado o horto florestal e foi construído o prédio principal, Figura 7, ainda sob responsabilidade da UFPel.

**Figura 7** – Campus definitivo Jaguarão.



**Fonte:** Apresentação Institucional – 2010.

O Prefeito de Jaguarão, Edmar Knorr Filho, do PMDB, manifestou-se da seguinte forma, quando do início do primeiro semestre letivo e implantação do Campus, em 2006:

Fato muito importante foi a descentralização dos campi, em que Jaguarão a curto prazo entrará no rol das cidades universitárias do Rio Grande do Sul, mas para isso se concretizar o município teve uma importância muito grande, locando o prédio onde está funcionando provisoriamente a UNIPAMPA e doando uma área para a construção do Campus Universitário, avaliada aproximadamente em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

A UNIPAMPA, sem parceria do município, não teria como funcionar em tão curto tempo, pois a prefeitura efetuou a adequação do prédio para que os cursos iniciassem na data prevista.

Gostaria de agradecer ao Reitor da UFPel, Cesar Borges, pelo incentivo que deu e que vem dando ao município de Jaguarão em relação a outros cursos, não só universitários como técnicos.

Parabenizar a coordenação, professores da UNIPAMPA pelo trabalho que estão realizando em nossa cidade, e desejar aos vestibulandos, hoje alunos, muita sorte nesta nova empreitada. Dizer a eles que se não fosse a parceria do município e o empenho do Reitor esse campus não estaria em Jaguarão (BORGES, 2016, p. 122).

#### **2.4.5 Campus de Santana do Livramento**

O Campus de Santana do Livramento, em 2007, possuía um curso, de Administração, com total de 150 alunos e previsão de ingresso, para 2008, de 80 alunos. O Diretor do Campus era o professor Ricardo Sainz, o coordenador do curso era o professor Avelar Furtado e o coordenador administrativo o técnico Maurício Pinto da Silva. O número de professores era de sete e de técnicos-administrativos 15. Em relação à estrutura física, em um primeiro momento, a UFPel recebeu em forma de doação da Prefeitura um terreno, para a construção dos prédios. Entretanto, a própria área ambiental do município embargou a possibilidade, visto que, no local, passava um córrego e havia um banhado ao redor. Foi o primeiro campus a ter prédio próprio, adquirido pela UFPel de uma escola Marista. Embora tenham sido realizadas reformas e ampliações, até os dias de hoje a estrutura atende às demandas da unidade.

**Figura 8** – Campus Santana do Livramento.



**Fonte:** Apresentação Institucional – 2010.

O Prefeito de Santana do Livramento, Wainer Viana Machado, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), manifestou-se da seguinte forma, sobre a importância da implantação do Campus, em 2006:

“Nenhum país, estado ou município em desenvolvimento cresceu sem investir pesado no ensino superior. A luta por uma Instituição Federal de Ensino Superior, através de manifestações populares espalhadas por todos os municípios vizinhos, foi premiada pelo anúncio do presidente Lula, em uma conquista histórica. A UNIPAMPA, que agora se instala em Livramento e outra cidades da Metade Sul do nosso estado, terá papel fundamental na sociedade santanense e nos municípios contemplados com a sua estrutura. A UNIPAMPA já é uma realidade, tão forte, que ampliará as suas atividades internas e de formação profissional. Extensão e pesquisa também serão fundamentais para auxiliar no desenvolvimento da nossa região e ajudar nas condições de vida de toda a comunidade. Viva a UNIPAMPA (BORGES, 2016, p. 122).

Em uma análise da situação inicial da implantação dos cinco campi, pode-se verificar que apenas um iniciou as atividades em seu prédio definitivo, o de Santana do Livramento, apesar de ser um local antigo, com necessidade de reformas. Os outros quatro estavam em espaços cedidos pelas Prefeituras e em prédios alugados. O Campus de Bagé, por exemplo, chegou a ter aulas em quatro endereços diferentes, concomitantemente. A situação em relação aos laboratórios, à biblioteca e a mobiliários diversos não chegou a ser precária, visto que o esforço da universidade tutora foi grande. Posteriormente, como forma de definir um mesmo ritmo para a implantação da futura universidade, com dez campi, foi criada, pelo

MEC, uma Comissão de Implantação.

## 2.5 COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO

Em 16 de março de 2007, pela Portaria nº 225 da SESU, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: Planejamento e suporte técnico para a organização técnica e administrativa unificada entre/das unidades acadêmicas; Formação de gestores: seminários de Planejamento e de Estudos Pedagógicos; Produção de documentos para o processo de credenciamento da Universidade Federal do Pampa; Fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

A Comissão possuía os seguintes membros, conforme art. nº1 da Portaria MEC/SESU nº 225: os professores Maria Beatriz Luce, Presidente (CNE e UFRGS); Norberto Hoppen (UFRGS); Gilberto Dias da Cunha (UFRGS); Maria Isabel da Cunha (UNISINOS); Jorge Luiz da Cunha (UFSM); Ricardo Lemos Sainz (UFPel) e Evaldo Rodrigues Soares (UNIPAMPA/Bagé).

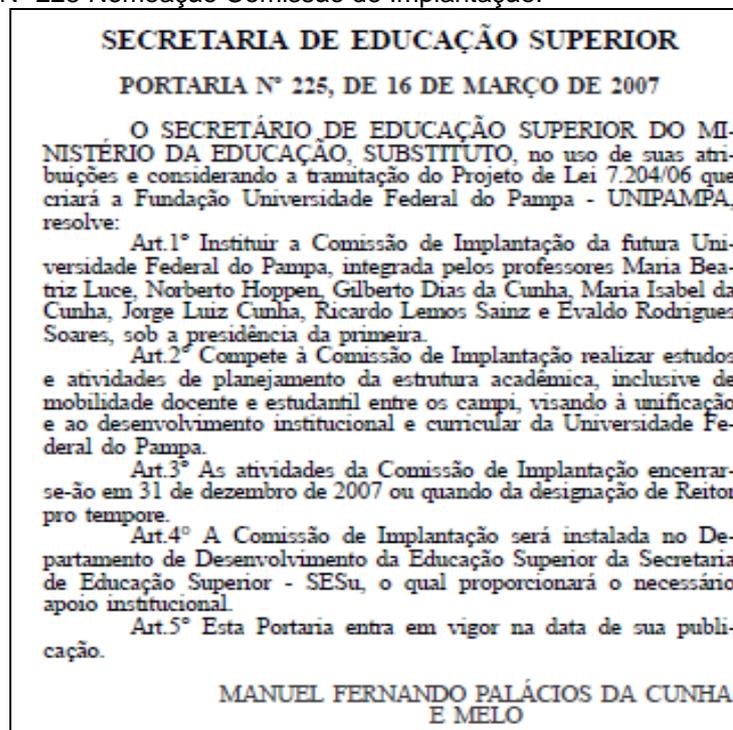
A professora Maria Beatriz Luce recebeu o convite para integrar e presidir a comissão diretamente do Diretor da Secretaria da Educação Superior (SESU/MEC), Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo. E, conforme consta na entrevista, ela relata:

[...] ele me liga e diz assim “professora Maria Beatriz, gostaríamos de ter uma conversa e tal sobre o projeto da nova Universidade Federal do Pampa, quando a sra. Vem a Brasília, vem dar um conselho” e coisa assim, isso que em seguida eu fui, supunha que eles queriam [...] e eu disse “ai então quer que a gente faça um projeto, fazer algumas reuniões” ele disse “não professora, eu estou em nome do ministro da educação lhe fazendo uma sondagem pra senhora assumir a presidência da comissão de implantação, nós não temos ainda a comissão assim definida [...] E que eu tinha a liberdade total de propor a comissão, porque eu disse “isso não é trabalho pra fazer sozinha, acho que em que fazer e ajudar mais é Pelotas e Santa Maria” porque não é o caso da UFRGS não é a tutora. Daí pensei

mais alguns dias e fiz a proposta de fazermos uma comissão com alguns especialistas e indicações de Pelotas e Santa Maria (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

A publicação, da portaria nº 225, de 16 de março de 2007, ocorreu no Diário Oficial da União, seção 2, página 14, de 19 de março de 2007. No seu art. 2º, estavam previstas suas competências, assim como, no art. 3º, estava previsto o prazo para encerramento das atividades, data para a qual já se tinha expectativa de que fosse sancionada a Lei de criação.

**Figura 9** – Portaria Nº 225 Nomeação Comissão de Implantação.



**Fonte:** Diário oficial da União, de 16 de março de 2007.

Em relação ao questionamento, sobre *Como surgiu a Comissão de Implantação, composta pelos Professores...*, a ex-Reitora Maria Beatriz fez as seguintes considerações:

O professor Norberto foi convidado por mim porque era um colega que eu conhecia bem da área de administração, tinha acabado de ser pró-reitor de graduação da UFRGS tá, [...] Bom, todos com a ideia e comprometidos com o projeto e da política pública de expansão e interiorização pública. A professora Mabel, Maria Isabel da Cunha, porque era pessoa com quem eu tinha trabalhado em outras coisas, mas principalmente sabia do trabalho dela em Pelotas, na graduação e na liderança nacional dela e na comissão dos sinais e formação de professores [...] Pensando assim, a Mabel se encarrega do projeto pedagógico, de liderar o projeto pedagógico. O

Norberto sistemas de informação, gestão da coisa [...] eu disse que fazia questão de manter o professor Evaldo na comissão porque ele que tinha a história toda e tava ali no escritório de implantação em Bagé e tal e ele foi excepcional [...] o professor Gilberto da Cunha da área de engenharias aqui da UFRGS por dois motivos né, principalmente porque tinha muito curso de engenharia, a gente sabia que aquilo precisava ser uma área forte [...] Santa Maria indicou o professor Jorge que era o diretor da faculdade de educação pra ser da comissão tava acompanhando muito pro Sr. Filipe que era o vice reitor e tal e o reitor Cesar indicou pra representar Pelotas o Ricardo Sains que era o diretor do campus de Santana do Livramento (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

Sobre a posse da Comissão de Implantação, em Brasília, e as primeiras providências, Maria Beatriz relata:

[...] marcamos a cerimônia, os reitores vieram e o Ministro me empossou com a comissão toda presente e etc. e tal e a partir daí a gente começou a fazer o trabalho, não só de reuniões, mas eu fui visitando cada campus, conhecendo cada situação e começando a fazer porque eu sempre disse, o meu trabalho foi de um lado, o trabalho a comissão foi de implantação, de planejamento na implantação, um projeto de universidade, uma concepção de organização, de estrutura organizacional por exemplo que a gente fez direto, o campus sendo a unidade acadêmica, pra não ter campus e depois unidades acadêmicas e etc. [...] o conceito principal sempre foi democratização, gestão democrática, então foi todas as decisões sempre colegiadas e mais achatadas, menos hierárquicas [...] Então a gente fazia reunião com todos os professores, todos os técnicos, fazia reunião com aluno todas as vezes em todos os campus [...] Pra todo mundo e cada um perguntava o que tinha que perguntar e queria e ia nas rádios, prestava conta publicamente, ia na câmara de vereadores, fazia visita no prefeito, era uma [...] assim, um roteiro pra dentro do Conselho de Gestão Democrática, participação comunitária, essas coisas assim (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

A posse da Comissão ocorreu no dia 29 de março de 2007, no Ministério da Educação, em Brasília, com a presença de todos os seus membros, além dos Reitores da UFPel e da UFSM, do Secretário-Executivo do MEC, representando o Ministro da Educação Fernando Haddad, e dos Prefeitos da Região, conforme mostra a Figura 10, na próxima página.

**Figura 10** – Posse da Comissão de Implantação.



**Fonte:** Site do MEC.

Além das autoridades já mencionadas, estiveram, também, presentes à solenidade os secretários da SESU, Setec e SEED, os presidentes da CAPES, da ANPAE e da ANDIFES, a Deputada Maria do Rosário, representando o Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, e várias outras pessoas envolvidas com a causa da Educação no Brasil.

A criação da Comissão de Implantação foi vista como essencial por toda comunidade interna e externa, mais envolvida nas questões burocráticas da nova instituição. Este era o momento de unificar os passos a serem dados, pois a realidade era diferenciada, tendo em vista a própria estrutura de gestão dos campi ligados à UFSM que eram diferentes em relação à UFPel.

A articulação da Comissão foi essencial, ainda, para a condução do processo, de forma a garantir os princípios básicos de uma universidade identificando competências pessoais entre os servidores, com reuniões em todos os campi, dificuldades e providências mais urgentes. Teve, ainda, o papel fundamental de articulação entre os gestores de ambas as universidades tutoras a fim de acompanhar o devido planejamento de execução orçamentária, cursos, obras e concursos. E, por fim, pressionar os políticos envolvidos para que fosse aprovada a Lei de Criação da UNIPAMPA.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA TRAMITAÇÃO À APROVAÇÃO DA LEI DE CRIAÇÃO: E AGORA?**

#### 3.1. PROJETO DE LEI 7204/2006 – INSTITUI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E CRIA LEI 11640/2008

Ainda em 2006, entra em pauta, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA, com a seguinte tramitação:

8/6/2006: Mensagem do Presidente da República ao Congresso  
Câmara dos Deputados. Regime de tramitação: prioridade

- 8/11/2006: Aprovado por unanimidade na CEC, sendo relatora a Dep. Maria do Rosário (PT-RS)
- 21/3/2007: Aprovado por unanimidade na CTSP, com emendas do relator Dep. Marco Maia (PT-RS)
- 27/6/2007: Aprovado por unanimidade pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com as emendas 1 e 2 da CTSP, sendo relatora a Dep. Luciana Genro (PSOL-RS)
- 29/8/2007: Aprovado por unanimidade quanto a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (3) do relator Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS)
- 02/10/2007: Aprovada a redação final pela CCJC da Câmara dos Deputados.

**Figura 11** – Aprovação Projeto de Lei 7.204/06.

**A** Câmara aprovou o Projeto de Lei 7.204/06, do Poder Executivo, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com sede na cidade de Bagé (RS). Em votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na semana passada, os deputados seguiram a posição do relator, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), pela aprovação da proposta e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Mendes Ribeiro Filho observou que, de acordo com a Constituição, a autorização para o poder público instituir uma fundação universitária depende de lei específica - objetivo do projeto - de iniciativa privativa do presidente da República, como verificado nesse caso.

**Fonte:** Jornal Diário Popular, de 06 de setembro de 2007.

No Senado Federal, seguiu com a seguinte tramitação:

- 16/10/2007: Protocolo = PLC 84/2007
- 16/10/2007: leitura em Plenário
- 17/10/2007: CCJC
- 24/10/2007: Sen. Pedro Simon é designado relator
- 26/10/2007: Relatório favorável é depositado
- 07/11/2007: aprovado na CCJC
- 07/11/2007: Comissão de Educação
- 09/11/2007: Sen. Paulo Paim é designado relator
- 13/11/2007: Relatório favorável é depositado
- 20/11/2007: aprovado na Comissão de Educação
- 10/12/2007: apontado para a Ordem do Dia de 19 de dezembro
- 18/12/2007: **aprovado pelo Plenário do Senado Federal**
- 27/12/2007: encaminhado para sanção do Presidente da República
- 11/01/2008: **sancionado pelo Presidente Luiz Inácio LULA da Silva**

Para tramitação na Câmara dos Deputados, foram necessários praticamente onze meses, enquanto que, no Senado Federal, a aprovação ocorreu em pouco menos de três meses.

Em entrevista ao jornal Diário Popular de 09/12/2007, a presidente da Comissão de Implantação demonstrava otimismo em relação à aprovação e à publicação da lei: “Apesar da importância da eleição para presidente do senado e a

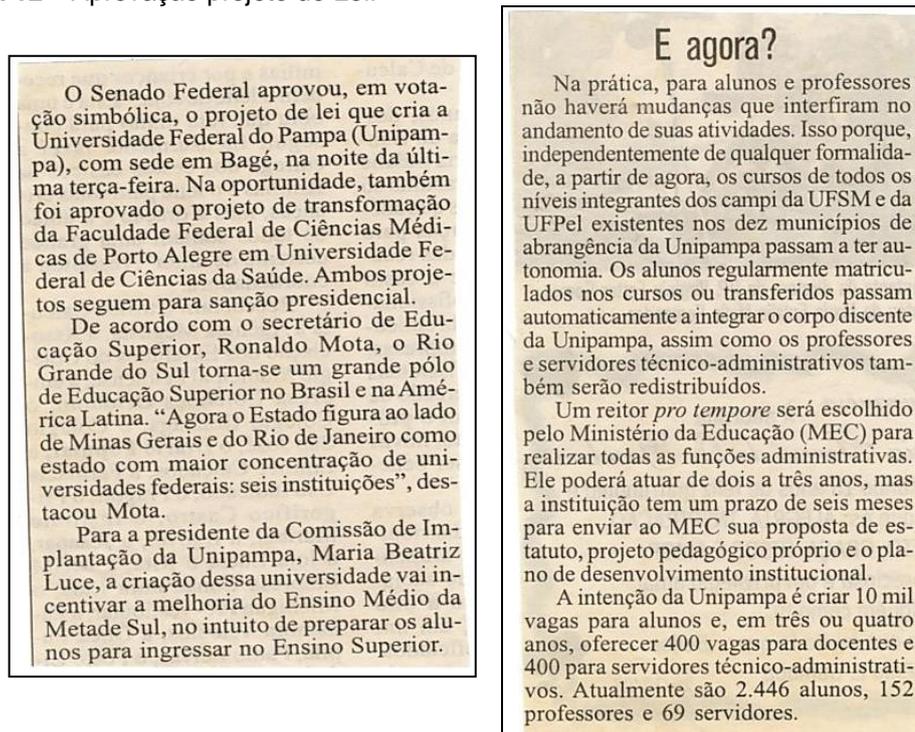
discussão em torno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), acredito que a bancada de três senadores gaúchos solicitará prioridade para esse projeto.” E assim ocorreu: nove dias após a entrevista, houve a aprovação e no dia 11 de janeiro de 2008 foi sancionado o Projeto pelo Presidente da República.

Em entrevista, Maria Beatriz demonstrou preocupação com o momento que antecedeu a Lei de criação, visto que os problemas estavam se avolumando e até chegou-se à conclusão da necessidade de autonomia, conforme relato:

[...] eu tive de intervir bastante, também lá em Brasília porque realmente os problemas estavam se avolumando e se chegou à conclusão que tinha que buscar autonomia, tava ficando grande, tava ficando complexo [...] Pelotas e Santa Maria estavam também criando seus outros campus, seus REUNI's [...] estavam ocupados né, então sentimos que tinha que apressar, o congresso tava meio inerte, o MEC tava deixando a coisa acontecer lá, e aí comecei a trabalhar então e aí fiz a reunião com a bancada gaúcha toda, foi fantástica, todos os deputados federais e senadores estiveram presentes e nessa articulação aí foi super importante, o trabalho dos deputados da região, o Fontana e o Pimenta lá e tal... Bom, [...] de todos os partidos, senadores e tal foi, e aí a gente disse não, estamos em condições, vamos apressar o processo [...] (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

Novamente, a articulação política envolvida no processo entra em cena, como forma de apressar a aprovação da Lei de criação. Ao que parece, deu certo, restando a expectativa dos próximos passos, conforme consta nas notícias mostradas na Figura 12, na próxima página, com a nomeação do Reitor pro-tempore, a elaboração do estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

**Figura 12 – Aprovação projeto de Lei.**



**Fonte:** Jornal Diário Popular, de 20 de dezembro de 2007.

Em 11 de janeiro de 2008, é publicada a Lei nº 11.640, que cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa:

Art. 1º – Fica instituída a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, de natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º – A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008).

Dessa forma, a própria Lei de criação foi que definiu o momento do corte do *cordão umbilical*, descrevendo até mesmo as primeiras providências que deveriam ser adotadas quanto ao desmembramento da universidade tutora, as quais serão esclarecidas no subitem seguinte.

### 3.2 DESMEMBRAMENTO DA UNIVERSIDADE TUTORA E PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS

Conforme acordado entre as instituições e descrito na Lei de criação, a partir do momento em que o Presidente da República sancionasse o projeto de lei, a Universidade Federal do Pampa passaria a andar com suas próprias pernas. A única responsabilidade da universidade tutora seria terminar as construções iniciadas nas instalações definitivas. Na prática, para alunos e professores, não ocorreu nenhuma mudança que poderia interferir no andamento das atividades. Os alunos regularmente matriculados nos cursos passam a integrar o corpo discente da UNIPAMPA, assim como os servidores professores e técnicos administrativos passam a ter lotação na nova instituição, conforme consta na Lei 11.640/08.

Art. 4º – Passam a integrar a UNIPAMPA, independentemente de qualquer formalidade, na data de publicação desta Lei, os cursos de todos os níveis, integrantes dos campi das Universidades Federais de Pelotas e de Santa Maria existentes nos Municípios citados no inciso I do caput do art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UNIPAMPA.

Art. 5º – Ficam redistribuídos para a UNIPAMPA os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal das Universidades Federais de Pelotas e de Santa Maria, disponibilizados para funcionamento dos campi dos Municípios citados no inciso I do caput do art. 3º desta Lei, na data de publicação desta Lei (BRASIL, 2008).

Em ambas as entrevistas, tanto com o ex-Reitor da UFPel quanto com a Presidente da Comissão de Implantação, não houve relato de problemas ou desentendimentos em relação à necessidade de desmembramento.

A primeira providência foi registrar um CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Para cumprimento desta, fui pessoalmente à Receita Federal e ao Cartório de Registro Civil e, em ambos os locais, houve uma novidade: quais documentos seriam necessários para criar o CNPJ?

Uma instituição federal de ensino superior não possui contrato social; o regimento e o estatuto seriam elaborados posteriormente, mas com os devidos acordos entre as partes e com a Lei nº 11.640/2008 (Criação da UNIPAMPA), em mãos, foi possível *abrir* o CNPJ. Apesar de ser uma instituição criada com dez

campi, em diferentes municípios, o CNPJ foi um só, pois, do contrário, a definição seria de matriz e filiais – o que não era o caso, pois não estávamos tratando de uma empresa. O Cadastro Único, por sua vez, possui o endereço do prédio da reitoria em Bagé. Portanto, esse fato gera uma certa confusão, visto que, quando da entrega de materiais e equipamentos, destinados aos demais campi, os fornecedores não dão a devida atenção quanto ao endereço de entrega.

Na questão patrimonial, de bens móveis e imóveis, estes foram transferidos através de inventários realizados por ambas as universidades, com a utilização de sistema específico do governo federal, para os devidos ajustes na parte contábil. Na própria Lei 11.640, de criação, consta:

Art. 3º – O patrimônio da UNIPAMPA será constituído por:  
I - bens patrimoniais de Universidades Federais, disponibilizados para o funcionamento dos campi de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito, na data de publicação desta Lei, **formalizando-se a transferência nos termos da legislação e procedimentos pertinentes** (BRASIL, 2008).

Para a migração da folha de pagamento, da UFPel para a UNIPAMPA, foram necessários praticamente três meses, visto que o Banco do Brasil, banco responsável em gerar os arquivos da folha, e também aos demais bancos, desconhecia o procedimento. Na cidade de Bagé, não existia nenhum outro órgão federal de educação, somente o exército, cuja folha de pagamento é centralizada em Brasília. No primeiro mês de transferência da folha, os servidores da UNIPAMPA receberam com cinco dias de atraso, ou seja, não no primeiro dia útil, com lançamento todo manual, através dos arquivos encaminhados pela Coordenação de Contabilidade e Finanças da UNIPAMPA. No segundo mês, novamente o Banco do Brasil não conseguiu gerar o arquivo, sendo necessário lançar manualmente os pagamentos. Somente no terceiro mês de pagamento, após diversas reuniões, é que as ordens bancárias foram geradas de forma correta.

Em relação aos servidores, até então nomeados pela UFPel em concurso específico para UNIPAMPA, os docentes estavam todos distribuídos em seus respectivos campi. Já os servidores técnicos administrativos ficaram divididos: parte deles ficou na reitoria da UFPel, com a justificativa de estarem recebendo treinamento. Para a ex-Reitora pro-tempore, um dos momentos mais difíceis

enfrentados, durante o tempo em que esteve no cargo, foi quando precisou convocar os técnicos administrativos que estavam na UFPel a ocuparem seus postos de trabalho na nova universidade, conforme relata na entrevista:

Nós tivemos que fazer uma reunião, foi uma das reuniões mais difíceis da minha vida né, me por diante de pessoas que eu não conhecia, sabendo que cada um tinha suas histórias de vida e que deviam ter tido informações que os levavam a imaginar que não iam trabalhar nos campus para os quais tinham sido concursados e eu tive que ir lá dizer que iriam. E o mais interessante eu disse olha, estou aqui para dizer que isto vai acontecer, a lei está para ser assinada, nós fazemos essa reunião ali naquele salão do Mercosul, o reitor Cesar Borges ao meu lado, a Procuradora Federal Zeneida que já estava vindo junto pela primeira vez e etc. tinha caído uma tromba da água daquelas terríveis ali no centro [...] (Entrevista Maria Beatriz Luce, 2018).

Praticamente todos os técnicos administrativos foram removidos para seus respectivos campi. Os casos específicos, que ficaram na UFPel, foram transferidos por códigos de vaga; alguns que tinham suas lotações em algum campus da UNIPAMPA, reconhecidas as competências, foram removidos para a Reitoria em Bagé.

Tratando-se de questões orçamentárias, referentes aos recursos recebidos do Ministério da Educação, estes foram executados via Fundação de Apoio – Fundação Simon Bolívar e na própria UFPel. A justificativa de transferência para uma fundação foi a de que a UFPel recebeu os recursos em dezembro de 2007, sem prazo para licitar os serviços e emitir notas de empenho. Os recursos disponíveis eram suficientes para custear as despesas básicas (água, luz, motorista, portaria, limpeza e vigilância) do primeiro semestre de 2008. As obras dos prédios principais, que estavam sendo construídos ainda sob responsabilidade da universidade tutora, possuíam recursos garantidos, com exceção do Campus Bagé devido ao tamanho da obra, prazo de execução e problemas iniciais de obra.

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pro-tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições tadoras. Além disso, deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-a como a Universidade Federal do Pampa. A primeira

gestão, a partir da nomeação da Reitora pro-tempore, possuía a seguinte estrutura, conforme mostra o Quadro 2.

**Quadro 2** – Primeira estrutura de gestão Reitoria.

| <b>CARGO</b>  | <b>NOME</b>                  |
|---|------------------------------|
| Reitora   | Maria Beatriz Luce           |
| Vice-Reitor e Pró-Reitor Acadêmico                        | Norberto Hoppen              |
| Pró-Reitor Administrativo                                 | Everton Bonow                |
| Pró-Reitor de Planejamento Desenvolvimento e Avaliação    | Luiz Osório Rocha dos Santos |
| Pró-Reitor de Gestão de Pessoal                           | Daniel dos Santos Viegas     |
| Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa                            | Eduardo Ceretta Moreira      |
| Pró-Reitora Adjunta de Extensão                           | Ulrika Arns                  |
| Pró-Reitora Adjunta de Graduação                          | Lúcia Helena do Canto Vinadé |
| Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis e Comunitários | Sheila Kocourek              |

Além desses cargos, a reitoria possuía: Consultoria Jurídica, com procurador da Advocacia Geral da União, Dr.<sup>a</sup> Zeneida Silveira; Diretor do NTI – Núcleo de Tecnologia da informação, Diego Luiz Kreutz; Coordenador Assessoria Comunicação Social, Geder Luis Parzianelo; Coordenador Assessoria de Obras, Rogério Antochaves de Lima; Assessora Especial da Reitoria, Lizaine L. Mesquita Gomes (servidora cedida pela UFPel).

Em relação aos campi, após a posse da reitoria, a estrutura ficou da seguinte forma:

Campus Bagé: Diretor o professor Jairo Valões Ramalho; coordenadora acadêmica a professora Cristiane Lazzarotto Volcão; e coordenador administrativo o técnico Clever Martins Leitzke. Nesse Campus, devido à quantidade de cursos, havia mais dois cargos na sua estrutura: assessor de ensino e graduação, o professor Nilo Eduardo K. Zimmermann, e assessor de pesquisa e extensão, o professor Flávio André Pavan, além de um coordenador para cada curso.

Campus Caçapava do Sul: Diretor o professor Luis Eduardo S. M. Novaes; coordenador acadêmico e coordenador de curso o professor Marcio Assolin Corrêa;

e coordenador administrativo o técnico Evelton Machado Ferreira.

Campus Dom Pedrito: Diretora a professora Nádia Fátima dos Santos Bucco; coordenadora acadêmica e coordenadora do curso a professora Gladis Ferreira Correa; e coordenadora administrativa a técnica Sandra Mara Silva de Leon.

Campus Jaguarão: Diretor o professor Lúcio Jorge Hammes; coordenador acadêmico o professor Everton Fêrrer de Oliveira; coordenadora do curso de Letras a professora Elenice Maria Larroza Andersen; coordenador administrativo José Carlos Soares Júnior.

Campus Santana do Livramento: Diretor o professor Jamur Johnas Marchi; coordenador acadêmico e coordenador de curso o professor Paulo Vanderlei Cassanego Junior; e coordenador administrativo o técnico Marcio Pereira Cordeiro.

Considerando a complexidade de implantar uma nova universidade, com uma configuração *multicampi*, com origem em duas instituições distintas, uma das primeiras providências, após aprovação da Lei 11.640/2008, foi constituir um corpo docente e técnico-administrativo de modo a integrar, unificar e alcançar um sentido único, desenvolvendo competências pessoais e coletivas, de relacionamento e produtividade do trabalho.

Para atingir essa finalidade, uma das principais estratégias adotadas foi realizar reuniões em pequenos e grandes grupos, nos campi e na reitoria, divididas por áreas de atividade administrativa e acadêmica, com consultas e reuniões em demais órgãos da Administração Federal e outras Universidades Federais. Toda essa articulação foi coordenada diretamente pela Reitora pro-tempore e pelo Vice-Reitor, com a participação de alguns membros da extinta Comissão de Implantação. Além disso, também foram convidados especialistas para seminários, com a finalidade de fortalecer a integração, a informação, a formação e a reflexão coletivas dos servidores. Alguns desses eventos são mencionados na sequência.

*Seminário de Desenvolvimento Profissional: Pedagogia Universitária* – Realizado em Bagé, nos dias 13 e 14 de março, 2008. Foram convocados todos os professores da instituição, com pagamento de diárias e deslocamento. Tinha como foco as linhas gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e a construção do Projeto Político Pedagógico. Durante esse evento, também foi elaborado o *perfil do egresso*, que serviu de base para os projetos de formação acadêmica, projetos de

curso, pesquisa e extensão. O evento contou com a participação de 186 docentes e gestores da UNIPAMPA.

*Seminário de desenvolvimento profissional: construindo a identidade da UNIPAMPA* – Ocorreu nos dias 17 e 18 de abril de 2008. Reuniu todos os servidores técnicos-administrativos da instituição no Campus de Santana do Livramento, que já possuía instalações que comportassem o número de pessoas e o tipo de evento, assim como a cidade dispunha de rede de hotéis e alimentação. O objetivo geral desse seminário foi definido como integrar e desenvolver competências coletivas para construir a *identidade da UNIPAMPA*, com reflexões coletivas firmando o compromisso de garantir os direitos dos cidadãos, através de conduta ética e de busca permanente do desenvolvimento pessoal e profissional.

*Seminário de desenvolvimento profissional: Pedagogia Universitária* – terceiro evento. Ocorreu nos dias 17 a 19 de fevereiro de 2009, em Santana do Livramento, com o objetivo de dar início à capacitação dos docentes, nos aspectos referentes às diretrizes a serem observadas nos próximos concursos docentes e à construção do programa institucional de formação continuada dos professores da UNIPAMPA.

Em julho de 2008, ocorreram as primeiras eleições para a escolha da equipe diretiva dos campi, de forma provisória. E, em dezembro de 2008, ocorreu a segunda eleição para a direção dos campi. No dia 02 de fevereiro de 2009, ocorreu a posse dos novos diretores e coordenadores acadêmicos e administrativos eleitos na UNIPAMPA, reunindo expressivas personalidades de Bagé e região, lideranças políticas e comunitárias em meio aos professores e técnico administrativos da Universidade.

Nos dias seguintes à posse dos novos gestores de cada campus, ocorreu, nos dias 03 a 05 de fevereiro de 2009, no Palacete Pedro Osório, na cidade de Bagé/RS, o *Seminário de Formação de Dirigentes*, tendo como público-alvo os Pró-Reitores, Pró-Reitores adjuntos, Diretores, Coordenadores Acadêmicos, Coordenadores Administrativos e os Coordenadores de curso de Graduação. Os 85 participantes foram distribuídos em grupos conforme as suas áreas. Nesse Seminário, foi feito um balanço da situação da UNIPAMPA por campus, tendo por objetivo analisar aspectos como: estrutura, pessoal docente, pessoal técnico administrativo, cursos, projetos de ensino, pesquisa e extensão, alunos, área física, desafios e outras características relevantes.

No que toca à análise dos aspectos referentes à Reitoria, destacaram-se: pessoal, área física e informes considerados necessários pelas Pró-Reitorias, em relação à estrutura, às principais funções, aos projetos, aos aspectos gerais e organizacionais. Outros aspectos abordados foram: o orçamento 2008-2009, o informe sobre vagas dos técnicos-administrativos em educação, os informes da Comunicação (Política, Avanços e Desafios), Grupos, Comissões e Comitês.

Também foi discutido o Planejamento e Gestão Acadêmica, apontando-se: funções dos Coordenadores acadêmicos, administrativos e de curso; normas acadêmicas; normas para estágios; normas para alunos da UNIPAMPA; cursos de graduação; cursos e pós-graduação e procedimentos de gestão acadêmica.

### **3.2.1 Conselho de Dirigentes**

A primeira providência da Reitora pro-tempore da UNIPAMPA, ainda no dia de sua posse, em Brasília, foi instalar um Conselho Superior pro-tempore, que passou a ser chamado de Conselho de Dirigentes para que as principais decisões da instituição fossem de pronto tomadas com apoio em um órgão colegiado, como preconiza o ordenamento constitucional e legal brasileiro (gestão democrática das instituições públicas de ensino – CF, art. 206, VI e Lei 9394/1996, art. 3º, VIII). Esse Conselho passou a ser convocado regularmente, desde 29 de janeiro de 2008, com periodicidade mensal, para atuar com o órgão superior em funções normativas, deliberativas e de planejamento da Universidade, para assuntos acadêmicos, administrativos e de gestão financeira, patrimonial e disciplinar.

O Conselho de dirigentes da UNIPAMPA tinha caráter de pré-Conselho Universitário, composto pelos dirigentes da instituição, ampliando-se à medida que foram sendo designados os incumbidos dos cargos de direção. Assim sendo, era presidido pela Reitora e pelo Vice-Reitor, com participação dos Pró-Reitores de Administração, de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação, de Gestão de Pessoal, assim como os Pró-Reitores Adjuntos de Graduação, de Pesquisa, de Extensão e de Assuntos Estudantis e Comunitários e os Diretores de cada campus.

O Conselho de Dirigentes reunia-se por convocação da Reitora em sessões

ordinárias, realizadas mensalmente. Todas as reuniões eram convocadas com antecedência e com pauta prévia, sendo de caráter público e contando com a participação de pessoas eventualmente convidadas. As reuniões eram realizadas nos diferentes campi da UNIPAMPA, visando à integração institucional pelo conhecimento de todos os dirigentes sobre a realidade das unidades universitárias. Algumas localidades, entretanto, apresentavam limitações de instalações, de transporte e/ou de hospedagem e, por esse motivo, no ano de 2008, não foram realizadas reuniões nessas cidades.

**Quadro 3 – Reuniões do Conselho de Dirigentes da UNIPAMPA.**

| <b>REUNIÃO/DATA</b>      | <b>LOCAL</b>                    |
|--------------------------|---------------------------------|
| 1ª Reunião - 29/01/2008  | Brasília – DF (depois da posse) |
| 2ª Reunião – 27/02/2008  | Bagé – RS                       |
| 3ª reunião – 27/03/2008  | Bagé – RS                       |
| 4ª Reunião – 16/04/2008  | Santana do Livramento – RS      |
| 5ª Reunião – 20/05/2008  | Uruguaiana – RS                 |
| 6ª Reunião – 04/07/2008  | Alegrete – RS                   |
| 7ª Reunião – 23/07/2008  | São Gabriel – RS                |
| 8ª Reunião – 28/08/2008  | Santana do Livramento – RS      |
| 9ª Reunião – 29/09/2008  | São Borja – RS                  |
| 10ª Reunião – 30/10/2008 | Uruguaiana – RS                 |
| 11ª Reunião – 14/11/2008 | Bagé – RS                       |
| 12ª Reunião – 18/12/2008 | Santana do Livramento – RS      |

Os principais assuntos tratados e aprovados nas reuniões do Conselho de dirigentes foram: calendário acadêmico 2008 (aprovado em 29/01/2008) e 2009; instruções normativas sobre concursos públicos para docentes; Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico; normas para afastamento e concessão de auxílios a servidores em congressos e avaliação emergencial de servidores docentes e técnico-administrativos; criação de novos cursos de graduação e especialização; processo seletivo de ingresso em cursos de graduação 2009 (vestibular, cotas); orientações gerais para as eleições aos cargos dirigentes de cada campus; distribuição de recursos financeiros e de pessoal entre os campi e a Reitoria.

### 3.2.2 Conselho Universitário, Estatuto e Regimento Geral

Posteriormente, o Conselho de dirigentes foi substituído pelo CONSUNI – Conselho Universitário, conforme “Ata<sup>26</sup> da sessão solene de instalação do conselho universitário da Universidade Federal do Pampa e da primeira reunião ordinária do CONSUNI”, ocorrida no dia 21 de janeiro de 2010, na cidade de Bagé. Na Lei nº 11.640/08, de criação da UNIPAMPA, consta:

Art. 8º – A administração superior da UNIPAMPA será exercida pelo reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento geral.

Art. 12º – A UNIPAMPA encaminhará ao Ministério da Educação a proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor pro tempore (BRASIL, 2008).

O Regimento do CONSUNI foi aprovado através da Resolução Nº 33, de 29 de setembro de 2011, em cujas disposições preliminares, consta: “Art. 2º – O CONSUNI é o órgão máximo da UNIPAMPA, com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade, conforme estabelece o Estatuto e o Regimento Geral”.

O Estatuto da UNIPAMPA, após ter sido apresentado e debatido em todos os campi, foi submetido à consideração do Conselho de Dirigentes, sendo aprovado na sessão de 18 de dezembro de 2009. Em seguida, a proposta foi remetida para a análise do Ministério da Educação e aprovado. Em seu Art. 1º, consta:

Art. 1º – A Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, criada pela Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008, como Fundação Universidade Federal do Pampa, de natureza pública, com sede e foro na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, é dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, observada a Legislação vigente e o presente Estatuto, bem como o Regimento Geral e os regimentos dos órgãos que compõem a estrutura institucional e as resoluções de seus órgãos colegiados.

O Regimento Geral da UNIPAMPA foi aprovado no CONSUNI através da Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010, e neste consta:

---

<sup>26</sup> Ata instalação CONSUNI. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/10/ata-posse-bage.pdf>. Acesso em: 18 dez., 2019.

Art. 1º – O presente Regimento disciplina a organização e o funcionamento da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), bem como estabelece a dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas e das relações entre os órgãos da Instituição. Parágrafo único. O presente Regimento poderá ser complementado por regimentos internos elaborados para detalhar o funcionamento de órgãos, unidades e setores da Universidade.

Art. 2º – A UNIPAMPA, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, é bem público que se constitui como lugar de exercício da consciência crítica, no qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e sua organização política, social e econômica<sup>27</sup>.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018), constam a Missão, a Visão e os Valores, conforme segue:

**Missão;** A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

**Visão;** A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento e principalmente com a formação de agentes para atuar em prol da região, do país e do mundo.

**Valores;** Ética, Liberdade, Respeito à diferença, Solidariedade, Transparência pública, Excelência acadêmica e Técnico-científica, Democracia.

Utilizei o PDI de 2014/2018, pois este apresenta a versão atualizada em relação à Missão, à Visão e aos Valores os quais demonstram, novamente, a preocupação na formação de sujeitos comprometidos com o desenvolvimento regional, nacional e internacional. Ter acesso, somente, ao ensino superior não garante a integração e a permanência desta população historicamente excluída do nível universitário e, posteriormente, sua aceitação em iguais condições de trabalho. É necessário discutir as políticas de ações afirmativas a serem adotadas (SOUZA SANTOS, 2013). Ademais, democratizar, de fato, a universidade envolve uma mobilização coletiva em prol da diversidade cultural e da igualdade de oportunidades, com uma aproximação institucional com a comunidade que a envolve.

Nota-se que, apesar de a universidade atuar desde 2006, seus documentos oficiais foram criados e aprovados após a aprovação da Lei de criação, com o Regimento Geral e o Estatuto, com datas bem próximas. Assim como a criação do

---

<sup>27</sup> Regimento Geral da UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/regimento-geral-da-unipampa/>. Acesso em: 18 dez., 2019.

Conselho Universitário, a UNIPAMPA teve, no ano de 2010, a sua legislação interna aprovada, servindo de base para a organização de suas atividades e funcionamento. Não cabe aqui uma crítica quanto aos prazos de aprovação, visto que, sem a Lei de criação, os documentos balizadores eram os das universidades tutoras.

### 3.2.3 Evolução em números de alunos, docentes e técnicos administrativos

Ainda em 2009, com o esforço de ampliar as ações da universidade e o compromisso com a região onde está inserida, foram criados novos cursos. As propostas dos novos cursos foram amplamente debatidas no Conselho de Dirigentes e, posteriormente, quando criado, no Conselho Universitário, assim como com a comunidade interna e externa de cada campus, levando em consideração a realidade de cada região e a capacidade também de cada campus.

Nesse momento, já com as direções dos campi com alguns meses de gestão, e com o governo federal liberando recursos para a educação superior, começam as discussões sobre a paridade entre os campi, uma vez que haviam unidades com um curso e outra com dez cursos – e, da mesma forma, uma variação de número de servidores. Não limitando o crescimento dos campi *grandes*, ficou acordada a necessidade de pelo menos cinco cursos em cada uma das unidades, seguindo o planejamento inicial de áreas do conhecimento. A Tabela 5 mostra o número de cursos criados:

**Tabela 5** – A evolução do número de cursos.

| <b>CAMPUS</b>         | <b>2006</b> | <b>2009</b> | <b>2010</b> | <b>2011</b> |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Bagé                  | 10          | 10          | 10          | 10          |
| Caçapava do Sul       | 1           | 3           | 3           | 4           |
| Dom Pedrito           | 1           | 2           | 2           | 3           |
| Jaguarão              | 2           | 2           | 4           | 4           |
| Santana do Livramento | 1           | 3           | 4           | 4           |

**Fonte:** Elaborado pelo próprio pesquisador, com base nos relatórios de gestão dos respectivos anos.

Percebe-se uma evolução gradual, buscando atingir o mínimo de cinco cursos. Os cursos novos mantiveram critério de área de conhecimento por campus, sendo: Bagé com as áreas de Engenharia e Ciências Humanas; Caçapava do Sul nas áreas de Ciências Exatas e da Terra; Dom Pedrito com a área das Ciências Agrárias; Jaguarão também com a área de Ciências Humanas; e Santana do Livramento com as áreas de Ciências Humanas e Sociais.

A situação referente ao número de alunos está representada Na Tabela 6, com os números dos cinco campi de responsabilidade da UFPel e que são objeto desta pesquisa. A partir do ano de 2009, em que foram criados novos cursos, utilizou-se os números do segundo semestre, por critério de encerramento do ano.

**Tabela 6** – Evolução em número de alunos nos cinco diferentes campi.

| <b>CAMPUS</b>         | <b>2006/2</b> | <b>2007/2</b> | <b>2008/2</b> | <b>2009/2</b> | <b>2010/2</b> | <b>2011/2</b> | <b>2012/2</b> |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Bagé                  | 502           | 628           | 956           | 1086          | 1373          | 1414          | 1401          |
| Caçapava do Sul       | 41            | 56            | 82            | 129           | 199           | 295           | 403           |
| Dom Pedrito           | 50            | 75            | 126           | 195           | 254           | 324           | 403           |
| Jaguarão              | 149           | 225           | 296           | 294           | 371           | 456           | 546           |
| Santana do Livramento | 93            | 142           | 252           | 415           | 543           | 670           | 787           |
| <b>TOTAL</b>          | <b>835</b>    | <b>1126</b>   | <b>1712</b>   | <b>2119</b>   | <b>2740</b>   | <b>3159</b>   | <b>3540</b>   |

**Fonte:** Elaborado pelo próprio pesquisador com base PROGRAD/UNIPAMPA/SITE.

Em relação à evolução total do número de alunos, conforme representado na Tabela 7, temos uma divisão aproximada dos quantitativos: quando se faz um comparativo entre o total de alunos dos cinco campi UFPel e o total dos dez campi. Esses números foram pesquisados no site<sup>28</sup> da Pró-Reitoria de Graduação da UNIPAMPA, no qual consta o número de alunos até o ano de 2019 – em 2018, atingiu o número máximo de alunos, 11.008 matrículas.

**Tabela 7** – Evolução em número de alunos nos 10 campi.

| <b>ANO</b>   | <b>2006/2</b> | <b>2007/2</b> | <b>2008/2</b> | <b>2009/2</b> | <b>2010/2</b> | <b>2011/2</b> | <b>2012/2</b> |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| <b>TOTAL</b> | <b>1485</b>   | <b>2269</b>   | <b>3403</b>   | <b>4406</b>   | <b>5736</b>   | <b>6604</b>   | <b>7530</b>   |

**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador com base PROGRAD/UNIPAMPA/SITE.

<sup>28</sup> Site da PROGAD/UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/prograd/graduacao-em-numeros/>. Acesso em: 09 jan., 2020.

Acompanhando a evolução em números, na Tabela 8, abaixo, consta os quantitativos de técnicos administrativos e docentes, de 2008 a 2018, distribuídos nos 10 campi.

**Tabela 8** – Evolução em número de docentes e técnicos administrativos nos 10 campi.

| <b>Carreira</b> | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010</b> | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Docentes        | 232         | 313         | 408         | 547         | 584         | 675         | 727         | 770         | 839         | 844         | 855         |
| Técnicos        | 148         | 143         | 480         | 568         | 551         | 666         | 812         | 843         | 877         | 895         | 892         |
| <b>TOTAL</b>    | <b>380</b>  | <b>456</b>  | <b>888</b>  | <b>1115</b> | <b>1135</b> | <b>1341</b> | <b>1539</b> | <b>1613</b> | <b>1716</b> | <b>1739</b> | <b>1747</b> |

**Fonte:** Elaborado pelo próprio pesquisador, com base no SITE/PROGEP/UNIPAMPA e relatórios de gestão.

No ano de 2009, ocorreu um acréscimo acentuado de técnicos administrativos, passando de 143 para 480, em 2010. Importante registrar que, no ano de 2009, foi organizada uma posse coletiva para os técnicos administrativos na qual foram nomeados 322 técnicos, e dos quais 278 compareceram. Conforme pesquisa realizada, acredito ser um fato único no Brasil, a nomeação de um quantitativo tão elevado de servidores públicos federais, de uma única instituição de ensino superior. Outra questão interessante é que a posse coletiva ocorreu no anexo do Museu Dom Diogo de Souza, que pertence à URCAMP. O concurso público que deu origem a essa posse foi organizado pela própria UNIPAMPA, que contratou o CESPE – Centro de Seleção e Promoção de Eventos, ligado à UnB – Universidade Federal de Brasília.

Esse momento para a UNIPAMPA foi de grandes avanços e, considerando que eu já era servidor, recordo-me da necessidade de providências de salas, mesas, cadeiras e computadores para todos. Os concursos já tinham sido realizados com lotações por campus, com vagas pré-alocadas; restava, então, os servidores assumirem seus postos de trabalho. Sem dúvida, não foi uma tarefa fácil, uma vez que se tinha 143 servidores e, logo, mais 278 servidores, ou seja, praticamente um acréscimo de 200% distribuídos nos dez campi. Restava a necessidade de capacitação e distribuição das demandas de trabalho que estavam represadas, visto que, até esse momento, a UNIPAMPA não possuía, por exemplo, nenhum Engenheiro e Arquiteto para elaboração e fiscalização de suas obras – os projetos e as execuções iniciais tinham sido elaborados e fiscalizados em parceria com as universidades tutoras.

Na evolução dos números do corpo docente, em análise aos números apresentados na Tabela 8, os anos de 2009 a 2011 foram os mais significativos, coincidindo com o acréscimo de técnicos administrativos e principalmente com a criação dos novos cursos de graduação, como mostra a Tabela 9.

**Tabela 9** – Cursos novos para 2009.

| <b>Curso</b>  | <b>Campus</b>         | <b>Vagas</b>        | <b>Turno</b>                 |
|---|-----------------------|---------------------|------------------------------|
| Engenharia Mecânica   | Alegrete              | 50                  | Integral                     |
| Licenciatura em Ciências Exatas                               |                       | 40                  | Noturno                      |
| Curso Superior de Tecnologia em Mineração                     | Caçapava do Sul       | 30                  | Noturno e Sábados pela manhã |
| Curso Superior de Tecnologia                                  | Dom Pedrito           | 50                  | Noturno                      |
| Ciência e Tecnologia Agroalimentar                            | Itaqui                | 50                  | Noturno                      |
| Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública                | Santana do Livramento | 50                  | Noturno                      |
| Relações Internacionais                                       |                       | 50                  | Diurno                       |
| Ciências Sociais – Bacharelado em Ciência Política            | São Borja             | 50                  | Noturno                      |
| Biotecnologia   |                       | 50                  | Diurno                       |
| Separação de Ciências Biológicas – Bacharelado e Licenciatura | São Gabriel           | 10 vagas adicionais | Diurno                       |
| Medicina Veterinária  |                       | 50                  | Diurno                       |
| Licenciatura e Bacharelado em Educação Física                 | Uruguaiana            | 50                  | Noturno                      |
| Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura                   |                       | 40                  | Diurno                       |

**Fonte:** Relatório de Gestão 2009/UNIPAMPA.

### 3.2.4 Estrutura da Reitoria

A estrutura física da reitoria não foi pensada como prioridade, já que a

preocupação era com a estrutura dos campi. Em relação à localização, sempre se falou que a reitoria seria em Bagé, apesar de esforços de alguns políticos e da comunidade interna que desejava a sede em Alegrete, por ser mais centralizado.

Contudo, considerando todo o histórico, as forças políticas, e pelo fato de o anúncio da criação da nova universidade federal ter ocorrido em Bagé, a reitoria permaneceu nesta cidade. A partir disso, surgiram novas possibilidades: de ser junto ao Campus Bagé ou separado. Com a justificativa de organizar um ambiente neutro para os campi, é dado início ao processo de organização administrativa em uma casa, em separado, no centro de Bagé. Em um primeiro momento, a sede administrativa do Campus Bagé, Figura 13, ficava localizada na Av. Sete de Setembro 1376, uma das principais avenidas da cidade.

**Figura 13** – Primeiro prédio Reitoria (alugado).



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor

Ainda no final de 2007, com os trabalhos da Comissão de Implantação, começou a peregrinação pela cidade por um imóvel que suportasse a estrutura de uma reitoria. Não era tarefa fácil, considerando a estagnação da economia da região, pois a maioria dos imóveis ofertados necessitava de grandes reformas.

Em fevereiro de 2008, já depois de aprovada a Lei de criação da UNIPAMPA, é assinado um contrato de locação para a reitoria, que muda de endereço após algumas reformas, pois era uma residência, como mostra a Figura 14, na sequência.

**Figura 14** – Segundo prédio reitoria.



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor

O terceiro endereço da reitoria, e atual, é um prédio localizado na Av. General Osório nº 900, de propriedade do Círculo Militar de Bagé, Figura 15. O prédio está locado desde julho/2011.

**Figura 15** – Terceiro prédio reitoria.



**Fonte:** Jornal Folha do Sul, de 20 de agosto de 2019.

Assim, a reitoria da universidade finalmente possuía fácil identificação na cidade de Bagé, em frente a uma das principais praças e avenidas da cidade, Praça Silveira Martins, ao lado da Igreja Catedral e da Prefeitura Municipal. Esse mesmo prédio já foi utilizado pelo Banco do Brasil e pelo Fórum.

### 3.2.5 Identidade Visual

Existia a necessidade de se criar a marca da instituição ou, como é chamado nas universidades mais antigas, um brasão, de forma que as pessoas reconhecessem a UNIPAMPA de imediato. A Comissão de Implantação reconhecendo essa demanda, e percebendo que cada campus começou a adotar sua própria marca, tratou de contratar uma pessoa reconhecida para a criação de uma arte. Conforme consta no manual de identidade visual, disponível no site da instituição, a marca deveria transmitir “Integração, Desenvolvimento. Compromisso social com a região. Equidade. Acesso. Inovação”. Estes eram alguns dos princípios básicos que deveriam ser visualizados para a identidade visual.

A identidade visual da UNIPAMPA foi elaborada, então, em 2008 por Joaquim da Fonseca. De acordo com o autor, representa, conforme Figura 16: o espaço; (céu, luz, clareza, amplitude, horizontes infinitos); o verde (esperança, segurança, fartura, natureza, compromisso ecológico); a árvore (as três copas, representando ensino, pesquisa e extensão; vida, crescimento, frutificação, a perene renovação, acolhimento); o nome (integração, coesão, igualdade, unificação, oportunidades iguais); a coxilha (o pampa, o campo, a natureza, a fluidez do crescimento, a identidade regional, a elevação para altos destinos); a instituição (base, fundamento, apoio, confiabilidade) (FONSECA *apud* UNIPAMPA, 2013c).

**Figura 16** – Assinatura visual da UNIPAMPA.



**Fonte:** Site Universidade Federal do Pampa.

A abordagem inicial foi um *design* que transmitisse, com impacto e imprevisibilidade, à primeira vista, uma ideia informal, porém orgânica e

racionalmente equilibrada de jovialidade e alegria, clareza, atualidade e identificação espacial com a natureza da região – a linha curva contínua sob o nome, na cor verde, ao mesmo tempo em que estabelece uma base, imita a curva de uma coxilha, característica principal da paisagem da região.

Essas informações sobre a Figura 16 foram retiradas do Manual de Identidade visual<sup>29</sup>, que está disponível no endereço eletrônico da universidade, onde consta toda a síntese da identidade visual proposta, assim como possibilidades de aplicação. Na época, quando da divulgação, a identidade visual foi alvo de algumas críticas, pois não tinha a letra *F* (remetendo à federal) na sua sigla, um padrão nas demais universidades federais. Chegou-se a se cogitar *UFP* e *UFPampa*, mas, por fim, manteve-se UNIPAMPA.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/identidade-visual>. Acesso em: 25 out.,2019.

## CONCLUSÃO

Considerando o objetivo geral proposto, em relação à interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul, fica reconhecida a importância das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do ensino superior público, durante o governo Lula, rompendo a barreira de que as universidades federais eram essencialmente para elites. Foi através Programa Expandir que se deu início aos processos de expansão e interiorização. Apesar de o programa não ter apresentado um detalhamento quanto à forma da sua execução, tinha objetivos.

Ao longo desta dissertação, verificamos que os objetivos desse programa, em relação ao desenvolvimento econômico e à inserção regional, tinham forte ligação com a região da fronteira devido à economia estagnada e às perdas socioeconômicas.

Assim, foi possível identificar que a crise financeira de uma instituição comunitária de educação superior, no caso estudado, a URCAMP, alavancou a criação de uma nova universidade federal, inicialmente com o movimento pela federalização. O movimento pela federalização ficou caracterizado como de extrema importância para a formação da UNIPAMPA pois, do contrário, a região da Metade Sul do Rio Grande do Sul provavelmente teria somente campus avançado da UFPel, em Jaguarão e em Bagé. A criação dessa nova universidade se concretizou, portanto, através do sonho de uma comunidade, amparada por lideranças políticas regionais comprometidas com a região, assim como por líderes políticos nacionais que enxergaram a necessidade do desenvolvimento da região de fronteira.

Nesse cenário, e com a análise da disputa local, se tornaram decisivos os interesses políticos ocorridos a partir de 2005, com fortes influências políticas em níveis local, estadual e nacional e também da própria comunidade – sem esquecer de que era uma política de governo em nível nacional. Por se tratar de educação, não existia grupo político a ser afetado negativamente e, dessa forma, todos os grupos queriam despontar como os criadores, ou melhor, fundadores de uma instituição de nível superior.

Através da bibliografia consultada, de análise documental e das entrevistas realizadas verificamos a importância do anúncio realizado no dia 27 de julho de 2005

pelo próprio presidente Lula, em praça pública, diante de toda a mobilização pela federalização, sobre a impossibilidade de federalização da URCAMP, tendo em vista os entraves descritos.

Em uma análise crítica, a impossibilidade de federalização deveria ter sido analisada logo que recebida a proposta no Ministério da Educação, com possibilidade de mais tempo para planejar a nova universidade. Da maneira como sucederam os fatos, ficou demonstrado certo despreparo por parte do governo federal, que se deixou levar pelo momento e pelas pressões recebidas de todos os lados.

Após o anúncio, percebe-se que houve uma forte atuação dos políticos da região, em conjunto com a gestão da UFPel, para definir o número de campus, número de cursos e quais municípios seriam contemplados, chegando ao número de cinco campi. O prefeito de Bagé à época, Luiz Fernando Mainardi, teve grande influência junto ao governo federal, visto que o Campus Bagé sedia um número bem superior de cursos, em relação aos demais, e a reitoria da universidade.

Importante destacar a importância da UFPel nesse processo, principalmente quando da assinatura do Termo de Cooperação Técnica, em novembro de 2005, no qual estavam descritas as obrigações assim como as responsabilidades para a implantação dos cinco campi. Esse é o primeiro documento que trouxe certa confiança para a região e, após a assinatura, o acordo começa a se concretizar. Assim, a UFPel começa a pensar na execução e nas responsabilidades como tutora, a população dos municípios, com a previsão dos campi, se mobiliza de forma mais intensa, os prefeitos e demais políticos, em conjunto com gestores da UFPel, dão os primeiros passos em relação à cedência de prédios e à doação de terrenos.

Merece reconhecimento, também, a iniciativa do Ministério da Educação em criar uma Comissão de Implantação formada por profissionais de ambas as universidades tutoras e indicados pelo próprio MEC. A liderança formada pela Presidente da Comissão foi fundamental para que se atingissem os objetivos e as metas inicialmente propostos. Apesar de os entraves iniciais já descritos, a Comissão foi implantada no momento mais adequado possível, pois já havia passado a fase mais calorosa de articulações políticas em relação ao número de campi em quais municípios estes seriam fixados. Coube, sim, a necessidade de gerenciar todo o processo com a comunidade interna (alunos, docentes e técnicos

administrativos) e com a comunidade externa, divulgando a instituição e a necessidade das cidades se prepararem com os novos moradores, a futura comunidade acadêmica.

Não foram identificadas tensões entre a gestão da UFPel e da UNIPAMPA que viessem a prejudicar a implantação, seja no momento anterior à aprovação da Lei de criação, ainda com a Comissão de Implantação, seja posteriormente, com a nomeação da Reitora pro-tempore, quando o termo de cooperação foi atendido.

Não é o objetivo deste estudo esgotar um tema de tamanha relevância. Outras pesquisas serão necessárias para compreensão da expansão e interiorização do ensino superior. Diferentes temas de pesquisa poderiam ser apontados, avaliando, mais profundamente, por exemplo, a necessidade de estrutura mínima de cada campus; o número de cursos e de servidores para que se consiga formar uma comunidade universitária capaz de garantir a manutenção de um campus; o número de egressos que se mantiveram na região onde concluíram o curso e o papel da universidade frente ao desenvolvimento da região onde está inserida.

No ano de 2018, a SESU – Secretária de Educação Superior do MEC – publicou um levantamento de evasão de discentes nas universidades federais. A UNIPAMPA aparece como a universidade com o maior índice de evasão, atingindo 35%. Por outro lado, em 2019, o TCU – Tribunal de Contas da União – publicou o IGG – índice Integrado e Gestão Pública – com a finalidade de medir a capacidade das instituições públicas federais de gerir seus bens, índice que será utilizado para distribuição orçamentária pelo atual governo. A UNIPAMPA encontra-se em sexto lugar, entre todas as IFES demonstrando, dessa forma, um amplo material para pesquisa. Seria a interiorização um dos motivos da evasão? Os municípios com difícil acesso e/ou sem estrutura de lazer? A distância e o alto custo do transporte para os alunos retornarem aos seus lares?

Podemos concluir que a UNIPAMPA atendeu os princípios propostos pelo programa, sendo um dos mais complexos e arrojados projetos de expansão e interiorização. Criar uma universidade federal, já começando com dez campi, com duas universidades já estabelecidas como tutoras... dificilmente ouviremos falar em outro caso.

As mudanças de paradigmas de desenvolvimento, nos cinco municípios,

ficaram claras, já que novas atividades culturais e novas estruturas físicas, envolvendo construção civil e comércio, foram criadas. Nesse sentido, a UNIPAMPA contribuiu de forma positiva para buscar reverter os desequilíbrios econômicos e sociais existentes na região.

Fica a contribuição desta pesquisa que conclui: para implantação e expansão de uma instituição de ensino superior, é necessário que a comunidade da região, os políticos e a própria universidade atuem em conjunto, conforme ocorreu no caso específico da UNIPAMPA. Independentemente da federalização, o movimento prosseguiu com força, não aceitando propostas de campus avançado ou algo que não fosse uma nova instituição.

Por fim, o reconhecimento deve ser dado às lideranças políticas regionais e à comunidade em geral que foram responsáveis, juntamente com a mobilização da comunidade acadêmica, por implantar uma nova concepção de desenvolvimento, a qual deve ser permanentemente acompanhada, interagindo com as políticas públicas adotadas e implementadas pelos diferentes governos em nível federal, estadual, municipal e da própria gestão da instituição.

Hoje a UNIPAMPA segue seus próprios passos, com mais de dez mil alunos distribuídos nos cursos de graduação e nos programas de mestrado e doutorado que são referência em algumas áreas, mantendo boa avaliação de seus cursos.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>. Acesso em: 25 ago., 2018.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (Orgs). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

ARAÚJO, Rhoberta Santana. **A Implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira**. Belém/PA, 2011.

AVELAR, Lúcia. Clientelismo de Estado e Política Educacional Brasileira. **Revista Educação e Sociedade**. São Paulo, v.2, n.89, set., 1996.

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. S. **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008.

BORGES, ANTONIO CESAR G. **Universidade Transformada: depoimentos e reflexões de um ex-Reitor**. Pelotas/RS: Editora Livraria Mundial, 2016.

BOSI, A. et al. **A presença da universidade pública**. 1998. Disponível em: [http://www.fisica.uel.br/SBPC\\_LD/unipub.html](http://www.fisica.uel.br/SBPC_LD/unipub.html). Acesso em: 26 set., 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 ago., 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 03 dez., 2019.

BRASIL. Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001. **Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior**. Brasília. Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm). Acesso em: 22 jan., 2020.

BRASIL. Lei nº 11.640 de 11 de janeiro de 2008. **Criação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA**. Brasília. Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11640.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11640.htm). Acesso em: 03 set., 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012**, Brasília 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1238](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1238)

[6-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 20 dez., 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Balço Social SESU 2003-2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>. Acesso em: 10 fev., 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 19 nov., 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão das Universidades Federais o sonho se torna realidade! 2003-2006**, Brasília 2007 – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/relatorioexecutivo.pdf>. Acesso em: 08 fev., 2019.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Estado de 1996**. Brasília, 2005. Disponível: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 03 mar., 2020.

BRASIL. **Uma Escola do tamanho do Brasil**. Brasília, DF: Comitê Lula Presidente, [2002] Disponível em: <http://www.construindounovobrasil.com.br/images/downloads/umaescoladotamanhodo brasil.pdf>. Acesso em: 05 maio, 2018.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Revista do Serviço Público. **Anais...** Seminário sobre Reforma do Estado na América Latina. Brasília, maio de 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em: 03 mar., 2020.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la Memória**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. Educ. O desenvolvimento meandroso da educação Brasileira entre o estado e o mercado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n.100 - Especial, p. 809-829, out. 2007b.

DELGADO, L.A.N; FERREIRA, M.M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**. Florianópolis, v.2, n.4, p. 19-34, 2013.

DOURADO, L. F. Expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: a parceria com o poder público municipal. **Anais... IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil'**. Campinas/SP, Brasil, 1997.

FÁVERO, Maia de Lourdes de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

FONSECA, J. Memorial descritivo da assinatura visual da UNIPAMPA. Bagé, 2008. In: UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Manual de Identidade visual da UNIPAMPA**, 2013. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/identidade-visual>. Acesso em: 25 out., 2019.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Expansão, interiorização e democratização de acesso a educação superior pública: o caso da Unipampa**, 2017. Tese doutorado, PUC/RS.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão**. 2 Ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1984.

HADDAD, Fernando. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HEINZ, Flávio M. Introdução. **Por outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOFF, D.N.; SAN MARTIN, A.S; SOPEÑA, M.B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'Ana do Livramento. **Redes**. v.16, n.3, p. 157-183, set./dez., 2011.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil**. 4 Ed [revista e atualizada]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LANDÉ, Carl H. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português).

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2003.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR**, Belém, v.2, n.2, p.19-30, 2001. Disponível em: <http://www.gpa21.org/br/pdf/8instrumentos.pdf>. Acesso em: 26 set., 2018.

MELO, P. A.; NUNES, R. S. A Educação a distância como política de expansão e interiorização da Educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**. [S. l.], v.11, n.24, p. 278-304, maio/ago., 2009

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de pedagogia universitária** – glossário. Brasília: INEP, v.2, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v.11, n.19/20, 2004, p.199-223.

PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico**: teorias, modelos e processos. São Paulo: Atlas, 2010.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei Nº 10.172**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 14 ago., 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>. Acesso em: 26 ago., 2018.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13 Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas** – Florianópolis: Departamento de Ciências Administrativas/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Atualidade da história do tempo presente. **Revista Historiar**. Aracaju, v.1, n.1, 2009, p. 7-13.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Concretos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SGUISSARD, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMMEL, Georg. O nível social e o nível individual. In: **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p.40.

SOUZA SANTOS, B. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14 Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior**: as novas dinâmicas para o ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris, 2009. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192). Acesso em: 25 out., 2019.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Estatuto. 2011**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/estatuto-da-unipampa/>. Acesso em: 05 out., 2019.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Relatório de Gestão de 2010**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2011/04/relatorio-de-gestao-de-2010-unipampa.pdf>. Acesso em: 23 jul., 2019.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Relatório de Gestão de 2011**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2011/04/relatorio-de-gestao-de-2011-unipampa.pdf>. Acesso em: 26 jul., 2019.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº. 33/2011 Regimento CONSUNI**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/9-res--33-2011-alterada-pela-res--235-2019.pdf>. Acesso em: 01 dez., 2019.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº. 5/2010 Regimento Geral. 2010**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/regimento-geral-da-unipampa/>. Acesso em: 05 out., 2019.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Disponível em: [http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI\\_Unipampa\\_v19\\_compressed.pdf](http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI_Unipampa_v19_compressed.pdf). Acesso em: 15 ago., 2018.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Relatório de Gestão de 2008**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2011/04/relatorio-de-gestao-de-2008-unipampa.pdf>. Acesso em: 14 jul., 2019.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. **Relatório de Gestão de 2009**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2011/04/relatorio-de-gestao-de-2009-unipampa.pdf>. Acesso em: 22 jul., 2019.

UNIVERSIA BRASIL. Luta pela federalização da URCAMP pode ter Lula em Bagé, publicada em 19 de julho de 2005. Disponível em: <https://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/07/19/470248/luta-pela-federalizacao-da-urcamp-pode-ter-lula-em-bage.html>. Acesso em: 03 set., 2019.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA – MARIA BEATRIZ LUCE

### A) Dados pessoais

- Nome: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_\_
- Profissão (quantos anos): \_\_\_\_\_
- Escolaridade: \_\_\_\_\_

### B) Questionário

1. De onde surgiu a ideia da criação de uma Universidade Pública Federal no interior do Rio Grande do Sul?
2. Neste período de implantação, como estava o contexto político em relação a educação superior?
3. Qual a sua avaliação em relação aos programas EXPANDIR, REUNI dentre outros do governo federal?
4. Como se deu a evolução desta proposta de criação da UNIPAMPA?
5. Quais foram as principais lideranças envolvidas neste processo?
6. Em que momento a UFPel começou a fazer parte desta proposta?
7. Como surgiu a Comissão de Implantação, composta pelos Professores, Maria Beatriz Luce, Norberto Hoppen, Gilberto Dias da Cunha, Maria Isabel da Cunha, Jorge Luiz Cunha, Ricardo Lemos Sainz e Evaldo Rodrigues Soares?
8. Que providências foram adotadas de imediato pela comissão (principais preocupações)?
9. Qual a sua avaliação em relação às propostas iniciais de implantação e as que realmente ocorreram?
10. Existiu algum tipo de tensão ou conflito para a implantação das políticas propostas, com a UFPel ou na própria comissão de implantação?
11. Os municípios onde seriam implantados os Campus foram definidos de que forma?
12. Como foi tratada a questão de suporte estrutural e financeiro por parte dos municípios?
13. Como a comunidade da região recebeu a UNIPAMPA?
14. A implantação de uma Universidade Federal transformou realmente os

municípios?

15. A interiorização do ensino superior é viável?
16. Aprovada a Lei de criação da UNIPAMPA, como foi o desligamento com a UFPel?
17. Aprovada a Lei de criação da UNIPAMPA em 2008, e após quatro anos de gestão, qual a avaliação da Senhora em relação ao período como Presidente da Comissão e Reitora Pró-Tempore?

Entrevista realizada com a ex-Reitora da UNIPAMPA, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Beatriz Luce, no dia 26 de fevereiro de 2018, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS). Entrevistador: Everton Bonow.

## **ANEXO B – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA – ANTONIO CESAR GONÇALVES BORGES**

### A) Dados pessoais

- Nome: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_\_
- Profissão (quantos anos trabalhou na UFPel)  
Quais as outras atividades que exerceu além da UFPel?  
Gestão 1993-1997 / 2005-2012
- Escolaridade:
- Nome dos Pais – profissão deles:
- Endereço
- Cidade de nascimento:

### B) Questionário

1. Como foi sendo construída a ideia da UFPel ser tutora da UNIPAMPA?
2. Em que ano foi isso e em que momento conjuntural, ou seja, quem foram os principais interlocutores?
3. Quais foram as medidas adotadas para que a proposta fosse consumada?
4. Como essa responsabilidade foi recebida na UFPel, junto aos Técnicos Administrativos e Docentes?
5. Se cogitou a possibilidade de serem Campus avançados da UFPel e não uma nova Universidade?
6. Houve algum nome que se constituiu em uma liderança nesse processo nas cidades, além do senhor?
7. Neste período de implantação, como estava o contexto político em relação à educação superior?
8. Qual a sua avaliação em relação aos programas EXPANDIR, REUNI dentre outros do governo federal?
9. A Comissão de Implantação, composta pelos Professores, Maria Beatriz Luce, Norberto Hoppen, Gilberto Dias da Cunha, Maria Isabel da Cunha, Jorge Luiz Cunha, Ricardo Lemos Sainz e Evaldo Rodrigues Soares, possuía servidores indicados pela UFPel? Ou de que forma foi estruturada?

10. Qual a sua avaliação em relação às propostas iniciais de implantação e as que realmente ocorreram?
11. Existiu algum tipo de tensão ou conflito para a implantação das políticas propostas, entre Unipampa, UFPel, Ministério da Educação ou com a própria comissão de implantação?
12. Os municípios onde seriam implantados os Campus foram definidos de que forma?
13. Como foi tratada a questão de suporte estrutural e financeiro por parte dos municípios e também do governo federal?
14. A interiorização do ensino superior era viável? Continuas acreditando nesse processo?
15. Como foi sendo gestado o fim da tutoria da UFPel? Foi tranquilo ou com algum tipo de trauma para as instituições?
16. Qual a avaliação do Sr. em relação ao período de implantação da Unipampa?
17. Foi interessante para a UFPel? Houve algum tipo de reconhecimento pelo papel que a UFPel cumpriu?
18. Como o senhor avalia este processo expansionista do ensino superior na gestão petista?
19. Atualmente vêm se falando bastante em uma maior expansão do ensino a distância. O que pensa disso?
20. Se hoje fosse possível olhar para o passado e mudar algo neste processo, o que faria diferente?

Entrevista realizada com o ex-Reitor da UFPel, Prof. Dr. Antonio Cesar Gonçalves Borges, no dia 05 de dezembro de 2018, na Universidade Federal de Pelotas, em uma sala da Superintendência de Infraestrutura, Pelotas, Rio Grande do Sul (RS). Entrevistador: Everton Bonow.

## ANEXO C – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA – LUIZ FERNANDO MINELLO

### A) Dados pessoais

- Nome: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_\_
- Profissão (quantos anos): \_\_\_\_\_
- Escolaridade: \_\_\_\_\_

### B) Questionário

1. De onde surgiu a ideia da criação de uma Universidade Pública Federal no interior do Rio Grande do Sul?
2. Como se deu a evolução desta proposta de criação da UNIPAMPA?
3. Quais foram as principais lideranças envolvidas neste processo?
4. Em que momento a UFPel começou a fazer parte desta proposta?
5. Qual a sua avaliação em relação às propostas iniciais de implantação e as que realmente ocorreram? (cursos / municípios)
6. Existiu algum tipo de tensão ou conflito para a implantação das políticas propostas, com a UFPel ou na própria comissão de implantação?
7. Os municípios onde seriam implantados os Campus foram definidos de que forma?
8. Como foi tratada a questão de suporte estrutural e financeiro por parte dos municípios?
9. Como a comunidade da região recebeu a UNIPAMPA?
10. A implantação de uma Universidade Federal transformou realmente os municípios?
11. A interiorização do ensino superior é viável?
12. Aprovada a Lei de criação da UNIPAMPA, como foi o desligamento com a UFPel?
13. Qual a sua avaliação em relação aos programas EXPANDIR, REUNI dentre outros do governo federal?

Entrevista realizada com o ex-Pró-Reitor de Graduação da UFPel, Prof. Dr. Luiz Fernando Minello, no dia 06 de dezembro de 2019, na sala da direção do

Instituto de Biologia da UFPel, Campus Capão do Leão (RS). Entrevistador: Everton Bonow. Minello foi Pró-Reitor de Graduação da UFPel durante a gestão do ex-Reitor Cesar Borges, de 2005-2007, e é o atual Diretor do Instituto de Biologia da UFPel.

## ANEXO D – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA



Acordo de Cooperação Técnica para Implantação dos *Campi* Universitários de Bagé, Santana do Livramento, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão, São Gabriel, Alegrete, São Borja, Uruguaiana e Itaqui que entre si celebram o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal de Santa Maria.

O **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** (doravante denominado MEC) neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, **Fernando Haddad**, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**, (doravante denominada SESu), inscrita no CNPJ nº 00.394.445/0074-59, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 3º andar, neste ato representada pelo Secretário de Educação Superior, **Nelson Maculan Filho**, nomeado pela Portaria nº 148, da Casa Civil da Presidência da República, de 10/02/2004, publicada no D.O.U. de 11/02/2004, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 001.658.352-1, CPF nº 245720987-00, da **Universidade Federal de Pelotas** (doravante denominada UFPel), inscrita no CNPJ/MF nº 92.242.080/0001-00, representada por seu Magnífico Reitor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, brasileiro, nomeado pelo Decreto de 27/12/2004, RG nº 2011707111- SSP/RS, CPF 113.076.840-68, residente e domiciliado na Rua General Osório, 399 apto. 501 - Centro - Pelotas - RS, da **Universidade Federal de Santa Maria** (doravante denominada UFSM), inscrita no CNPJ/MF nº 95.591.764-0001/05, representada por seu Magnífico Reitor **Paulo Jorge Sarkis**, brasileiro, nomeado pelo Decreto S/Nº, de 20 de dezembro de 2001, RG nº 1000682789 - SSP/RS, CPF 007.412.480-34, residente e domiciliado na Rua aut, 815/101 - Centro CEP: 97010-150 - Santa Maria - RS, considerando:

- que a expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia são objetivos centrais do governo federal;
- a necessidade de ampliar a oferta de educação superior no estado do Rio Grande do Sul, favorecendo a interiorização desse nível de ensino;
- que o desenvolvimento da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul requer a formação de pessoal de nível superior;



- que o desenvolvimento da agropecuária, extrativismo mineral e comércio, principais atividades econômicas da Metade Sul do estado, exige a implantação de cursos na área de Veterinária, Direito, Psicologia, Geologia, Comércio Exterior, Engenharia de Minas, Geofísica e Administração;
- que a sociedade local anseia por desenvolvimento sustentável que advirá à região com a implantação de um campus universitário gerador de investimento e cultura;
- que a criação *campi* universitários irá fixar os jovens na região da metade sul do Rio Grande do Sul possibilitando a aquisição de conhecimento e formação profissional sem a necessidade de deslocamento do interior para as grandes cidades;
- que o projeto elaborado pelas universidades e o Ministério da Educação caracteriza-se por uma estrutura *multicampi*, com a instalação, nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 com 13 unidades acadêmicas em 10 *campi* distribuídos por toda região sul do estado; e
- que a partir dos cursos iniciados em 2006/07 receberão 9.050 alunos, atendendo quando de sua total implantação 13.150 alunos em 67 cursos de graduação oferecidos.

**RESOLVE** celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade, no que couber, com a Lei 8.666/93, e com a Lei nº 9.394/96 e legislação correlata, mediante as Cláusulas e condições seguintes.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação dos Campi Universitários de Bagé, Santana do Livramento, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão, São Gabriel, Alegrete, São Borja, Uruguaiana e Itaqui com vistas à promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, no estado do Rio Grande do Sul.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS**

Os trabalhos serão destinados à implantação de 13 unidades acadêmicas nos Municípios supramencionados, bem como a criação de 67 cursos nos anos 2006, 2007 e 2008.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS**

Para viabilizar o objeto e as metas deste instrumento, os partícipes se comprometem a:



I- MEC:

- a) apoiar, de maneira intensa e efetiva, o processo de implantação dos campi nos referidos municípios;  
 b) constituir uma comissão de coordenação de implantação dos campi.

II- UFPEL:

- a) implantar os campi nos seguintes Municípios: Bagé, Santana do Livramento, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão;

b) instituir, de acordo com a legislação vigente, as seguintes unidades acadêmicas: Faculdade de Engenharia de Bagé, Instituto de Educação, Ciências e Letras de Bagé, Faculdade de Ciências Agrárias de Bagé, Faculdade de Ciências da Saúde de Bagé, Instituto de Relações Internacionais de Santana do Livramento, Instituto de Geociências de Caçapava do Sul, Faculdade de Ciências Rurais de Dom Pedrito e Instituto de Educação e Ciências Humanas de Jaguarão.

III- UFSM:

- a) implantar os campi nos seguintes Municípios: São Borja, São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana e Itaqui;

b) instituir, de acordo com a legislação vigente, as seguintes unidades acadêmicas: Centro de Ciências Sociais de São Borja, Centro de Ciências Rurais de São Gabriel, Centro de Tecnologia de Alegrete, Centro de Ciências da Saúde de Uruguaiana e Centro de Ciências Agrárias de Itaqui.

**CLÁUSULA QUARTA – DA OPERACIONALIZAÇÃO**

A operacionalização do presente Acordo dar-se-á mediante a celebração de instrumentos específicos, de conformidade com a legislação correlata.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente Acordo de Cooperação Técnica não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – As dotações ou destinações de verbas específicas por demandas ou projetos que venham a ser objeto de negociação serão devidamente processadas na forma da lei, sempre com instrumento próprio.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – As despesas necessárias à consecução do objeto deste instrumento serão assumidas pelos partícipes, dentro dos limites de suas respectivas atribuições, não podendo os partícipes nada exigir um do outro.



#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação Técnica entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado, mediante celebração de Termo Aditivo, por acordo dos partícipes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante troca de avisos, com antecedência mínima de trinta dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente Instrumento será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, às expensas do MEC, de conformidade com o parágrafo único do art.61 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

O foro para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento é o da Circunscrição Judiciária de Brasília, Distrito Federal.

E, assim por estarem livremente justos e acordados, os partícipes firmam entre si o presente Acordo de Cooperação Técnica, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

**Brasília, 22 de novembro de 2005.**



*Fernando Haddad*  
**FERNANDO HADDAD**  
Ministro de Estado da Educação

**NELSON MACULAN FILHO**  
Secretário de Educação Superior do MEC

*Antonio Cesar Gonçalves Borges*  
**ANTONIO CESAR GONCALVES BORGES**  
Reitor da UFRel

*Paulo Jorge Sarkis*  
**PAULO JORGE SARKIS**  
Reitor da UFSM

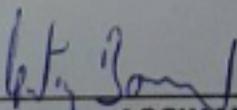
Testemunhas:

1) *[Signature]*  
2) *[Signature]*

## TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Everton Bonow, matrícula nº 18103391 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado *A expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul: a UFPel e a implantação da UNIPAMPA*, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 08 de setembro de 2020.



\_\_\_\_\_  
ASSINATURA